



Políticas para as mulheres em Fortaleza

Desafios para a igualdade

Organizadoras
Maria Elaene Rodrigues Alves
Raquel Viana

Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
Prefeitura de Fortaleza

Políticas para as mulheres em Fortaleza



Desafios para a igualdade

Alves, Maria Elaene Rodrigues e Viana, Raquel (Orgs.).

Políticas para as mulheres em Fortaleza: desafios para a igualdade. Maria Elaene Rodrigues Alves e Raquel Viana (Orgs.). Várias autoras. Fortaleza: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, Secretaria Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Fortaleza; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. (Caderno da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres)

156 p. 16 cm x 23 cm.

ISBN 978-85-99138-07-6

1. Mulheres. Políticas públicas 2. Cidadania das mulheres, participação e direitos 3. Mulheres. Fortaleza (cidade) 4. Feminismo 5. Desigualdades sociais 6. Administração pública. Brasil. 7. Estado e organismos de políticas para mulheres

Tiragem: 3.000 exemplares

Prefeitura Municipal de Fortaleza
Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres
Secretaria Municipal de Assistência Social

Políticas para as mulheres em Fortaleza

Desafios para a igualdade

Organizadoras

Maria Elaene Rodrigues Alves
Raquel Viana

Coordenadoria
Especial de
Políticas Públicas
para as Mulheres

Secretaria
Municipal de
Assistência
Social - SEMAS



Prefeitura de
Fortaleza



**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Políticas para as mulheres em Fortaleza
Desafios para a igualdade

Caderno da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres

Prefeitura Municipal de Fortaleza
Luizianne de Oliveira Lins

Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres
Maria da Penha Maia Fernandes (colaboradora de honra)

Secretaria Municipal de Assistência Social
Maria Elaene Rodrigues Alves

Parceria
Fundação Friedrich Ebert

Organização
Maria Elaene Rodrigues Alves e Raquel Viana

Coordenação geral, preparação de textos e revisão
Mione Apolinario Sales e Tatau Godinho

Capa e projeto gráfico
Caco Bisol

Imagem da capa
Material produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social
da Prefeitura de Fortaleza para Comemoração do
Dia Internacional da Mulher, março de 2008.

Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres
Prefeitura Municipal de Fortaleza
Av. Luciano Carneiro, 2235, Térreo – Vila União
CEP 60 410-691
Tel: (85) 3255 8329/8372
coordenadoriamulherfor@yahoo.com.br
www.fortaleza.ce.gov.br



APRESENTAÇÃO

A efetivação da cidadania das mulheres permanece como um desafio e uma tarefa política para os governos, gestoras e gestores das políticas públicas. Tem sido compromisso para nosso governo caminhar nessa direção. Neste primeiro mandato, um conjunto de políticas vem sendo implantado, nos diversos campos, seja da saúde, da prevenção e enfrentamento à violência, da geração de trabalho e renda, sempre incentivando a participação política das mulheres.

As experiências desenvolvidas demonstram o quanto as políticas públicas são necessárias para promover a cidadania e os direitos das mulheres, com mais igualdade e participação.

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres tem protagonizado essa nova realidade que pulsa no coração dessa imensa cidade e se reflete no cotidiano das mulheres, inspirando novas iniciativas e abrindo possibilidades de construir melhores condições de vida para nossas mulheres.

Esta publicação pretende deixar registrado um investimento igualmente importante nas reflexões realizadas, ao longo desses quatro anos, a partir da experiência concreta da Coordenadoria da Mulher, trabalho que é fruto de um esforço coletivo e de muitas mãos.

Espero que as discussões aqui apresentadas possam contribuir para o aprofundamento do debate que nos desafiamos a enfrentar acerca das profundas desigualdades e discriminações às quais as mulheres ainda são submetidas, mas, sobretudo, sobre as alternativas necessárias para alterar essa desigualdade. O desafio das políticas construídas e assumidas pelo poder público municipal nos convence de que é possível governar considerando as mulheres como sujeitos políticos e de direitos.

Luizianne Lins
Prefeita



INTRODUÇÃO

A experiência de implementação das políticas públicas para as mulheres em Fortaleza colocou-nos diante de vários desafios, dentre os quais a necessidade de refletir sobre a nossa intervenção e sobre as principais questões pautadas pelo processo de execução dessas políticas.

Durante esse período, houve um esforço coletivo de manter, em nosso cotidiano de trabalho, uma visão crítica sobre os desafios da construção de políticas com uma perspectiva feminista e os limites que se apresentam na concretização da ação de governo. Mesmo pressionadas por responder ao turbilhão de demandas que caracteriza o dia-a-dia da gestão, nos colocamos o desafio de mirar um horizonte para além desses contornos, de orientar nossos passos para uma proposta global de construção da igualdade entre mulheres e homens, de ousar questionar os limites com os quais nos defrontamos. Não arrefecemos diante da contingência de refazer planejamentos, repensar propostas e readequar objetivos quando isso se mostrava como o caminho necessário. Mas nunca abrimos mão de forjar novas possibilidades e vislumbrar outras alternativas para que os objetivos traçados pudessem se concretizar.

Buscamos, por um lado, nos alimentar dos debates teóricos, recorrer a reflexões já elaboradas como instrumentos que nos ajudassem a responder tais desafios. Conhecer e discutir experiências já desenvolvidas ou em andamento em outros espaços governamentais, em particular, foi outra importante fonte de inspiração e reflexão. Mas não podemos deixar de anotar que o contato cotidiano com as



mulheres de Fortaleza, as exigências e expectativas que têm expressado em relação à Prefeitura, e sua esperança de uma vida melhor têm sido nossa maior inspiração.

Política para as mulheres em Fortaleza: desafios para a igualdade não poderia deixar de dar visibilidade aos múltiplos esforços de criação e operacionalização de políticas e direitos para as mulheres realizados ao longo dos últimos quatro anos. É possível perceber nos textos apresentados uma perspectiva que alinhava a reflexão sobre as distintas experiências: fortalecer as mulheres como sujeitos de sua própria história, ampliar os instrumentos e meios a seu alcance para romper com um cotidiano de subordinação e opressão. Unidade que convive com perspectivas e embasamentos teóricos distintos, como se pode ver nas opções que orientaram as várias autoras.

Os textos estão organizados em dois conjuntos. Um primeiro bloco reúne os textos que discutem a experiência desenvolvida em nossa cidade. O bloco seguinte reúne textos sobre temáticas e preocupações que têm sido centrais em nossa intervenção.

Inicialmente, apresentamos uma reflexão sobre desafios gerais das políticas públicas para as mulheres a partir da experiência na esfera local, ou seja em Fortaleza. O texto que aqui trazemos, de Maria Elaene Rodrigues, procura, portanto, compartilhar, com um público mais amplo, o contexto de criação da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres de Fortaleza e os pilares que orientaram nossa intervenção nas distintas áreas.

Em seguida, apresentamos o trabalho das mulheres inspirado nas concepções da economia feminista e da economia solidária, em texto de Cleudes Pessoa e Raquel Viana. Visto como pilar para a construção da autonomia e da cidadania das mulheres, o acesso ao trabalho, as condições em que ele se realiza, mais as possibilidades de auto-sustentação tornam-se peça essencial para a emancipação feminina. Subjaz a isso e bem entendido uma meta e exigência fundamental, qual seja: a superação da divisão sexual do trabalho. A problemática do trabalho é retomada na segunda parte do livro, com brilhante concisão, no texto *O conceito de trabalho*, de Helena Hirata e Philippe Zarifian.

A elaboração de uma política municipal de saúde, proporcionando condições para o livre exercício da sexualidade e o planejamento da



reprodução, faz-se em um contexto que a enxerga como base para uma cidadania integral. Pelas mãos de Lourdes Góes, podemos acompanhar os desafios para a construção dessa política no município de Fortaleza.

O combate à violência contra a mulher foi respaldado em toda a sua especificidade e gravidade como uma política-chave da Coordenadoria, priorizando a criação de suportes institucionais capazes de prover uma assistência de qualidade às vítimas, para além da denúncia feita no espaço da Delegacia de Atendimento à Mulher. O Centro de Referência Francisca Clotilde e a Casa-abrigo vieram à luz para responder tão crucial demanda e são, também, resultado do apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. O caráter interdisciplinar do atendimento às mulheres, vítimas da violência sexista e patriarcal, acha-se presente em texto escrito a seis mãos, por Janaína Zaranza, Larissa Gaspar e Maria do Socorro Maciel, resguardando-se, assim, o olhar e a intervenção educativa, jurídica e psicossocial.

O enfrentamento da violência sexista é retomado na reflexão sobre o *Tráfico de Mulheres em Fortaleza*, um tema tabu, a questionar, inclusive, os níveis de convivência entre poderes instituídos e o lucrativo comércio do turismo sexual. Além disso, o trabalho de Tatiana Raulino acena com ricos elementos de subsídios para a ação da Prefeitura, no seu amplo compromisso de apoio e defesa integral das mulheres.

Tampouco poderia estar ausente um registro das experiências e desafios que pautaram a atuação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres fortalecendo, aglutinando e impulsionando a participação política das mulheres da cidade, nestes quatro anos de governo. Resultado de uma reflexão e ação coletivas que marcaram de forma particular a atuação da Coordenadoria nesta área, e não poderia ser de outra forma, o texto de Edite Silva, Simone Holanda e Raquel Viana sintetiza os principais aspectos do trabalho desenvolvido. Ele narra a forma persistente e sistemática, combinada a dinâmicas criativas e instrumentos formais, com que buscamos construir canais para que as demandas e anseios das mulheres pudessem se expressar no debate político sobre as opções para nossa cidade e, de forma específica, nas discussões do orçamento. Todas que fazem acontecer este projeto no cotidiano da gestão estamos convencidas, assim, de que uma cidadania crítica só se constrói quando há diálogo, expressão



de conflitos e divergências, e construção de caminhos de participação para a mudança social.

Diversas outras questões mereceriam estar presentes neste livro. Mencionamos em particular a experiência de construção do *GT-Mulher*, como instrumento de coordenação de políticas no interior do governo; ou, ainda, as iniciativas de formação e capacitação de gestoras e gestores sobre a desigualdade entre mulheres e homens. São temas e experiências que seguramente esperamos possam estar presentes em uma próxima publicação.

10

Na segunda parte do livro, selecionamos textos que, de alguma forma, complementam as reflexões anteriores e aprofundam o recorte interdisciplinar tão necessário em nosso trabalho. Inicialmente, o já mencionado texto de Helena Hirata e Philippe Zarifian propõe uma conceituação crítica de trabalho apontando para a necessária reconstrução/desconstrução do conceito a partir da problemática da divisão sexual do trabalho.

Em seguida, uma discussão mais geral sobre a proposta de uma política feminista, como parte da ação de governo, é desenvolvida por Tatau Godinho. Aliás, queremos registrar aqui a colaboração de Tatau Godinho em todo o projeto de trabalho que desenvolvemos na Coordenadoria nessa gestão e cuja trajetória política e profissional tem nos inspirado mesmo antes dessa caminhada.

Finalmente, as temáticas da família e da educação, como esferas da socialização, da construção de valores, da reprodução social, foram priorizadas como categorias heurísticas e práticas, capazes de ensejar uma reconstrução das relações entre mulheres e homens. Os textos de Cássia Carlotto e Maria Lúcia da Silveira abordam estas questões, vistas como centrais ao desenvolvimento de noções críticas à discriminação sexista, no trabalho, na escola, na comunidade e na política, rompendo com os limites que sufocam a potencialidade das mulheres.

Um amplo panorama da concepção da política pública é força motriz desse livro e da experiência de gestão acumulada nos últimos quatro anos; perspectiva que enlaça em dinamismo e objetivos comuns a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e a Secretaria de Assistência Social, não por acaso organizadoras dessa publicação.



INTRODUÇÃO

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste livro, em particular às autoras aqui representadas. Mas queremos que todas as companheiras que, em diversos momentos, colaboraram para a atuação da Coordenadoria da Mulher, diretamente junto à nossa equipe ou ao *GT-Mulher*, se sintam parte desta publicação. Afinal de contas, os resultados aqui apresentados são fruto de um trabalho solidário e coletivo que reuniu muitas pessoas além das que podemos registrar. Um agradecimento especial deve ser feito à Fundação Friedrich Ebert que acompanhou e colaborou com o trabalho da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres durante toda a gestão 2005-2008; e insistiu, de forma companheira, para que esta publicação fosse finalizada.

Fortaleza, dezembro de 2008.

Maria Elaene Rodrigues Alves

Secretaria Municipal de Assistência Social

Raquel Viana

Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres



COMPARTILHANDO DESAFIOS

A desigualdade é uma marca ainda profundamente arraigada na nossa sociedade, que impõe ao conjunto das mulheres uma condição de inferioridade e subalternidade. Implementar políticas públicas que visem à igualdade entre mulheres e homens, capazes de alterar essas relações reconhecendo as mulheres como sujeitos de direitos, é portanto um desafio a ser colocado na ordem do dia.

Temos registrado avanços importantes nos últimos anos no Brasil. A institucionalização de organismos de políticas para as mulheres, no âmbito do Estado, com o papel de propor, elaborar e implementar essas políticas são um exemplo. Resultado de uma trajetória longa de lutas dos movimentos de mulheres tais organismos têm cumprido importante papel no processo de construção da cidadania das mulheres.

Como colaboradora de honra da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura da Fortaleza, tenho testemunhado essa importante experiência, que sem dúvida, se constitui num marco nas políticas para as mulheres da nossa cidade.

Sei o quão desafiante tem sido mudar a lógica não somente da concepção e implementação das políticas; mas, sobretudo, de inversão de prioridades, de mudanças de cultura, de mentalidades e de valores.

Quando olhamos para trás nos deparamos com um profundo vazio no campo das políticas para as mulheres em Fortaleza que, aos poucos, em um curto, mas intenso período, vem sendo alterado por meio das ações implementadas pela Coordenadoria da Mulher. Essa publicação retrata uma trajetória de avanços, de conquistas, mas, sobretudo de muitos desafios, da qual muito me orgulho de fazer parte.

Maria da Penha Maia Fernandes

Colaboradora de honra da Coordenadoria Especial de
Políticas Públicas para as Mulheres



SUMÁRIO

17

**Políticas públicas para as mulheres de Fortaleza:
efetivando direitos e construindo sonhos**

Maria Elaene Rodrigues Alves

29

**O trabalho das mulheres:
caminhos para a autonomia**

Cleudes Pessoa e Raquel Viana

43

**Mulheres, participação e controle social:
experiências e desafios para a gestão municipal**

Edite Silva, Simone Holanda e Raquel Viana

55

**Direitos sexuais e reprodutivos
e a cidadania das mulheres:
a prevenção da mortalidade
materna como alvo**

Lourdes Góes

71

**Políticas públicas de enfrentamento
da violência contra as mulheres:
a experiência de Fortaleza**

Janaína Sampaio Zaranza, Larissa Maria Fernandes Gaspar e
Maria do Socorro Camelo Maciel

89

**Tráfico de mulheres:
reflexões para a construção de políticas**

Tatiana Raulino de Sousa



103

O conceito de trabalho

Helena Hirata e Philippe Zarifian

109

Política feminista como ação de governo

Tatau Godinho

123

Família, mulheres e políticas de transferência de renda

Cássia Maria Carloto

139

Relações de gênero e educação para a igualdade

Maria Lucia da Silveira



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DE FORTALEZA: EFETIVANDO DIREITOS E CONSTRUINDO SONHOS

MARIA ELAENE RODRIGUES ALVES¹

17

Por políticas públicas compreendemos as respostas do Estado frente às demandas da sociedade que, de forma propositiva ou não, expõe suas necessidades e expressa seu poder de pressão no sentido de publicizar tais necessidades. As políticas públicas que resultam dessa relação entre Estado e sociedade civil devem ser entendidas como processos sociais, de caráter histórico, contínuo e inacabado, constituídos por sujeitos cuja ação é responsável pela ampliação das políticas sociais. Em distintos momentos históricos, a configuração desses sujeitos e as relações que desenvolvem entre si se modificam, alterando dinâmicas na sociedade civil e no âmbito do poder público. Como sujeitos de pressão e ação com capacidade para provocar mudanças sociais, com vistas à garantia de direitos e igualdade social, podemos ressaltar a atuação dos movimentos sociais em suas diversas vertentes, dos sindicatos, dos partidos políticos etc.

Na história recente do Brasil, não é possível desconsiderar a existência do movimento feminista. A ação política desencadeada por suas lutas e sua importância tanto para a conquista de cidadania como para a formulação, articulação e implementação de políticas públicas específicas para as mulheres tem deixado marcas na sociedade brasileira. É no contexto dessa história recente que este texto buscará apresentar, de forma sucinta, a proposta de políticas públicas para as mulheres em Fortaleza na gestão da Prefeita Luizianne Lins. Essa experiência ganha singularidade pelo fato de ser uma administração que tem sua origem

¹ Assistente social, especialista em Violência Doméstica/USP e Secretária Municipal de Assistência Social.



no PT, partido formado nesse contexto de história recente e, mais precisamente, por estar sendo conduzida por lideranças que se destacaram na luta das mulheres desse partido. Assim, tem sido uma experiência de administração municipal que incorpora as demandas que emergiram diretamente das lutas das mulheres da capital cearense, ampliando crescentemente o seu espaço nas políticas públicas, por meio do diálogo e interlocução permanentes com esse movimento social.

A luta das mulheres: conquistas e desafios no âmbito das políticas públicas

Se houvesse a possibilidade de se escrever uma história “completa” das mulheres seria uma história milenar da opressão, tal como ela tem, desde tempos imemoriais, se inscrito na trama das relações sociais de classe e de gênero, sociedades afora, atravessando a história da humanidade até os nossos dias. Seria também a história de resistência a esta opressão, ora por meios sutis ora por meios mais diretos e políticos. Seria, com certeza, uma história de dor, mas também de conquistas e desafios.

Historicamente, a relação de subordinação das mulheres em relação aos homens foi e continua a ser sustentada por uma divisão sexual e desigual do trabalho. As mulheres têm sido peça-chave no processo de reprodução social, cujo formato subjetivo e organizador do cotidiano as transforma nas principais responsáveis pelo trabalho doméstico, sendo os homens, por sua vez, considerados mola mestra do processo produtivo e, portanto, provedores econômicos da família. Trata-se da repetição incessante e automatizada de um modelo que, se em algum momento correspondeu a modelos de gestão familiar e coletiva, atualmente não deixa dúvidas do quão perversas são as práticas sociais e formas de organização coletiva que se fundamentam em uma dicotomia de um mundo público como privilégio e domínio masculinos e a manutenção de uma esfera privada que se delega às mulheres. Não obstante avanços históricos e tecnológicos, e mesmo nas práticas sociais em vários aspectos, persiste tal modelo como ideologia patriarcal: ou seja, a divisão das tarefas entre os sexos, nos marcos da sociedade capitalista, ancora-se sobretudo na desigualdade de



direitos, na manutenção de privilégios, na apropriação do trabalho e na persistência de subordinações, e não em uma repartição em face das necessidades sociais. Podemos exemplificar com a progressiva inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, a partir dos anos 1970. Tal inserção tem se dado, desde então, em condições desiguais de tratamento, de tempo, de mobilidade, de espaço e de remuneração em relação aos homens, principalmente pelo fato de as mulheres serem as executoras das atividades vinculadas às esferas dos cuidados da família e da casa. Aliado a esses fatores, o trabalho profissional das mulheres é sempre visto como complementar às suas “responsabilidades” domésticas, ratificando-se, assim, o patriarcalismo.

Essa cultura desigual entre homens e mulheres vem sendo engendrada, ao longo dos séculos, como prática e ideologia, impondo às mulheres, ainda na sociedade contemporânea, uma condição de submissão, subalternidade e dependência – financeira, emocional e social – em relação aos homens.

No Brasil, essa história tem raízes e particularidades assentadas na colonização portuguesa, época em que as mulheres – indígenas e escravas – eram abusadas, violentadas e tratadas como mero objeto da luxúria dos senhores colonizadores. Essa experiência e memória do patriarcado no processo de fundação do país são ainda muito fortes nas práticas e no imaginário masculinos. Reeditam-se no cotidiano por meio de situações como as que envolvem as mulheres no contexto do tráfico de pessoas e o turismo sexual na modernidade tardia. Se nos debruçarmos, porém, sobre esse passado, perceberemos que a mulher – e todas essas marcas dolorosas inscritas no seu corpo, que serve de metáfora também para a condição de nação violentada pelo colonizador – foi uma presença silenciada na história, quando não totalmente excluída.

Somente no século XX as mulheres brasileiras vão conseguir dar passos concretos rumo à luta e pauta de reivindicações feministas; para além da incipiente atuação pioneira de mulheres burguesas, escritoras e artistas plásticas, desde meados do século XIX à paradigmática Semana de Arte Moderna (1922), e das resistências isoladas de mulheres dos segmentos populares – de escravas e libertas, de trabalhadoras, de imigrantes – ainda hoje pouco desvendadas nos estudos históricos



entre nós. A Constituição de 1934 vai assegurar o voto feminino² no Brasil, logo após expressivas lutas das classes trabalhadoras na Europa e Estados Unidos, no contexto das ascendentes bandeiras socialistas, comunistas e anarquistas, e de um movimento feminino pelo voto no âmbito nacional.

Entre nós, a história política das mulheres vai sofrer os mesmos revezes que caracterizaram as interrupções e rupturas da ordem democrática no país, durante todo o século XX, em que disputas autoritárias e ditaduras se sucederam. As décadas de 1960 a 1980 foram marcadas pelo mais longo período de regime ditatorial implantado no Brasil. É nesse contexto que o movimento feminista ganha impulso e se organiza em nossa sociedade, especialmente a partir dos anos 1970, na esteira dos movimentos contraculturais na França e da luta por direitos civis nos Estados Unidos, nos psicodélicos anos 1960. Além de reivindicar as questões específicas das mulheres, o feminismo articula essa luta com a luta geral pelo fim da repressão política no país. Segundo Ana Maria Colling, naquela década “as mulheres já organizadas, combinaram a luta contra a ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos das mulheres – sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política. A ação política das mulheres no período da ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres” (1997: 43-4).

Compreendemos o *feminismo* como um movimento social e político cuja ação é responsável por mudanças conjunturais e de longo prazo, no sentido de impulsionar e contribuir para mudanças sociais, políticas e culturais na vida das mulheres e, sobretudo, por provocar mudança de valores na nossa sociedade.

O movimento feminista não se esgota, assim, na tomada de consciência do *ser mulher*, embora seja a partir dela que sua ação

² Não obstante o quadro populista em que se obteve tal garantia do sufrágio estendido às mulheres, o que leva a certa minimização do seu valor e importância inclusive pelo movimento de mulheres, é necessário refletir sobre seu significado e poder cultural de multiplicação a posteriori. E comparar sua aprovação no Brasil à experiência de uma nação como a França – terra de Simone Beauvoir, onde paradoxalmente se assegura o voto às mulheres apenas após a Segunda Guerra Mundial.



política se faz visível, o que também tem ocorrido em diversas partes do mundo no processo de construção desse movimento social. É importante ressaltar que foi a radicalidade do feminismo que trouxe visibilidade para questões até então naturalizadas pela sociedade, dentre as quais a principal era a visão da mulher como ser dependente, submisso e inferior. Foi contra este tipo de naturalização e seus estereótipos que o feminismo levantou suas bandeiras e realizou ações políticas que muito contribuíram para trazer à agenda pública temas e problemas antes reservados ao mundo privado: a violência doméstica e sexual, a educação diferenciada, os salários desiguais, e tantas outras que se tornaram bandeiras de lutas das mulheres em todos os continentes.

São visíveis as mudanças que se processaram no Brasil após a década de 1970 e 1980, tendo como articulador esse movimento. Podemos citar avanços em vários âmbitos. Como exemplo, destacaremos questões no âmbito da legislação brasileira, tendo em vista que o foco deste texto são políticas públicas e ações institucionais:

a) a conquista da licença maternidade de 120 dias, na Constituição de 1988, e recentemente ampliada de forma parcial para seis meses. E a ainda extremamente limitada licença-paternidade, com o objetivo de ampliar a responsabilização masculina pelo cuidado com os filhos;

b) a lei 9.100/95 que determinou aos partidos políticos o estabelecimento de quotas de participação de mulheres nos processos eleitorais, inscrevendo no mínimo 30% de candidaturas femininas em suas listas e chapas proporcionais. Embora virtualmente ineficaz nos resultados para o legislativo e a despeito da polêmica que suscita, a referida lei ampliou o nível de participação das mulheres nas instâncias partidárias e criou um fato social e político, uma vez que gerou discussões e polarizou com setores que vêem a política de forma conservadora, fundamentada em velhos modelos de representação democrática.

Ainda no âmbito das conquistas em termos de legislação, podemos citar outras iniciativas importantes: 1) mudanças no Código Civil que, entre outras questões, extinguiu a noção de adultério como forma de crime; 2) normativas expedidas com interpretações da legislação



penal de forma a garantir a implementação do aborto na rede pública de saúde, naqueles casos já previstos em lei; embora tal aplicação ainda encontre amplas resistências para ser materializada; 3) por último, destacamos a lei 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que representa uma conquista de 30 anos de luta do movimento no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nesse contexto de avanços e novos desafios, as políticas públicas, as mudanças legais e os organismos criados para cuidar das questões específicas relacionadas à desigualdade entre mulheres e homens representam, sem dúvida, uma resposta do Estado às pressões e reivindicações do movimento feminista. Aspecto importante, e que não deve ser subestimado, diz respeito à ênfase dada pela agenda dos movimentos de mulheres às questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos e à violência de gênero, especialmente a partir dos anos 1990 quando comparada à agenda dos anos 1980, período de destaque do processo de redemocratização no Brasil.

De modo geral, essas conquistas foram decisivas para influenciar as relações entre mulheres e homens, as relações de gênero, ampliando o espaço de participação das mulheres na sociedade e de reconhecimento dos seus direitos e de suas demandas por igualdade social. Foi, com certeza, o caráter contestador desse movimento que garantiu algumas bandeiras representativas da mudança nos valores culturais de brasileiros e brasileiras, ao mesmo tempo em que contribuiu para polarizar opiniões sobre sua ação e estratégias políticas.

Assim, podemos afirmar que a história de luta das mulheres já percorreu um longo caminho e, considerando que todo movimento é dialético, passou por avanços e recuos. Não obstante, pode-se dizer, com o apoio de Vera Soares, que “a estratégia do feminismo de tornar visível a questão da mulher, sua exclusão e desigualdade, foi vitoriosa” (1998: 21). A formação de movimentos em que as mulheres reivindicam questões básicas – como saúde, água, esgoto, postos de saúde, ou seja, bens públicos – são diferentes daqueles que problematizam outras questões que, por serem específicas, constituem novos atores, os quais introduzem novas lentes e novas práticas sociais, formando novas identidades e novos sujeitos sociais e políticos (Souza-Lobo, 1991: 220).



Políticas para as mulheres em Fortaleza

A criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres

Entendemos que é papel e responsabilidade do Estado, dentro de uma perspectiva democrático-popular, criar organismos de governo que tenham capacidade de articular e elaborar políticas públicas que assegurem a construção da igualdade e que possam contribuir para combater preconceitos e discriminações sofridas pelas mulheres. Nesse sentido, a proposta de criação de um organismo de governo em Fortaleza foi e é orientada por uma concepção clara de que o Estado não é neutro nem tampouco passivo, logo pode e mesmo deve ser propositor e articulador de uma ação política voltada para a garantia dos direitos das mulheres.

Vinculada ao Gabinete da Prefeita, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres em Fortaleza foi criada na administração da Prefeita Luizianne Lins, com funcionamento efetivo desde os primeiros meses de governo, ainda em 2005, sendo oficializada durante a reforma administrativa do governo petista, em 2007. Concretizava-se, dessa forma, em termos políticos e institucionais, um processo de reconhecimento da importância de políticas públicas específicas para as mulheres na capital cearense e da necessidade de se criar uma estrutura para gerar e operacionalizar tais políticas. Os passos iniciais desse processo foram dados, portanto, já nos primeiros momentos de governo.

A partir dessa assessoria de políticas para as mulheres, coordenou-se, de imediato, reuniões com secretários e secretárias para apresentar a importância de tais políticas, tendo como estratégia sensibilizá-los para a implementação de políticas organizadas e concebidas desde uma ótica de superação da desigualdade entre mulheres e homens. Tivemos êxito com alguns. E germinaram perspectivas de trabalho em algumas áreas.

O passo seguinte foi criar uma estratégia de capacitar os gestores e gestoras nessa mesma perspectiva. Para isso, dando concretude a uma decisão da prefeita, foi criado o *GT-Mulher* – um grupo de trabalho



gestado no processo de organização das atividades comemorativas do mês de março de 2005, menos de três meses após a posse do novo governo. O decreto governamental que o oficializa define como sua missão desenvolver estratégias políticas e institucionais para a formulação das políticas de promoção da igualdade de gênero, garantindo a transversalidade da política de defesa dos direitos das mulheres em todas as instituições da administração municipal.

Nesse mesmo período, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal e a Prefeitura pactuaram o *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Esse foi um momento importante para o processo de elaboração das políticas, com a construção de parcerias com o governo federal.

Os projetos elaborados durante o ano de 2005 estavam direcionados para a implantação do sistema de proteção e defesa dos direitos das mulheres, em particular na área do combate à violência, destacando-se a criação do *Centro de Referência Francisca Clotilde* para atender a mulher em situação de violência, implantado no dia 8 de março de 2006. O centro tem como objetivos o atendimento psicológico e social, a orientação jurídica às mulheres vítimas de violência e a articulação com os demais serviços que compõem a rede de enfrentamento e atendimento à mulher em situação de violência. No estabelecimento de uma política de atenção integral e eficiente às mulheres, o centro é um instrumento fundamental para sensibilizar, articular e realizar encaminhamentos aos serviços de assistência, saúde, justiça, educação, habitação, trabalho e renda, segurança, bem como desenvolve atividades de promoção da condição de cidadã das mulheres. Outro projeto posto em marcha foi a proposta de uma *Casa-abrigo* municipal para as mulheres vítimas de violência e iminente risco de morte, implantada em 11 de dezembro de 2006.

Vale dizer que o processo de implantação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres deu-se a partir do debate com o *GT-Mulher* e o movimento de mulheres, sendo sua missão definida nos seguintes termos: coordenar, elaborar e implementar políticas públicas que contribuam de forma concreta na vida das mulheres e nas relações de gênero no município, apoiada numa estratégia de articulação com as demais Secretarias e áreas de atuação governamental, com base em cinco eixos de ação:



EIXO 1 – Prevenção e assistência à mulher em situação de violência

Como organizador deste eixo, foi implantado o “Programa municipal de prevenção, assistência e atendimento à mulher em situação de violência doméstica e sexual”. Com um caráter permanente, o programa tem suas ações articuladas com várias secretarias, com equipamentos das diversas áreas de políticas sociais, além de promover campanhas de prevenção etc.

EIXO 2 – Saúde e equidade de gênero

Tem como objetivos propor, articular, monitorar e avaliar as ações de atenção integral nos vários ciclos vitais e nos vários níveis de complexidade, com foco nos direitos sexuais e direitos reprodutivos; assegurar a ampliação do olhar para além das questões reprodutivas, incorporando as dimensões de gênero e a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo.

EIXO 3 – Inclusão e autonomia econômica

Visa desenvolver ações que promovam a autonomia econômica das mulheres, com a perspectiva do rompimento da divisão sexual do trabalho; com prioridade para as mulheres pobres, interferindo nos programas de desenvolvimento econômico da Prefeitura.

EIXO 4 – Participação e controle social

Pretende realizar ações que estimulem e garantam a participação das mulheres nos espaços de decisão e fiscalização das políticas públicas.

EIXO 5 – Educação e cultura não-discriminatórias

Sua missão é elaborar estratégias que diminuam as desigualdades entre mulheres e homens nas áreas de educação e cultura, buscando parcerias para promover a discussão e formação sobre os temas em questão, bem como facilitar o acesso das mulheres a essas políticas.

Considerações finais

A experiência de construção de políticas públicas para mulheres em Fortaleza, a partir da administração da prefeita Luizianne Lins, ressalta o quanto é determinante o papel do Estado na cons-



trução da igualdade, dos direitos; mas isso só acontece se o poder político for agente de mudança cultural e das condições da vida das mulheres. Nesse processo é necessário que haja a elaboração e proposição de políticas que rompam com preconceitos e discriminações em relação às mulheres, que sejam efetivamente implantadas e atendam às suas necessidades e demandas por meio de equipamentos sociais que se constituam como espaços de cidadania.

Criar novas formas de ler a realidade, como condição da criação de políticas sintonizadas com aspirações feministas emergentes, é um desses desafios. Desafios que, muitas vezes, parecem além da capacidade dos gestores de se distanciar da dinâmica institucional cotidiana e das pressões sociais mais evidentes. De um modo ou de outro, requerem respostas do Estado, por sua capacidade de interferir diretamente nas expressões da questão social, exigindo que se reescreva, neste caso em particular, o discurso público acerca da igualdade entre mulheres e homens.

Temos consciência, no entanto, dos limites da construção de políticas públicas para as mulheres em Fortaleza, até porque, para serem eficazes, compreendem definição e concretização de:

- linhas e estratégias de ação coletivas, que concretizem direitos e cidadania;
- programas contínuos, que promovam mudanças estruturais na vida das mulheres, e
- ações articuladas no interior do aparato governamental a partir de interlocução permanente com a sociedade civil.

São objetivos que vão muito além da atuação de um único órgão de governo. O esforço de integração de uma nova perspectiva não-discriminatória e geradora de igualdade nas dinâmicas governamentais é imenso. Com todos os limites que se apresentam, vale a pena enfrentá-los. Acreditamos que, frente a desafios que são inúmeros e cotidianos, a melhoria das condições de vida das mulheres e a construção da igualdade dependem da articulação, por parte do Estado, de um conjunto de políticas que rompam com a lógica da discriminação e, finalmente, promovam as mulheres como sujeitos políticos e de direitos.



Referências

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Tempos, 1997.

CHAUÍ, Marilena. “Cultura ou cultivar”. *Teoria e Debate*. São Paulo, Ano 2, N.º 8, out-dez.1989.

GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

LINS, Luizianne e ALVES, Maria Elaene Rodrigues. “A história do movimento feminista: avanços e desafios”. In: FIGUEIREDO, Marcos Paulo Vieira e OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de (Orgs.). CD-ROM *Fragmentos do século XX*. Fortaleza: UECE/PROEX, 2004.

OLIVEIRA, FRANCISCO. *Estados, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Rio de Janeiro: FASE, 1993.

PERROT, Michèle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, mimeo.,1989.

SAU, Victória. *Diccionario ideológico feminista*. Barcelona: Icaria, 1990.

SOARES, Vera. “Muitas faces do feminismo no Brasil”. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.



O TRABALHO DAS MULHERES: CAMINHOS PARA A AUTONOMIA

CLEIDES PESSOA¹

RAQUEL VIANA²

29

O tema do trabalho tem sido historicamente um elemento de análise e desafio para o movimento de mulheres. Trata-se, sem dúvida, de uma questão complexa, que envolve, segundo a perspectiva da economia feminista, o debate da reprodução social da vida humana e da satisfação das necessidades do conjunto da sociedade, com elementos tanto da ordem da *subjetividade* quanto da *objetividade* (Carrasco, 2003).

Só lentamente, porém, o trabalho feminino tem se transformado no Brasil numa preocupação e desafio para alguns governos, empenhados na implementação de políticas públicas para as mulheres. No município de Fortaleza, vive-se, desde 2005, um momento particular na governança das políticas públicas em que se anuncia uma mudança na identidade e cultura política da população na relação com o poder público, buscando participar, dialogar e garantir suas demandas, na perspectiva de superação do submundo da pobreza, rumo a uma vida com mais qualidade e igualdade social. Anuncia ainda a sensibilidade política de gestoras e gestores que buscam fundamentar e implementar as políticas públicas com uma visão emancipadora das mulheres e dos homens na sociedade.

Nessa direção, Pedro Demo (2000) afirma que, entre as políticas sociais, são *estratégicas* aquelas que estariam mais próximas do manejo crítico e criativo do conhecimento, como a educação, mas igual-

¹ Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS e coordenadora do Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Bolsa Família de Fortaleza.

² Assistente social e assessora técnica da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres de Fortaleza.



mente as que possam colocar a “ciência e tecnologia” a serviço da produção coletiva dos bens. Ou seja, a “resignificação” e organização do trabalho e da produção dos bens para a construção de um processo emancipatório ganham sentido se conjugadas com outras políticas, em particular de educação e de desenvolvimento econômico, de forma a superar as desigualdades de classe, gênero e raça/etnia.

Pensar políticas de emancipação social significa, portanto, juntar esforços para materializar oportunidades de trabalho como resposta a um direito universal, afirmando-se a dimensão do trabalho em sua forma mais “desalienada”. Busca-se, com isso, resgatar o conceito de Marx, que qualifica o *trabalho* como produção do humano³, articulando-o às categorias de gênero e relações sociais de sexo, com vistas a realizar uma abordagem feminista que incorpore à discussão crítica as relações de poder e a divisão sexual do trabalho.

Assim, pode-se dizer que o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho, pois, a partir dele, em sua cotidianidade, homens e mulheres tornam-se seres sociais, distinguindo-se de todas as formas não-humanas. Nenhum outro ser possui habilidade de ação transformadora que possa alterar seu cotidiano, seu *habitat*, de forma ágil e racional.

O presente texto visa estabelecer um breve diálogo entre políticas públicas, mulheres e o mundo do trabalho na contemporaneidade, tendo como referência a divisão sexual do trabalho. Em seguida, propõe a *economia solidária* como alternativa de transformação das relações de sujeição das pessoas, em especial das mulheres, frente ao capital. E ainda problematiza a questão do trabalho doméstico, que permanece como dilema e obstáculo à verdadeira emancipação feminina.

As mulheres e as desigualdades no mundo do trabalho

Ao longo da história, as mulheres têm sido as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e familiar, sendo os homens con-

³ O *trabalho*, dentro da acepção marxiana, consiste no modo como homens e mulheres se inserem na ordem social, sendo capazes também de produzir uma nova ordem, através das suas relações com a natureza e das mudanças que essas relações estabelecem. Ver texto de Helena Hirata e Philippe Zarifian nesta publicação.



siderados os provedores econômicos da família. No entanto, essa realidade vem se modificando ao longo dessas últimas décadas. Pesquisas apresentam as mulheres como “chefes” de família e provedoras do “lar”, mérito que deve ser também creditado à luta das mulheres. Mas ao se tornarem “provedoras” as mulheres não deixam de carregar para sua situação de trabalhadoras a marca da desigualdade de gênero que caracteriza as relações sociais que permeiam o mundo do trabalho. No Brasil, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu de forma acelerada a partir de meados dos anos de 1970. Uma entrada em diversas áreas de ocupação, embora em ritmos e concentrações bastante diferentes. A responsabilidade com o cuidado familiar e a ausência de alterações significativas na divisão sexual do trabalho no âmbito das famílias são definidoras das condições de participação das mulheres no mercado de trabalho. Influenciam jornadas, vínculos preferenciais, possibilidades de acesso e promoção e, fundamentalmente, diferenças de remuneração em relação aos homens.

A segregação no mercado de trabalho capitalista destinou às mulheres empregos mais precarizados, geralmente informais ou em tempo parcial, salários mais baixos, menor cobertura dos serviços de seguridade social e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas. Aliado a esses fatores, o trabalho profissional das mulheres é sempre visto como complementar às suas “responsabilidades” domésticas, ratificando-se, assim, a concretização do patriarcalismo.

No entanto, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consolida-se, na década de 1990, a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. A presença feminina na População Economicamente Ativa (PEA) do país cresceu muito mas, ao contrário do que se poderia esperar quando miramos o aumento da escolaridade das mulheres em comparação com a escolaridade masculina, a inserção qualificada tem pequena parcela de responsabilidade nesse crescimento. A precarização da mão-de-obra feminina urbana coincide, também, entre outros fatores, com o ingresso no mercado de trabalho de um expressivo contingente de mulheres na faixa etária de 40 a 54 anos, com baixa escolaridade e sem profissionalização.



Esse cenário reflete a emergência do modelo de desenvolvimento neoliberal que passou a ser implantado em vários países do mundo, a partir dos anos 1970, consolidando-se no Brasil na década de 1990. Os resultados têm sido o aprofundamento da desigualdade na distribuição dos recursos econômicos e do poder na sociedade, entre homens e mulheres; fenômeno que se agrava, sobretudo, na vida das mulheres negras. Assim, algumas expressões do acirramento da questão social e da desigualdade de sexo são:

■ O salário médio das mulheres do setor industrial no mundo representa $3/4$ do salário masculino;

■ As mulheres executam $2/3$ do trabalho realizado pela humanidade; recebem $1/3$ dos valores destinados a salários mundialmente; sendo proprietárias de apenas 1 % dos bens imóveis do mundo;

■ Dos quase 1,3 milhão de miseráveis do mundo, 70 % são mulheres.

■ No Brasil, em média, as mulheres recebem metade do salário dos homens e, as mulheres negras, a metade do que ganham as mulheres brancas (ONU, 2006: 11).

Esse contexto da participação das mulheres no mercado de trabalho expressa bem a fase excludente do modelo de desenvolvimento neoliberal, e apresenta também os traços de contradição desse modelo, contradições essas que vêm se acirrando na crise econômica que vivemos nesta última década.

Desigualdade de sexo e relações de poder

As relações sociais entre os sexos têm sido construídas historicamente nos diversos espaços de sociabilidade. São assentadas em práticas, representações, símbolos e normas vivenciadas culturalmente por homens e mulheres, tendo ainda, uma base material que ratifica tais relações que é a divisão sexual do trabalho.

Vários estudos apresentam a discussão de gênero como elemento importante para entender as relações sociais, pois as diferenças percebidas entre os sexos constituem uma forma primeira de



significar as relações de poder. As condições de opressão das mulheres, expressas no controle da sexualidade feminina e na desigual divisão sexual do trabalho, levam-nas ao lugar da mera reprodução e invisibilidade. Tais condições estão pautadas no denominado sistema patriarcal, que é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens.

Nessa linha, o conceito de relações sociais de sexo, sistematizado por Kergoat (2003), traduz bem a tensão permanente que atravessa o campo social entre os grupos de interesses antagônicos, representados pelo grupo social dos homens e o grupo social das mulheres, em torno do trabalho e suas divisões. As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são, assim, duas expressões indissociáveis, formando epistemologicamente um sistema. De acordo com essa autora, a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo, sendo tal forma adaptada historicamente e em cada sociedade. “Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado” (Kergoat, 2003: 55).

A divisão sexual do trabalho, por sua vez, rege-se por dois princípios organizadores: o *princípio da separação* – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e o *princípio da hierarquização* – o trabalho dos homens “vale” mais que o trabalho das mulheres. A sociedade capitalista, portanto, utiliza essa diferenciação para classificar as atividades de acordo com o sexo.

Como exemplo, pode-se ilustrar que as mulheres têm realizado muitas de suas atividades profissionais à luz dos papéis atribuídos historicamente como mães e donas-de-casa. Muitas mulheres no mercado de trabalho concentram-se em atividades consideradas tipicamente femininas, como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais, dentre outras. Fica claro que romper com a divisão sexual do trabalho exige, também, investir de forma afirmativa no aprendizado das mulheres em novas práticas profissionais, principalmente em ramos que têm historicamente se caracterizado como redutos masculinos.



Trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho

Velhas e novas expressões

A reflexão sobre o trabalho das mulheres e mais especificamente da inserção das mulheres no trabalho de mercado, isto é, naquele trabalho buscado como forma de sobrevivência e renda, passa, portanto, necessariamente pela articulação com o trabalho doméstico. De forma mais ampla, com a participação fundamental das mulheres na reprodução e *sustentabilidade da vida humana*.

A economia feminista tem se debruçado sobre essa dimensão afirmando que a transição entre esses dois mundos também está expressa na responsabilização das mulheres com o duplo trabalho, ou seja, com o trabalho produtivo mercantil e com o trabalho doméstico, dos cuidados, invisibilizado pela economia oficial e por elementos da ordem da afetividade. Segundo Cristina Carrasco:

Com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a resposta social masculina nula a essa mudança de cultura e comportamento das mulheres, elas assumirão a dupla jornada e o duplo trabalho, deslocando-se continuamente de um espaço a outro, superpondo e intensificando os seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados, por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelas exigências naturais da vida humana (2003: 37).

A princípio, é necessário reafirmar que a divisão do trabalho tem raízes na estrutura e no cotidiano da vida econômica e é mantida e acentuada pelas instituições e relações humanas; logo, é fruto de determinada evolução histórica da sociedade. Deste modo, compreendemos que a divisão social do trabalho não existiu sempre, o que significa que tal como foi construída poderá ser desconstruída.

Entender o trabalho como atividade social e coletiva exige, assim, que lhe seja atribuído um sentido solidário, discutido a partir das diferentes formas que assume no interior da comunidade e da sociedade. Discutir o significado do trabalho na vida humana permite, portanto, aos homens e mulheres o desenvolvimento de uma clara



consciência da sua importância, como meio de realização pessoal e como contribuição para o bem-estar social. Conscientes da urgência de reparar os 500 anos de desigualdades sociais, especialmente as desigualdades entre homens e mulheres vivenciadas na sociedade brasileira, apresenta-se, em seguida, a economia solidária como um modo de produzir a vida de forma mais justa e igualitária.

Trabalho com autonomia para as mulheres

Experiências e possibilidades

No Brasil, a economia solidária vem se consolidando como estratégia de política pública no campo do trabalho. Nestas duas últimas décadas temos encontrado em textos, documentos e práticas o conceito de economia solidária. Hoje, existem inúmeras organizações voltadas para este campo e também muitas formulações e estudos a respeito. Em 2003, com a posse do novo governo federal, foi criada uma secretaria específica para este assunto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. No campo das políticas públicas para as mulheres, o eixo de autonomia econômica vem pautando a economia solidária como forma, em particular, de auto-organização do trabalho das mulheres.

Atualmente, pode-se dizer, existem inúmeras ações governamentais e não-governamentais consistentes sob a égide desse modelo. Os movimentos sociais, por exemplo, avançaram muito na discussão política e na articulação nacional de produtores, empreendimentos e cooperativas⁴, como é o caso da Associação Nacional de Empresas de Autogestão-ANTEAG, da União Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária-UNISOL e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES. Recentemente (julho de 2006), na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, foi lançado o Conselho Nacional de Economia Solidária-CONES, que tem tido atuação marcante na disseminação desse novo pensamento socioeconômico.

⁴ No campo da economia solidária são várias as denominações para os empreendimentos econômicos, como: associações, cooperativas, unidades produtivas, grupos produtivos, até mesmo um grupo informal sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ, são considerados empreendimentos solidários (Brasil, 2004: 8).



De acordo com Paul Singer (1999), a economia solidária tem um caráter revolucionário uma vez que une o “capital”, isto é, os meios de produção, ao trabalho, que originalmente o capitalismo separa. Diferentemente do sistema capitalista, em que o assalariado é um trabalhador/a sem poder nem responsabilidade, por definição legal, na economia solidária, o trabalhador/a tem seu papel definido, não individual, mas coletivo. Ele/a é um/a participante ativo/a, com poder e responsabilidade. Ocorre, assim, uma emancipação, uma desalienação.

Economia solidária é, portanto, uma alternativa à organização social e econômica capitalista, e conseqüentemente, constitui-se como atividade humana revolucionária, ao inverter a lógica em que o ser humano é o objeto e o capital é o sujeito.

Sendo assim, construir um empreendimento autogestionário desafia homens e mulheres a desconstruir valores individualistas e a estabelecer relações solidárias, pautadas nos seguintes valores:

- Democracia – decisões tomadas pelo conjunto dos associados e associadas;
- Participação – garantia do direito de decidir e condições para a efetiva participação;
- Igualdade – todos/as têm tratamento igualitário, seja de remuneração, como de acesso à formação e conhecimento, para mesma tarefa e função;
- Cooperação – responsabilidade partilhada na gestão e produção;
- Desenvolvimento humano – concepção da formação como direito de todos / trabalhador e trabalhadora, numa dimensão humana que possibilite o acesso às novas técnicas e educação integral.

Tais valores buscam, sem dúvida, o fim de toda e qualquer forma de exclusão/discriminação.

A experiência de Fortaleza: políticas públicas e inclusão produtiva

Fortaleza é uma das maiores capitais do país, com mais de 2 milhões de habitantes, sendo 1,2 milhões de mulheres, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2003). Conforme informações desse instituto, cerca de 10,05% da



população não possui renda e 22,78% possuem renda de 0 (zero) a um (01) salário mínimo. De acordo com o Censo 2000, a População Economicamente Ativa (PEA) de Fortaleza era de 952.469 pessoas, sendo 44% da PEA composta por mulheres. O percentual de mulheres chefes de família era de 33% dos domicílios (87% dessas mulheres não tinham esposo, cônjuge ou companheiro).

Em resposta a essa realidade e à necessidade de políticas públicas para as mulheres, além da criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e de equipamentos que trabalham com questões relativas à violência contra as mulheres e à saúde, a Prefeitura Municipal de Fortaleza tem inovado ao implementar políticas que possibilitem a autonomia econômica feminina. A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres é, assim, a articuladora de parcerias locais e nacionais, responsáveis por várias ações e projetos na área de trabalho e geração de renda, desde a qualificação profissional nos mais variados ramos, ao apoio a cooperativas, associações e grupos produtivos até a inserção em postos de trabalho como, por exemplo, os projetos “Mulheres pedreiras” e o de “Inclusão produtiva para as mulheres”.

O projeto de *Inclusão Produtiva para as Mulheres* do Bolsa Família de Fortaleza, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social–SEMAS, juntamente com a Coordenaria da Mulher, em 2008, contemplou cerca de 1.500 mulheres do Programa Bolsa Família do município, as quais moram em bairros caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social.

Essas mulheres, assim como outras na cidade, representam o segmento mais pauperizado, seja pelo menor acesso ao mercado de trabalho e ao exercício de empreendimentos econômicos, seja pela maior precariedade nas condições de trabalho e acesso aos direitos trabalhistas. O desemprego, a menor remuneração e acesso ao mercado, sobretudo das mulheres negras e pobres, são indicativos da desigualdade de gênero e raça, que se acentuam cada vez mais nas periferias das grandes cidades, tal qual Fortaleza. São resultado da divisão sexual do trabalho, que estrutura as relações de desigualdade de gênero na sociedade, acentuadas pela globalização capitalista, pela flexibilização, combinadas com os processos de reestruturação produtiva no mundo do trabalho.



O projeto desenvolve a *formação continuada* nas esferas política, técnica, produtiva e gestão de empreendimentos coletivos. A qualificação se faz nos ramos de confecção, alimentação, prestação de serviços da construção civil e tecnologia de montagem e manutenção de computadores. As mulheres que já concluíram a formação técnica são encaminhadas para uma formação complementar “Diálogos de gestão”, módulo “Gerência de si mesma”. O processo de incubação⁵, que compreende organização produtiva, comercialização e gestão financeira contábil, está iniciado nas unidades produtivas.

Outro elemento fundamental é a articulação constante de parceiros do setor privado e governamental para a ampliação das possibilidades de postos de trabalho para as mulheres que não se identificam com a organização de empreendimentos coletivos orientada pelo projeto.

A metodologia que permeia as ações do projeto possui *três eixos* estruturantes e interligados que o fundamentam: trabalho, economia solidária e feminismo.⁶

O feminismo é a ação política das mulheres que são reconhecidas como sujeitos históricos e políticos da transformação das condições de exploração e opressão que permeiam suas vidas. Essa concepção propõe que as mulheres transformem a si mesmas e ao mundo numa perspectiva de emancipação humana. O feminismo expressa-se em ações coletivas, individuais e existenciais na vida cotidiana. Está presente na teoria, na política, nas práticas sociais, na ética, na arte... Ou seja, em todas as dimensões da existência humana. Reconhece um poder expresso não somente no âmbito do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, afirmando o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e econômicos. Portanto, na ação política feminista, todas/os aquelas/aqueles que ocupam uma posição de subalternidade nas relações de poder existentes são convocadas/os a transformá-las.

Em suma, a proposta do projeto *Inclusão produtiva para as mulheres* é a materialização de ações coletivas com foco no trabalho e gestão

⁵ Procedimentos que orientam a equipe técnica, locais onde serão estruturadas as bases materiais para a produção e acompanhamento técnico dos grupos de mulheres. São procedimentos que envolvem a elaboração do *Plano autogestionário de negócios*, com detalhamentos sobre os fluxos de insumos e produtos, estudo de mercado e fixação de preços, fluxo de caixa e formação de reservas.

⁶ O trecho a seguir foi extraído e adaptado do projeto *Inclusão Produtiva para as Mulheres do Bolsa Família em Fortaleza*.



de renda, transformadoras das relações de gênero e da desigualdade, com vistas a gerar relações mais igualitárias, solidárias e democráticas, como condição básica para o desenvolvimento integral das mulheres numa perspectiva de emancipação. Para tanto, as mulheres estão se organizando em empreendimentos coletivos e autogestionários.

Mesmo em curso, o projeto já apresenta resultados parciais na vida das mulheres. No que diz respeito às desigualdades, muitas delas passaram a refletir e a discutir a condição e posição das mulheres na sociedade. Conseqüentemente, algumas perceberam a divisão sexual do trabalho, a partir das inúmeras atividades produtivas que desenvolvem durante o dia, embora não sejam remuneradas e nem tenham direito a folga. Deste modo, elas passam a se situar como sujeito da sua própria história e a visualizar a importância da busca de autonomia e de um projeto de vida profissional. O trabalho apresenta-se, assim, fundamental nessa busca de libertação e superação das várias formas de opressão e violência.

O êxito desta ação vem se comprovando pela mudança de práticas no cotidiano da vida das mulheres inseridas no projeto, tais como: participação em espaços de organização social, como assembleias do orçamento participativo, fóruns e conselhos; fortalecimento dos vínculos comunitários; inserção no mercado de trabalho; e organização de empreendimentos coletivos.

O projeto vem contando com parcerias na esfera federal – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Na esfera municipal, vários parceiros vêm se agregando e fortalecendo os resultados desta ação: SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Instituto de Desenvolvimento e Trabalho, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, Habitafor, Projeto Casa Brasil, Sindicato dos Têxteis do Ceará, Sindicato da Construção Civil, Associação Cearense da Indústria de Panificação, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco Palmas.

Os resultados quantitativos da formação política e técnica já se mostram significativos: até novembro de 2008, 1.000 mulheres concluíram cursos e passam agora pela incubação, enquanto outras 500 estão na etapa da qualificação. Sua metodologia tem sido reconhecida



e aprovada, por ampliar o atendimento a mais mulheres em nosso município e outras localidades. Acreditamos que, dessa forma, estamos construindo políticas públicas geradoras de relações igualitárias entre mulheres e homens.

Essas experiências que vêm se processando colocam-se como desafiadoras para o poder público, uma vez que: a) incorporam elementos que questionam o atual desenho que estrutura as relações de sexo na nossa sociedade; e b) possibilitam dialogar e aprofundar com as mulheres a reflexão acerca do lugar do seu trabalho (seja o trabalho doméstico/familiar, seja o trabalho no mercado) e dos frutos por eles gerados, na perspectiva do reconhecimento e visibilização da contribuição feminina para a sustentabilidade da vida e o desenvolvimento econômico. Mais que isso, abrem horizontes, ainda que com limites, para se pensar um futuro, para além do historicamente estabelecido às mulheres, com ampliação de horizontes e construção de maior poder e autonomia, financeira, pessoal e política. Permanece, desse modo, o desafio de contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres por meio do trabalho mas, sobretudo, o de articular com outras políticas que têm um papel importante na manutenção da divisão sexual do trabalho, como na área da educação, por exemplo.

Por fim, tais experiências desenvolvidas pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres têm demonstrado que é possível implementar políticas públicas que, de fato, contribuam para alterar as relações de desigualdade entre mulheres e homens. Segundo essa perspectiva, é papel fundamental do Estado viabilizar políticas que questionem relações e valores tradicionais, que reforçam a posição de subordinação das mulheres, construindo alternativas para as mesmas que dêem conta, a um só tempo, da possibilidade de geração de renda pelo trabalho além do fortalecimento das mulheres como *sujeitas ativas* no processo de transformação de suas condições e da sociedade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.



BRASIL. *Atlas da economia solidária no Brasil*. Brasília: SENAES/MTE, 2004.

CARRASCO, Cristina. “A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?”. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. (Orgs.). *Cadernos Sempre Viva. A produção do viver*. São Paulo, N° 8, pp. 11-43, dez. 2003.

CULTI, Maria Nelzida. *Mulheres na economia solidária*. São Paulo: UNITRABALHO, 2004.

DEMO, Pedro. *Política social do conhecimento – sobre futuros do combate à pobreza*. Coleção Temas Sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GUÉRIN, Isabelle. *Sociologia econômica e relações de gênero*. (mimeo), 2003.

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. Tradução: Miriam Nobre. In: EMÍLIO, Marli et alii. (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo-Coordenadoria Especial da Mulher, N° 3, pp. 55-64, dez. 2003.

NOBRE, Miriam. “Diálogos entre economia solidária e economia feminista”. FARIA, Nalu; e NOBRE, Miriam (Orgs.). *Cadernos Sempre Viva. A produção do viver*. São Paulo, N° 8, pp. 91-94, dez. 2003.

PESSOA, Cleudes; PEIXOTO, Socorro Leticia Fernandes e RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. “Economia solidária e feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres”. Artigo apresentado e publicado no 2º Encontro Internacional de Formação de Trabalhadores. UFC. Fortaleza/CE, julho, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria para útil para análise histórica”. Recife: SOS Corpo, (mimeo), 1989.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PÁGINA ELETRÔNICA

ONU. Relatório do estudo *Mulheres e mundo do trabalho*. Disponível em: <http://www.cidadadomundo.org/?p=236>. Acesso em: 17/02/2006.



MULHERES, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS PARA A GESTÃO MUNICIPAL

EDITE SILVA¹
SIMONE HOLANDA²
RAQUEL VIANA³

Durante séculos as mulheres estiveram excluídas dos espaços públicos de decisão e poder, que se construíram como espaços exclusivos e privilegiados dos homens. A sociedade capitalista, não obstante a sua retórica modernizante e de ode ao indivíduo, reproduziu este processo, mantendo o modelo de separação entre as esferas públicas e privadas em curso desde a pólis grega, o qual relegava às mulheres e aos escravos o espaço doméstico, da casa, do cuidado, e lhes negava, portanto, o direito à participação efetiva nos rumos da sociedade. Por muito tempo a cidadania foi um estatuto que dizia respeito somente aos homens, na condição de proprietários.

A paulatina inserção das mulheres nos espaços públicos deu-se, em um primeiro momento, a partir da incorporação da mão-de-obra feminina no trabalho de mercado, atendendo às necessidades de uma determinada etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Foi, porém, sobretudo pela capacidade de organização das mulheres, como sujeito coletivo, e do questionamento das regras históricas de exclusão e subordinação femininas estabelecidas na sociedade que as mulheres conseguiram transpor o portal que as separava da política.

¹ Assessora técnica da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres de Fortaleza.

² Historiadora, assessora técnica da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres de Fortaleza.

³ Assistente social e assessora técnica da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres de Fortaleza.



A participação social e política guarda, portanto, um importante significado para a trajetória do conjunto das mulheres, uma vez que representa, em última instância, ter o direito de decidir os rumos da coletividade, de intervir nos espaços institucionais constituídos e legitimados pelos diversos setores da sociedade.

Torna-se necessário, então, pensar a participação social e política de uma forma geral, e das mulheres em particular, para além das tradicionais estruturas de poder e da democracia representativa. Somente assim será possível capturar e entender, apesar de um histórico processo de exclusão, as múltiplas formas de inserção social e política das mulheres, em especial: como estas constroem possibilidades e alternativas de intervenção social individual e/ou coletiva e de como conseguem protagonizar importantes experiências na cena pública do país e de nossa cidade.

A participação feminina na vida social e política tem sido, sem dúvida, um grande desafio. A massiva presença das mulheres nos movimentos sociais, na luta diária das comunidades, não corresponde a uma representação que lhes seja proporcional nas esferas de decisão e poder, sendo estas majoritariamente ocupadas pelos homens. Há, portanto, uma sub-representação das mulheres nesses espaços.

O debate sobre a participação das mulheres não pode, desse modo, prescindir de uma reflexão acerca do conjunto de dificuldades e obstáculos que ainda impedem as mulheres de desempenhar sua efetiva participação, independentemente de nos referirmos à democracia participativa, representativa ou direta.

É verdade que ainda vivemos numa sociedade profundamente marcada pela desigualdade, que articula pelo menos três dimensões centrais e coextensivas: a de classe social, a de raça/etnia e a de sexo/gênero. O modo como as relações entre mulheres e homens se constituíram social e historicamente, no entanto, tem um peso crucial na restrição ou garantia de participação das mulheres, e envolve as questões de articulação das dimensões do público e do privado.

Imaginar que as mulheres são ainda majoritariamente responsabilizadas pelo trabalho doméstico, pela gestão da vida cotidiana, da família, e submetidas à dupla ou tripla jornada, dá-nos pistas de como,



na prática, a participação de mulheres e homens está calcada na desigualdade. O tempo livre para a política, para a participação na vida social ainda é, em certa medida, um privilégio dos homens.

Além desse aspecto, outra questão importante a destacar é a concepção incorporada tanto por homens quanto por parte das mulheres acerca da “natural” incapacidade das mulheres de exercerem um papel no mundo público e desenvolverem uma intervenção política. Isso acontece ao ponto de se identificar a política e, por conseguinte, a participação e as ações coletivas, como algo do mundo dos homens. Estes, por sua vez, também se sentem “naturalmente” capacitados para fazer política, exercer o poder, ocupar o espaço público e fazer jus ao direito incontestável à participação.

As reflexões acerca da participação das mulheres obrigam-nos, assim, a pensar, a partir do lugar de gestoras das políticas públicas, sobre o papel do Estado e seu caráter historicamente contraditório. Embora seja um espaço tradicionalmente de controle e gestão, avaliamos que desde uma concepção de Estado democrático também lhe cabe um papel ativo e pode vir a ser um estimulador, incentivador e facilitador da participação das mulheres na vida social e política da cidade. Isso nos leva a indagar, para além das possibilidades de ampliação dos canais democráticos formais de diálogo e participação das mulheres em seu conjunto, sobre a necessidade de garantir condições para o seu acesso aos diversos espaços. A ampliação dessas possibilidades exige alterar dinâmicas e condições em pelo menos dois âmbitos: no fortalecimento das próprias mulheres e na alteração das condições de vidas que as limitam. No primeiro âmbito, é essencial o desenvolvimento da formação política, o estímulo à sua auto-organização, a multiplicação de iniciativas que auxiliem na ruptura com a socialização tradicional voltada apenas para os espaços privados, o fortalecimento da fala pública das mulheres. No outro âmbito, se apresentam as políticas que fortalecem a autonomia das mulheres no campo pessoal e econômico, que incidem sobre a divisão sexual do trabalho, como creches e políticas de cuidado; enfim, políticas que facilitem sua participação nos espaços públicos. Além do incentivo à alteração de práticas sociais discriminatórias e reforçadoras da socialização tradicional das mulheres.



As mulheres no Orçamento Participativo

A Prefeitura de Fortaleza, orientada pela perspectiva do aprofundamento da democracia e garantia da participação da população, instituiu, em 2005, o Orçamento Participativo (OP), modalidade de experiência de controle social já consagrada em outras administrações petistas, vinculando-a estrategicamente à Secretaria de Planejamento. Trata-se de um importante instrumento que tem possibilitado à população, por meio de um processo de negociação direta com o poder público municipal, definir as prioridades de investimento e destinação dos recursos públicos e, conseqüentemente, uma maior fiscalização e controle das ações do governo na implantação das políticas públicas.

Essa decisão política representa uma necessidade e compromisso de romper com a cultura clientelista e excludente consolidada historicamente e que vinha sendo atualizada e repactuada pelos grupos hegemônicos há, pelo menos, uns vinte anos na cidade. Ainda que de forma lenta e gradativa, as velhas formas de fazer política vêm sendo quebradas, à medida que tanto o OP quanto outros mecanismos de participação instituídos pela gestão municipal ganham a legitimidade e reconhecimento de importantes setores da população. Tem sido, portanto, um importante aprendizado para o conjunto dos seus participantes, população e gestores.

Como parte dos novos organismos criados pela Prefeitura de Fortaleza, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, ela própria uma novidade político-institucional, reconhece o OP como um espaço estratégico para o debate das políticas públicas e tem feito um esforço, em parceria com a Secretaria de Planejamento, de incentivar a participação das mulheres e a incorporação de suas necessidades específicas no orçamento da cidade. Para isso, tem participado de momentos-chave, como as “Plenárias dos Segmentos”, participação que tem possibilitado à Coordenadoria uma aproximação e maior diálogo com as mulheres no processo de negociação de suas demandas.

Além disso, a Coordenadoria da Mulher tem contribuído com os momentos de formação política não somente das mulheres, mas de todos os segmentos do OP, por meio dos *Encontros de Cidadania*, que reü-



nem em torno de cento e cinquenta pessoas a cada edição. São espaços que possibilitam um maior questionamento e reflexão acerca dos problemas enfrentados pela cidade e de como eles impactam, de maneira diferenciada, os diversos setores que nela convivem, incluindo as mulheres. Com distintas iniciativas, a Coordenadoria da Mulher contribui, especificamente, para que as delegadas possam, de alguma forma, organizar sua intervenção nas plenárias deliberativas e em outras etapas do OP.

Nessa trajetória, portanto, observamos uma forte presença das mulheres no Orçamento Participativo, como podemos verificar no *Relatório de participação do Orçamento Participativo (2005-2008)*. Entre 2005 e 2008, do total de 38.743 participantes do OP, 14.320 são homens e 24.423 são mulheres. Ou seja, as mulheres representam 67% dos participantes do OP no período. Suas demandas relacionam-se com questões fundamentais que marcam sua condição de mulheres e passam a ter prioridade na sua agenda, como é o caso da demanda por políticas na área de combate à violência, mas, sobretudo, por creches e postos de saúde.

As propostas que ganham destaque entre as mulheres nos debates do orçamento participativo explicitam, mais uma vez, o quanto a existência de algumas políticas são fundamentais para o cotidiano das mulheres. Não é por acaso que as áreas de combate à violência, a demanda por mais creches e postos de saúde aparecem com mais força. São equipamentos que interferem diretamente no seu dia-a-dia, seja pela presença tão disseminada da violência sexista, seja pelo peso do cuidado com a família que recai sobre as mulheres. Equipamentos de cuidado e educação infantil, em particular, têm papel fundamental para alterar a divisão sexual do trabalho e, nesse sentido, podem contribuir para diminuir a sobrecarga de trabalho das mulheres. Em síntese, podemos concluir que esses espaços são estratégicos para elas, sobretudo aquelas dos setores mais empobrecidos da cidade que, na verdade, constituem a maioria das mulheres engajadas no Orçamento Participativo.

É bem verdade que ainda permanecem as dificuldades das mulheres de convencer o conjunto dos delegados do Orçamento Participativo sobre a importância de aprovar propostas prioritárias do ponto de vista das necessidades delas, mas também do núcleo familiar, em



especial das crianças. Por isso, é fundamental observar a capacidade de articulação e mobilização das mulheres, fazendo com que o OP seja também um espaço de construção, de aprendizado e de visibilização das mulheres como sujeitos políticos, da legitimidade de suas demandas e, sobretudo, do questionamento das desigualdades entre os sexos e da necessidade do aprofundamento da democracia com participação efetiva de mulheres e homens.

Ciclos de Participação: uma experiência em construção

Os *Ciclos de Participação Popular*, que reúnem mulheres de regiões da cidade fortalecendo o processo de sua atuação política, foram criados por iniciativa da Coordenadoria da Mulher. Surgiram em 2006, a partir da necessidade de estabelecer um diálogo mais direto com o conjunto das mulheres da cidade.

Os Ciclos de Participação Popular são espaços descentralizados que buscam envolver as mulheres, e são propostos aproveitando os momentos de mobilização mais ampla ou quando questões ou temas específicos ocupam a pauta pública como, por exemplo, por ocasião do 8 de março, dia internacional das mulheres; ou do dia 25 de novembro, dia de combate à violência contra as mulheres; ou no processo de preparação das conferências. São espaços abertos que estimulam a participação, com uma dinâmica crescente de aprofundamento das discussões. Até o final de 2008, a experiência dos Ciclos de Participação Popular foi implementada em quatro ocasiões: antecedendo a 2ª Conferência Municipal; para apresentação da Coordenadoria da Mulher nos bairros da cidade; por ocasião do 25 de novembro nos anos de 2007 e 2008. Nesses momentos, são reunidos cerca de vinte a trinta grupos de mulheres, com trinta a cinquenta participantes cada um (mas que já chegaram a reunir até cem mulheres), nos quais os passos do ciclo vão sendo propostos e implementados dentro de um mesmo tema geral proposto pela Coordenadoria. Sem cobrar uma obrigatoriedade de prazos, busca-se fazer com que todos os grupos desenvolvam esses passos. No primeiro ciclo, o tema escolhido foi participação política das mulheres; em seguida discutiu-



se o que é a Coordenadoria e a necessidade de políticas públicas municipais; e, finalmente, naqueles realizados nos meses de novembro, o tema da violência sexista.

É uma experiência que vem sendo construída com base no processo de acúmulo e de reflexão da Coordenadoria junto ao *GT-Mulher*, e nas demandas advindas das mulheres espalhadas pelos quatro cantos da cidade, de diversos setores, lideranças, militantes dos movimentos de mulheres e popular. O *GT-Mulher* é o fórum impulsionado pela Coordenadoria que congrega as diversas secretarias e outros órgãos governamentais para discutir de forma intersetorial as políticas para as mulheres no município,

Os Ciclos de Participação Popular pretendem se instituir como uma estratégia permanente de estímulo, ampliação e fortalecimento da participação das mulheres nos rumos da cidade; com certeza, sem a pretensão de substituição de qualquer outro espaço legítimo de participação das mulheres. Ao contrário, ele pretende ser um instrumento que desafie e estimule as mulheres à participação e ao engajamento na vida política da cidade, nos próprios ciclos, e em outros espaços, movimentos, conselhos etc.

Os Ciclos de Participação têm uma metodologia que contempla quatro momentos distintos, porém articulados:

Reuniões – para apresentar a proposta dos Ciclos de Participação e realizar um primeiro diagnóstico da situação e de demandas do grupo de mulheres;

Oficinas – espaços de formação em temas diversos, definidos a partir das reuniões com cada grupo;

Plenárias – momento de debate e levantamento de problemas e demandas das mulheres de um mesmo território, de diálogo com o conjunto das secretarias implicadas e de definição dos temas para os seminários;

Seminários Temáticos – momentos também de formação/reflexão acerca de uma problemática comum ao conjunto de mulheres de um mesmo território, definidos coletivamente nas Plenárias.

Essa experiência coloca-se como um grande desafio para todas nós. Embora em construção, tem demonstrado sua capacidade de aglutinar um importante e representativo número de mulheres, que têm



encontrado nesses momentos um rico espaço de debate, aprendizado, de exercício da fala livre, da efetiva participação, além da possibilidade de construção de uma identidade com o feminismo, uma vez que este é um dos eixos norteadores dos Ciclos de Participação.

Os Ciclos de Participação inspiram-se no feminismo e pretendem dar ferramentas para uma releitura do mundo e da vida das mulheres a partir do olhar delas próprias, desvendando as contradições e as raízes da opressão, da discriminação e desigualdade que marcam a vida do conjunto das mulheres. Trata-se, por fim, de uma oportunidade de estreitamento da relação entre as demandas históricas das mulheres e o poder público municipal, naturalmente conflituosa, mas, dentro do prisma dessa experiência, comprometida, respeitosa, franca e solidária.

As Conferências de Políticas para as Mulheres

A garantia de participação das mulheres foi uma preocupação desta gestão, desde o início. O processo preparatório para a realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres⁴ consolida esse processo. Assim, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, em parceria com os movimentos de mulheres da cidade e órgãos governamentais, coordenou o processo de organização da 2ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres. Foi uma rica experiência de esforço coletivo pela realização desse momento de grande importância para o fortalecimento das políticas públicas e da cidadania das mulheres.

Antecedendo à realização da 2ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, aconteceram três pré-conferências regionais, reunindo cerca de 300 mulheres das seis regiões administrativas da cidade. As pré-conferências foram uma primeira aproximação com a pauta em discussão e teve como objetivos: a) realizar um breve diagnóstico da situação das mulheres, levantando os principais problemas

⁴ A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres é convocada pela Presidência da República e coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A primeira conferência foi realizada em 2004 e a segunda em 2007.



por elas enfrentados, em vários campos; e b) informar e mobilizar as mulheres para o processo de realização da 2ª Conferência Municipal.

A preocupação em aprofundar o debate em torno do processo das Conferências, e da efetiva participação das mulheres, estendeu-se não somente às mulheres da população em geral, mas também às servidoras públicas municipais. Nesse sentido, a Coordenadoria da Mulher realizou uma plenária que reuniu setenta servidoras da prefeitura, algo inédito na gestão desta cidade, e de extrema relevância pela necessidade de reconhecer esse segmento de trabalhadoras que enfrenta um conjunto de dificuldades relacionadas a seu trabalho, às condições de classe social e de gênero. Foi um momento importante que possibilitou refletir sobre o papel do Estado e das políticas públicas no enfrentamento das desigualdades e discriminações que marcam a vivência da maioria das trabalhadoras, neste caso, do setor público.

A 2ª Conferência de Políticas para as Mulheres reuniu 600 mulheres, representantes dos vários bairros da cidade e de diversos segmentos: negras, jovens, idosas, lésbicas, sindicalistas, lideranças do movimento popular e de mulheres. Foram dois dias de intensos debates sobre as principais demandas das mulheres nas áreas da saúde, educação, cultura, violência, trabalho, participação, étnico-racial e juventude.

Como resultado da 2ª Conferência de Políticas para Mulheres, Fortaleza passa a elaborar o seu 1º Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, em um processo dialogado com as mulheres, definindo prioridades de políticas a serem implementadas pelo poder público municipal, o que representa mais um passo no fortalecimento da democracia e no processo de construção da cidadania das mulheres da nossa cidade. A iniciativa do Plano expressa, portanto, o comprometimento do poder executivo municipal com a concretização das propostas e prioridades apontadas e defendidas pelas mulheres. Constitui, sem dúvida alguma, uma resposta às históricas demandas e necessidades das mulheres.

As Tribunas da Mulher

As *Tribunas da Mulher* são atividades de divulgação e “agitação” de temas, políticas e propostas relacionados a demandas das mulheres. São um espaço em que a Coordenadoria e o *GT-Mulher* dialogam



com as mulheres da cidade, e com a sociedade de forma mais ampla, divulgando as políticas existentes no município, orientando sobre direitos. Um espaço interativo, onde as mulheres exercitam a fala pública, reivindicam, reclamam, sugerem, denunciam.

Com um caráter eventual e criativo, podemos dizer que as tribunas se aproximam do *happening*, embora seja claro que não se tem a pretensão de criação artística ou de um trabalho de elaboração intelectual em sua execução. Mas o fato é que, apoiando-se em manifestação artística, levam até as ruas as ações e os debates propostos pela Coordenadoria da Mulher, de forma criativa e envolvendo a população, criando um espaço de interação informal, que aproxima pessoas e opiniões que, de outra forma, provavelmente não se expressariam. Têm sido realizadas prioritariamente nos terminais de ônibus e praças públicas, de forma simultânea.

As Tribunas têm sido uma importante experiência da Coordenadoria da Mulher. É interessante perceber como as mulheres, mesmo que não estejam cotidianamente engajadas, ou participando de forma mais ativa, conseguem identificar a oportunidade de expressar seus anseios e queixas, quando as oportunidades lhes são oferecidas. Há, portanto uma necessidade latente de falar sobre seu cotidiano, de expressar seus temores e de denunciar aquilo que, muitas vezes, não é por elas nomeado: a opressão a que estão submetidas.

Essa experiência fortalece o argumento de que, por meio da ação governamental, é possível e necessário criar condições e múltiplas alternativas para o estímulo e ampliação da participação das mulheres, uma vez que compreendemos que a cidade não se faz sem elas. Devem se constituir como *sujeitas* políticas e protagonistas da sua história.

Desafios para as políticas públicas

Aprofundar a democracia, garantir e ampliar a participação das mulheres e o controle social sobre as políticas públicas implementadas coloca-se como um grande desafio para o poder executivo municipal e, em especial, para a Coordenadoria da Mulher. É necessário avançar, cada vez mais, no sentido de estabelecer canais de diálogo com os



movimentos, criando mecanismos institucionais, que façam a interlocução com conjunto das mulheres.

Deve ser compromisso do governo municipal garantir os meios para a construção da efetiva cidadania das mulheres, que vai além do direito formal. Em particular, é papel desafiador da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, que foi a primeira experiência de organismo de políticas para as mulheres no Estado do Ceará, ser um sujeito ativo nesse processo, que formula, articula, mobiliza e executa as políticas no município.

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres está convencida de que ainda há um longo caminho para a efetivação da cidadania das mulheres, caminho este que deverá ser trilhado por muitas e muitos. Mas nesse rumo já foram dados os primeiros passos.

Os desafios postos não são poucos nem subestimáveis, mas faz-se necessário enfrentá-los com o compromisso e a clareza do papel de cada um nesse processo. Assim, vale enfatizar que a atuação junto aos movimentos sociais e o estímulo à participação e organização das mulheres se inserem em uma ação orientada para:

- combater o preconceito, os estereótipos e a discriminação sobre as mulheres, ou seja, romper com a cultura e a lógica que as inferioriza e as desqualifica, e que lhes nega a cidadania e as condições e os direitos de fazer suas escolhas; e

- contribuir para a ruptura da atual forma de divisão sexual do trabalho, para o fim da violência sexista; para o acesso ao conhecimento, ao lazer e ao trabalho com igualdade.

Finalmente, é preciso que as conquistas realizadas nesse período de gestão sejam mantidas e aperfeiçoadas. E, fundamentalmente, é necessário aprofundar as transformações, as políticas públicas e os mecanismos democráticos de participação efetiva de todas as mulheres da cidade.

Referência

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. SISOP. Sistema de informações sobre o Orçamento Participativo: Relatório de participação do Orçamento Participativo (2005-2008). Fortaleza, 2008.



DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS E A CIDADANIA DAS MULHERES: A PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA COMO ALVO

LOURDES GÓES¹

55

Por muito tempo, aspectos relacionados à sexualidade e à reprodução restringiam-se somente ao espaço doméstico e eram tratados com preconceito e tabus. Porém, mesmo com todos os avanços obtidos na área dos direitos sexuais e reprodutivos nos últimos anos, isso não significa que as leis estejam sendo respeitadas e cumpridas, pois ainda hoje muitas responsabilidades recaem sobre as mulheres e persiste a discriminação direcionada àquelas pessoas de orientação sexual diferente do padrão heterossexual exigido pela nossa sociedade.

Ao longo de décadas, as mulheres vêm lutando para se afirmarem no cenário das políticas públicas de saúde, como *sujeitas de direito* e não apenas a partir de sua função reprodutiva. Esse debate passou, assim, por vários estágios, culminando na atualidade com o entendimento da integralidade da saúde da mulher, tendo por foco as questões sexuais e reprodutivas.

A afirmação e a construção do conceito de *direitos reprodutivos* vêm se dando prioritariamente no campo da saúde, mas envolvem também a luta das mulheres, no sentido da delimitação das questões relativas à cidadania. Com isso, aporta-se uma dimensão política à prerrogativa de autonomia e liberdade dos sujeitos humanos nas esferas da sexualidade e reprodução (Correa e Ávila, 2003, apud UNFPA, 2004).

¹ Militante feminista, mestre em Saúde Pública, especialista em Gênero, Educação e Desenvolvimento, Saúde Pública e Materno-Infantil, é coordenadora do Projeto Hospital da Mulher de Fortaleza. Implantou e coordenou por um ano o Centro de Referência de Atenção às Mulheres em Situação de Violência da Prefeitura de Fortaleza.



Avanços são identificados no campo da saúde coletiva, como a incorporação do conceito de equidade em saúde, o que traz ganhos significativos específicos para a saúde das mulheres. O conceito de equidade é um conceito associado aos princípios dos direitos humanos e da justiça social que no campo da saúde, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), significa um ganho por parte de todas as pessoas em relação ao bem-estar mais alto alcançado. Para tanto, é importante considerar a multidimensionalidade da exclusão e da pobreza, pois não é suficiente explicar a exclusão das mulheres pela pobreza, mesmo sendo um dos principais limites. *A equidade em saúde* implica: estado de saúde e suas determinações; acesso e utilização de serviço de saúde em acordo com as necessidades distintas; financiamento de atenção em acordo com a capacidade econômica e em relação à necessidade e riscos; distribuição da carga de responsabilidade e poder no cuidado da saúde em pé de igualdade entre mulheres e homens.

Ao contrário, podem-se observar certas dimensões negativas no caso de iniquidades de gênero na saúde: ■ homens e mulheres apresentando diferenças na saúde; ■ diferentes culturas *versus* processos de saúde e doença; ■ mais mulheres freqüentam os serviços de saúde; ■ causas de enfermidade e mortes em mulheres são evitáveis; ■ fatores de gênero determinam desvantagens em relação à sobrevida masculina; ■ dificuldade de incluir homens adultos nos serviços de saúde devido a atitudes culturais de gênero; ■ as famílias não podem se constituir em unidades mínimas de análises estatísticas ou de intervenção; ■ pobreza restringe desproporcionalmente o acesso das mulheres aos serviços de saúde; ■ as distinções de gênero no trabalho remunerado se associam com uma consistente subvalorização do trabalho da mulher; ■ trabalho informal das mulheres no cuidado à saúde; ■ mulheres têm mais responsabilidade e menor poder na produção da saúde.

Saúde sexual e reprodutiva

Foram várias as Conferências da ONU que abordaram temas relacionados com a reprodução, destacando-se a conferência do Cairo em 1994, que discutiu pela primeira vez questões como integralidade



corporal e autodeterminação inerentes à saúde, de forma plena e igualitária, em todas as fases da vida da mulher.

Os direitos reprodutivos e sexuais, como direitos humanos básicos, são legitimados mundialmente desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, e nas diversas leis internacionais (convenções e pactos), nacionais e nos documentos consensuais (plataformas de ação das conferências internacionais das Nações Unidas) sobre direitos humanos, em que se destacam as Conferências de Cairo (1994) e Pequim (1995), quando o Brasil se posiciona de forma mais avançada a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos. No cenário nacional, destacam-se, nos anos 1980 a 1990, as reivindicações de implantação de um modelo mais abrangente de atendimento à saúde da mulher. Surge, então, o PAISM (1982), Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que continua sendo uma meta, tendo tido avanços nos últimos governos, com a publicação de diretrizes nacionais pelo Ministério da Saúde (2001), seguida por alguns Estados e Municípios, como é o caso da atual gestão de Fortaleza que publicou o documento: “Política de Saúde para as Mulheres de Fortaleza” (2005), explicitando compromissos e responsabilidades com a saúde das mulheres do município.

Fortaleza

Um exemplo de política de saúde da mulher
– universal integral – focada nos direitos sexuais e reprodutivos que vem dando certo

Fortaleza conta com uma população de 2.431.415 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007); destes, 1.139.166 são mulheres, representando 51 % da população.

Sabe-se que 100 % da população brasileira lança mão, de alguma forma, do Sistema Único de Saúde-SUS. Nessa atenção, várias questões são preocupantes, como o problema da dificuldade do acesso, as enormes filas, o que faz com que seja premente a implementação de estratégias que garantam a humanização da atenção, que consolidará a premissa de um SUS plural e inclusivo. No entanto, não é possível fazer o SUS avançar, se não se discute os direitos das mulheres, principalmente os direitos sexuais e reprodutivos. Reconhecen-



do-se que o campo prioritário dessa reflexão se dá na implementação da *política de planejamento reprodutivo*, constata-se o enorme desafio de se respeitar as várias possibilidades de vivência da sexualidade, sem reproduzir atitudes preconceituosas nos atendimentos prestados às mulheres, com a premissa de garantir o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. Isto significa assegurar a autonomia, fomentando a participação em todos os níveis e restabelecendo as mulheres à categoria de sujeito histórico e político.

É fundamental entender que para dar conta de uma política integral, inclusiva e comprometida com os interesses e necessidades das mulheres, deve-se ter como premissa o recorte de gênero. Pode-se, assim, ir além de concepções restritas que abordam a mulher apenas a partir de sua função reprodutiva – logo, em que a maternidade figura como principal atributo, reforçado nos aspectos da biologia e da anatomia do corpo da mulher –, incluindo outras concepções que interagem com os direitos humanos e questões relacionadas à cidadania.

Diretrizes para a política de saúde da mulher e gênero em Fortaleza

A partir das premissas relatadas anteriormente, das experiências dos serviços da rede municipal de saúde e, tomando-se como referências técnico-políticas a política nacional de saúde para as mulheres adotada pelo Ministério da Saúde-Área Técnica de Saúde da Mulher em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que se respaldaram nas recomendações da Primeira Conferência Nacional de Política para Mulheres (julho 2004), foram elaboradas as seguintes diretrizes para a política de saúde de Fortaleza:

- humanização do nascimento e parto, expresso pela cobertura de pré-natal, melhoria da assistência obstétrica, redução da mortalidade materna, diminuição dos índices de gravidez na adolescência, diminuição dos índices de cesáreas;
- implementação de atenção às mulheres adolescentes, mulheres no climatério/menopausa e velhice;
- implantação da atenção às mulheres negras, lésbicas, mulheres com deficiência, e trabalhadoras;



- implantação da interface saúde mental e gênero;
- prevenção e atendimento dos agravos decorrentes da violência de gênero e sexista – doméstica e sexual; e do aborto legal;
- implementação da atenção às mulheres na prevenção, tratamento e controle do câncer ginecológico (mama e colo uterino) e de outros tipos de câncer, destacando-se o de pulmão que, segundo o Ministério da Saúde (2005), tem crescido em maior escala nas mulheres por conta do fator tabagismo;
- atenção frente aos demais agravos crônicos, destacando-se a hipertensão que vem apresentando uma significativa incidência entre as mulheres.

É imprescindível, como se pode constatar a partir da leitura dessas diretrizes, a incorporação do olhar de gênero na análise epidemiológica e no planejamento das ações de saúde, objetivando promover a melhoria das condições de vida, a igualdade e os direitos de cidadania da mulher, uma vez que diferentes populações estão expostas a variados tipos de risco. Mulheres e homens, em função da organização social das relações de gênero, também estão expostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte (Ministério da Saúde, 2004).

Dentre as diretrizes e ações definidas na política municipal de saúde, de forma exemplar, priorizou-se a *redução da mortalidade materna* como um dos principais indicadores de resultado a ser alcançado, entendendo que é uma ação complexa que envolve vários fatores e em vários níveis de intervenção. Destaca-se o fato de se observar por parte de alguns serviços e profissionais uma certa insensibilidade frente ao ato de parir, transformando o corpo das mulheres em objeto de intervenção e manipulação, dificultando ou mesmo negando às mulheres a condição de sujeito no processo de parir, fato esse observado através dos altos índices de cesáreas realizadas no nosso país.

Redução da mortalidade materna

Fortaleza, a capital brasileira que
mais reduziu mortalidade materna em 2007
– premiada pelo Ministério da Saúde.

Segundo trabalho publicado por Freitas e Araújo (2008), a mortalidade associada ao ciclo gravídico-puerperal e ao aborto representa



cerca de 6% dos óbitos de mulheres de 10 a 49 anos no Brasil, sendo de extrema relevância, por estar relacionada a eventos naturais (gravidez e parto) e por ser evitável em mais de 95% dos casos, segundo a OMS. A mortalidade materna é um importante indicador da realidade social de um país e de seu povo e é correto, portanto, afirmar que a conclusão da análise das condições em que e como morrem as mulheres de um país espelha o nível de desenvolvimento humano do seu povo. Um alto índice de mortalidade materna é indicativo de precárias condições sócio-econômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. Afirma-se, portanto, que a morte materna afeta diretamente um número grande de membros da família e da comunidade.

Revisitando o conceito de mortalidade materna

Mortalidade materna é conceituada como o óbito que ocorre durante a gestação, parto e puerpério até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez, e devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela condição gestacional, ou ainda por medidas relativas a esta, porém não devida a causas acidentais ou incidentais. Os óbitos maternos podem ser classificados em óbitos obstétricos de causas diretas ou indiretas. Os diretos são aqueles causados por complicações obstétricas na gravidez, no parto e no puerpério até 42 dias após o parto. Os óbitos que ocorrem de 42 dias após o parto a 01 ano, são considerados obstétricos diretos e tardios. Óbitos obstétricos de causas indiretas são aqueles resultante de doenças preexistentes ou que se desenvolveu durante a gravidez, não devidas a causas obstétricas diretas, mas agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez; óbitos de causas não obstétricas são aqueles resultantes de causas incidentais ou acidentais não relacionadas à gravidez e seu manejo.

A OMS estima que, em 1990, aproximadamente 585.000 mulheres, em todo o mundo, morreram por complicações ligadas ao ciclo gravídico-puerperal. Desses óbitos, 95% ocorreram em países subde-



envolvidos e/ou em desenvolvimento e, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde-OPAS, 90,95% das mortes maternas são evitáveis com os conhecimentos e tecnologias que se dispõem atualmente. A outra parcela, de 5 a 10%, seria evitável por medidas sociais como melhoria das condições sócio-econômicas, de acesso aos serviços de saúde etc.

Perfil das mortes maternas no Brasil

No Brasil, é estimada a ocorrência anual de, aproximadamente, 5.000 óbitos de mulheres no ciclo gravídico-puerperal. Porém observamos que nosso país apresentou, no período de 1999 a 2001, queda dos índices de mortalidade materna, devido a uma melhoria na qualidade da atenção obstétrica e ao planejamento familiar. Mesmo assim, os números mostram que a situação atual está muito aquém do aceitável, já que em países desenvolvidos o índice de mortalidade materna oscila de 6 a 20 óbitos por 100.000 nascidos vivos. Observa-se com menor índice de mortalidade materna a Austrália e o Canadá que apresentam 6 óbitos de mulheres por 100.000 nascidos vivos; Suécia com 8 óbitos por 100.000 nascidos vivos; Noruega com 9 óbitos por 100.000 nascidos vivos; Holanda e Reino Unido com 10 óbitos por 100.000 nascidos vivos e França com 20 óbitos por 100.000 nascidos vivos (anos 1992 a 1996)².

Perfil das mortes maternas no Ceará

No Ceará, ainda é muito alto o índice de mortalidade materna. Para 2002, ficou estabelecida uma razão de mortalidade materna da ordem de 87,2 por 100.000 nascidos vivos, sendo registrados 129 óbitos obstétricos e não-obstétricos. Nos anos seguintes de 2003, 2004 e 2005, o estado do Ceará apresentou, respectivamente, 109, 125 e 131 óbitos. Observa-se, nesses anos, uma tendência à elevação dos óbitos maternos no estado do Ceará.

Atribui-se esse aumento, dentre outros fatores, à falta de acesso a serviços de qualidade, sendo necessário estabelecer linhas de cui-

² Cf. Bulletin of the World Health Organization, Geneva, v.79, n. 3, p. 182-183, 2001.



dados, qualificadas, do pré-natal ao parto e puerpério humanizados, com a padronização de protocolos clínicos adequados que favoreçam condições de autonomia e liberdade. Essa falta de acesso e o uso inadequado de métodos anticoncepcionais, além do número insuficiente de serviços para o atendimento da mulher vítima de violência sexual, também resultam em um grande número de gestações indesejadas e, conseqüentemente, de abortos clandestinos, feitos sem condições de segurança, o que aumenta os riscos maternos, principalmente na zona rural.

Perfil das mortes maternas em Fortaleza

Em Fortaleza, tivemos, em 2002, 26 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos. Nos anos seguintes de 2003, 2004 e 2005, tivemos, respectivamente, 24, 29 e 26. Observamos, nesses anos, uma clara tendência à estabilidade no número de óbitos maternos.

A Prefeitura de Fortaleza, através da Coordenação de Saúde da Mulher, estabeleceu, a partir de 2005, prioridades para a área de saúde da mulher e passou a implementar um conjunto de ações que proporcionaram melhorias na qualidade e humanização da assistência à mulher no ciclo gravídico-puerperal, sendo uma delas a re-estruturação do Comitê Municipal de Mortalidade Materna (CMMF) e a criação de Comitês Internos ou Hospitalares (CIMM), e mais recentemente a criação do Hospital da Mulher, o qual se encontra em fase de construção. A partir da montagem de um perfil epidemiológico, novas medidas têm sido propostas e desenvolvidas com o objetivo de reduzir o índice dos óbitos maternos, de forma que, hoje, observamos uma redução significativa tanto em números absolutos como da razão desses óbitos.

Atribuições dos Comitês de Mortalidade Materna

A filosofia dos Comitês de Morte Materna está centrada na identificação de problemas e na prevenção de sua recorrência e principalmente na busca de estratégias para solução dos problemas.



LEVANTAMENTO DOS DADOS REFERENTES À MORTALIDADE MATERNA EM FORTALEZA NOS ANOS DE 2004 A 2005.

Quadro 1 - N° absoluto e Razão da Mortalidade Materna.

Ano	Ocorrência		
	Óbitos maternos	Nascidos vivos	Razão
2004	29	39.790	70,37*
2005	26	37.425	66,80*
2006	17	39.683	32,75*
2007	15	37.475	24,01*

Fontes: MS/DATASUS: SESA e SMS/Célula de Vigilância Epidemiológica

* RMM calculada sob 28, 25, 13 e 9 óbitos, considerados obstétricos diretos e indiretos. Valores sujeitos a modificações, de acordo com a coleta dos dados.

Quadro 2 - Razão de Mortalidade Materna por idade.

Ano	Idade						N° total	Razão
	10 - 19	20 - 29	30 - 39	40 - 49	Ignorada			
2004	03	16	08	02	-	29	70,37*	
2005	03	07	12	04	-	26	66,80*	
2006	04	10	02	01	-	17	32,75*	
2007	05	06	02	02	-	15	24,01*	

Fontes: MS/DATASUS: SESA e SMS/Célula de Vigilância Epidemiológica

* RMM calculada sob 28, 25, 13 e 9 óbitos, considerados obstétricos diretos e indiretos. Valores sujeitos a modificações, de acordo com a coleta dos dados.

Análise dos dados

Ao se examinar a distribuição por ocorrência das mortes maternas em Fortaleza, comparativamente nos anos de 2004 a 2007, observa-se uma significativa diminuição na Razão de mortalidade materna (quadro 01), chegando, em 2007, a um percentual acumulado de diminuição da RMM equivalente a 65,76%. Em relação ao perfil sócioeconômico e demográfico, observa-se que, ao longo desses quatro anos, houve predominância de óbitos na faixa etária de 20-29 anos, que não corresponde à de maior risco para a gravidez. Em conformidade com a literatura da área, pode-se afirmar que os extremos de idade – menos de 15 anos e mais de 35 anos – são considerados fatores de risco de morte durante a gestação, sobretudo porque estão associados, em maiores proporções, às síndromes hipertensivas, hemorrágicas e às complicações do parto. Em relação ao local de moradia das mulheres que foram a óbito, observa-se que a grande maioria morava nos bairros mais pobres e periféricos da cidade, tendo uma condição de margina-



lizadas socialmente, sendo a SER VI (Secretaria Executiva Regional VI) a que apresentou, ao longo dos quatro anos de estudo, o maior número absoluto de óbitos maternos, perfazendo um total de 20 óbitos. A maioria dessas tinha baixa escolaridade, renda familiar menor que um salário mínimo, eram domésticas e, em grande número, não tinham companheiros, isto é, eram mães solteiras. Analisando os óbitos maternos quanto às causas, observa-se que as causas obstétricas diretas predominaram, com destaque para a doença hipertensiva específica da gravidez e suas complicações, vindo, em seguida, as infecções e as hemorragias. Entre as causas obstétricas indiretas a infecção respiratória, com quadro de insuficiência respiratória, foi a doença mais importante. Os dados coletados aliados aos dados pessoais e da história obstétrica dessas mulheres, sobretudo os dados de pré-natal, levam-nos à conclusão de que elas enfrentaram dificuldades para ter acesso aos serviços de saúde, tendo havido ainda, possivelmente, deficiência na qualidade da assistência obstétrica prestada às mesmas, principalmente na atenção primária de saúde, e que esses fatores somados estão diretamente relacionados com a ocorrência desses óbitos.

Pacto pela redução da mortalidade materna em Fortaleza

A partir da priorização dada ao tema pela atual política de saúde do município, foi criado um *Pacto pela redução da mortalidade materna*, envolvendo gestores, profissionais de saúde e toda a sociedade. Esse pacto propõe ações estratégicas importantes para a melhoria da qualidade da assistência à mulher em todo o ciclo gravídico e puerperal.

O Pacto estabelece parcerias e cria metas a serem cumpridas pelo município de Fortaleza. A meta é alcançar uma RMM equivalente a 60 em 2006, 50 em 2007 e 40 em 2008. A boa notícia é que Fortaleza ultrapassou a meta, chegando a uma RMM de 24.01 em 2007.

Razões da redução da mortalidade materna em Fortaleza

A diminuição do índice de mortes maternas em Fortaleza contou com algumas medidas importantes, dentre as quais, pode-se citar:



- redefinição da política de saúde do município, com a adoção de medidas humanizadoras no pré-natal, parto e puerpério;
- monitoramento e estudo das mortes maternas, a partir da reestruturação do CMMF;
- reestruturação e organização da rede de atenção básica – Estratégia Saúde da Família (ESF): contratação por meio de concurso público de 250 médicos, 291 enfermeiros e 238 dentistas, aumentando de 102 equipes de PSF em 2004, para 300 em 2006. Esse investimento possibilitou um aumento da cobertura populacional pela ESF de 15 % para mais de 50 %;
- definição de hospital de referência para o parto já no pré-natal, evitando a peregrinação da gestante na ocasião do parto;
- registro no cartão da gestante, o nome da maternidade escolhida para o parto;
- organização das Centrais de Marcação de Consultas e de Leitos, garantindo que uma gestante em situação de internamento só saia de uma maternidade para outra mediante a vaga garantida e o transporte assegurado;
- melhoria da qualidade da atenção obstétrica e neonatal nas maternidades (maior investimento nas maternidades municipais: aumento de 22 % em 2006 com relação a 2005);
- garantia de anesthesiologistas, neonatologistas, enfermeiras/os e, no mínimo, dois obstetras nas salas de parto;
- reforma nas salas de parto das maternidades;
- criação da Escola Municipal de Saúde, com a presença do residente de família nas maternidades, o que tem fortalecido o sistema de referência e contra-referência e a integralidade da assistência;
- capacitação de profissionais da rede básica em pré-natal de baixo risco.

No entanto, observamos, ainda, falhas que comprometem a linha do cuidado, sobretudo no acesso aos ambulatorios de alto risco, na captação precoce da gestante e na busca ativa das faltosas e puérperas, as quais apresentam um recorte social semelhante ao que envolve a mortalidade materna no mundo todo: moradoras da periferia da cidade, pobres, pardas, sem companheiros, domésticas, com baixa escolaridade e baixa renda – 90 % dos casos.



Verificamos ainda que muitas mulheres estão parindo sozinhas e em situação de medo e insegurança, e que a cada ano há o aumento nos índices de cesarianas em Fortaleza. Esse aumento vem ocorrendo nas redes pública, conveniada e privada. Nas maternidades privadas, os índices de cesarianas são maiores, atingindo 90% do total de partos realizados. Um dado interessante e possivelmente revelador das condições de trabalho, de natureza social e cultural das parturientes e mesmo da ética e pragmatismo hospitalar é o de que os médicos adotam condutas diferentes com relação ao tipo de parto, de acordo com o serviço no qual estejam.

Hospital da mulher

Centro de excelência no campo dos direitos reprodutivos e sexuais

O Hospital da Mulher de Fortaleza (HMF), grande centro de excelência voltado prioritariamente para atender as mulheres no campo dos *direitos reprodutivos e sexuais* — também perpassados pelas questões de gênero, raciais e geracionais, concretiza-se como compromisso político da prefeita Luizianne Lins. Com grande capacidade de resolução, voltado para o atendimento especializado e forte no diagnóstico, garantirá apoio às mulheres, respaldando as necessidades do sistema assistencial. Ainda em construção, o HMF será um centro *produtor de conhecimentos, fonte de estudos e pesquisas*, logo terá capacidade de pensar e aplicar a política de saúde da mulher, a partir dos princípios da integralidade, da promoção da saúde e da equidade.

Objetiva assegurar a rede de *continuidade de tratamento* na assistência à mulher em Fortaleza. Será de nível secundário, no entanto terá alguns serviços importantes de *nível terciário*, destacando-se o serviço de assistência aos casais inférteis, prioritariamente pobres, uma vez que, pelo alto custo, esse serviço só é ofertado às populações com boas condições socioeconômicas. Com 184 leitos, prestará atendimento em obstetrícia e neonatologia, voltado exclusivamente para terapia intensiva das complicações obstétricas e neonatais, oriundas da rede municipal.

Em *nível secundário*, considerada sua missão-maior, prestará assistência às lesões pré-cancerígenas de colo de útero e endométrio, às



cirurgias ginecológicas convencionais e por meio de vídeo-laparoscopia, às cirurgias reparadoras e estéticas de mamas, entre outras.

Terá um centro de imagens, de apoio diagnóstico, apoio para o ambulatório de especialidade, suporte para as *unidades por ciclos vitais*: adolescentes, mulheres adultas, climatéricas e idosas. Como destaque, pode-se citar o *centro de terapias complementares*, onde as mulheres poderão ter acesso à fisioterapia, hidroterapia, reiki, massoterapia, acupuntura, massagem, entre outras. Está sendo estruturado a partir das concepções da *clínica ampliada, gestão compartilhada e unidade de produção*, assegurando, assim, um modelo de gestão democrático, inovador e participativo.

Seu projeto arquitetônico foi idealizado procurando garantir uma coerência com os pressupostos fundantes, mais as normas fundamentais dos órgãos reguladores nos níveis federal, estadual e municipal, em acordo com a legislação sanitária vigente no país e com as recomendações nacionais e internacionais nas diversas áreas de interesses. A idéia é também procurar privilegiar a escuta ativa dos diversos sujeitos implicados e envolvidos na construção do Hospital da Mulher de Fortaleza, em especial as principais protagonistas, as mulheres usuárias. Nesse sentido, foram organizados vários momentos participativos por meio de pesquisas qualitativas, utilizando-se da metodologia de grupos focais, em que as mulheres usuárias, profissionais e gestores/as puderam emitir opiniões e sugestões acerca do hospital da mulher, como se pode ver nos depoimentos a seguir:

“No caso da saúde da mulher eu acho que integral é a parte do planejamento familiar, da obstetrícia, acompanhar a mulher nos seus vários ciclos, desde a adolescência ali da puberdade até o climatério, a menopausa, acompanhar todo o processo dela”;

“Eu já entendo assim o que seria a saúde no aspecto integral: ela englobaria assim a saúde pessoal, produtiva, psicológica, mental dentro desses vários viéses que fazem um todo e que fazem com que a pessoa seja uma pessoa saudável, eu penso assim que é nesse sentido”;

“Ao longo da nossa história, a gente sempre viu a saúde da mulher como apenas o controle de natalidade. A mulher vai no posto de saúde apenas para fazer a natalidade e não se pensa na mulher no geral, que ela deve ter um acompanhamento desde criança até a terceira idade. Então, pensar na integralidade é pensar na pessoa como um todo, na



mulher de forma geral, na saúde geral desde o espaço onde ela vive até as questões da saúde”;

“(...) eu acho que o hospital também tem essa idéia de promover a saúde, de fazer com que aquela mulher que tá lá, aquele paciente que tá lá... ela tenha uma visão mais de prevenção do bem-estar, que ela possa fazer isso também. Um local que seja limpo, um local que seja saudável, agradável. Isso também é promoção de saúde”;

“(...) o papel fundamental do hospital é não só promover a saúde, mas também ter essa participação da comunidade, ter a participação do gestor, a participação do usuário e dos profissionais como um todo”;

(Sobre as mulheres com deficiência) “Questão particular com uma série de nuances e recomendações, indo desde a acessibilidade física até as diversas formas de comunicação: auditiva, visual, linguagem de sinais, entre outras”

(...) “Questões importantes e sensíveis: sexualidade e discriminação; ausência de políticas específicas”;

“(...) eu acho que o papel do hospital tem que ser preventivo e tirar essa concepção machista, sexista e heterossexista. Então, essa é a concepção e isso é o que eu espero do hospital da mulher”;

(Fonte: “Depoimentos mulheres usuárias, participantes de grupo focal”. Pesquisa-diagnóstico Modelo de Gestão Hospital da Mulher de Fortaleza. Outubro 2007, coord: L. Góes)

Daqui pra frente

Muito trabalho e muitas expectativas

Espera-se que, com a implementação do Hospital da Mulher de Fortaleza, se consiga avançar na implementação da política de saúde para as mulheres, e assim, no cumprimento de seus objetivos e desafios iniciais. Nesse sentido, espera-se, em particular, atender às metas do Pacto de Redução da Mortalidade Materna, que, conforme foi explicitado, constitui um dos principais indicadores de saúde de um povo.

Além da redução da mortalidade materna, outras questões estratégicas serão consideradas prioridades dentro do modelo de gestão proposto via hospital da mulher. O compromisso da gestão “Fortaleza Bela”, na área da saúde da mulher, traduz-se, portanto, em múltiplos *cuidados com a vida*, donde falar em qualidade no atendimento, num contexto de diversidade, respeito e cidadania, requer o enfrentamento e a prevenção da violência, a sensibilidade para com as especificidades raciais e as necessidades das mulheres com deficiência, dentre outras.



Referências

ALCALÁ, María José. *Compromisos para la salud y los derechos sexuales y reproductivos de todos*. Family Care International. New York, 1995.

ARAÚJO.M.L.G; MATINIANO.J.R.S; FERREIRA.V. *Relatório de avaliação das ações com enfoque em gênero – PRÓ-SERTÃO*. Aracaju – SE, PRÓ-SERTÃO – Secretaria de Agricultura – Governo de Sergipe, FIDA - Fundo internacional de desenvolvimento agrícola, 2002, 63 p.

BERQUÓ, Elza. “Aspectos demográficos da população feminina”. In: *Seminário Nacional: Gestão em Saúde da Mulher*. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde; 2004. p. 8-13.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. “Resolução 196/96”. Decreto nº 93993 de janeiro de 1987. Estabelece critérios sobre pesquisas envolvendo seres humanos. *Bioética*, v.4, n.2, 1987.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Assistência pré-natal: manual técnico*. 3ª., Brasília, Secretaria de Políticas de Saúde, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Incentivo à participação popular e controle social no SUS: textos técnicos para conselheiros de saúde*. Coordenação de Informação, Educação e Comunicação. Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP). Brasília, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Manual dos Comitês de Mortalidade Materna*. Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação Materno-Infantil. Brasília, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Plano de ação para redução da mortalidade materna*. Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação Materno-Infantil. Brasília, 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Estratégicas. *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes*. Brasília – DF, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE.. *ABC do SUS – Doutrinas e princípios*. Secretaria de Assistência à Saúde. Brasília, 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CEARÁ. SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO. *Manual de orientação dos comitês de prevenção à mortalidade materna*, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Fortaleza, 2007.



COMITÊ ESTADUAL DE MORTE MATERNA DO PARANÁ. *Relatório do triênio 2000-2002*. Curitiba: Comitê Estadual de Morte Materna, 2004.

FORTALEZA. *Cartilha: Políticas Públicas para as Mulheres de Fortaleza*. Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, Coordenação de Saúde da Mulher e Gênero, Prefeitura de Fortaleza, 2005.

FREITAS E ARAÚJO, *Mortalidade Materna em Fortaleza*. Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, Coordenação de Saúde da Mulher e Gênero, Prefeitura de Fortaleza. Fortaleza, 2008.

GALLI, Beatriz. "Panorama da mortalidade materna no Brasil". In: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (org.). *Promovendo a maternidade segura através dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação/Organização Mundial da Saúde, 2003. p. 97-109.

IBGE. *Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992.

LAURENTI Ruy, MELLO-JORGE M. Helena P., GOTLIEB, Sabina. *Estudo da mortalidade de mulheres de 10 a 49 anos, com ênfase na mortalidade materna*. Brasília: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/Universidade de São Paulo, 2002.

MELLO-JORGE, M. Helena P. *Mortalidade da mulher adulta no Brasil*. In: *Seminário Nacional: gestão em saúde da mulher*. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde, 2004. p. 14-26.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et alii (Org.). *O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992. 269 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. *Relatório do comitê de morte materna de 2000*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Saúde, 2002.

TOMASI, Neusi G.S; YAMAMOTO, R.M. *Metodologia da pesquisa em saúde: fundamentos essenciais*. Curitiba: As autoras, 1999. p.28-37.

VENTURA, Mirian. *Direitos reprodutivos no Brasil*. Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA - 2ª Edição. São Paulo, 2004.

PÁGINAS ELETRÔNICAS

FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil* IBGE - Cidades: www.ibge.gov.br; pesquisa feita na internet em 13/10/2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Relatório do Comitê de Morte Materna de 2000*. <http://www.prefeitura.saude.sp.gov.br/programas/mulher> (acessado em 10/ago/2005).

REDESAÚDE. *Cartilha Saúde materna: componente essencial dos direitos reprodutivos*. www.redesaude.org.br - pesquisa na internet em 9/8/2005.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA

JANAÍNA SAMPAIO ZARANZA¹
LARISSA MARIA FERNANDES GASPAR²
MARIA DO SOCORRO CAMELO MACIEL³

71

A Casa-abrigo de Fortaleza, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde (CR Francisca Clotilde) mais os Centros de Referência da Assistência Social-CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social-CREAS, compõem o embrião, na esfera municipal, do sistema de enfrentamento à violência sexista.

Neste texto, daremos ênfase, porém, a dois equipamentos específicos criados na gestão Luizianne Lins (2004-2008), com o fim de combater a violência contra a mulher, ou seja, a *Casa-abrigo* e o *Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde-CRFC*. Ambos são politicamente vinculados à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Fortaleza e administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS.

Para tanto, pretendemos esboçar um pouco do marco teórico e histórico que vem orientando a intervenção das equipes interdisciplinares em ambos os serviços, enquanto construção individual e

¹ Socióloga, mestra em sociologia pela Universidade Federal do Ceará-UFC, membro da equipe técnica do Centro de Referência Francisca Clotilde e do Observatório da Violência.

² Advogada, assessora técnica da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura de Fortaleza e coordenadora da casa-abrigo.

³ Assistente social, mestra em educação-UFC, coordenadora do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde.



coletiva que se faz possível graças ao esforço de formação e capacitação permanente dos seus quadros técnicos pela Coordenadoria da Mulher.

Ensaio para uma crítica da violência sexista

Pelo ângulo do trabalho no Centro de Referência
Francisca Clotilde e na Casa-abrigo

72

A intervenção sobre a violência sexista, objeto dos atendimentos realizados no C.R. Francisca Clotilde e na casa-abrigo, não seria possível sem a compreensão teórica do fenômeno da violência e de outras categorias importantes que dão suporte à relação teoria/prática no cotidiano de trabalho realizado junto às mulheres de Fortaleza, quais sejam, *habitus*, empoderamento e relações de gênero. É, portanto, por meio da costura dos retalhos das vivências das mulheres, isto é, dos relatos feitos por elas e do contato mantido entre a equipe de atendimento e a mulher em situação de violência que se torna possível a percepção do *locus* onde o fenômeno se revela.

Assim, a violência sofrida pelas mulheres e pouco a pouco revelada é mostrada em sua multiprocessualidade, em sua recorrência e ambivalências. Logo, se ao mesmo tempo mostra-se velada sob os abusos não-físicos (morais e psicológicos), escancara-se nas incontáveis marcas impressas no corpo daquelas que a vivenciam diretamente, penetrando todos os campos sociais que permeiam as suas vidas, muitas vezes de maneira imperceptível, porque já naturalizada. Revelam-se, pois, relações constituídas de *habitus* – essas disposições duráveis, que criam um campo de reprodução e resistência do que se instaura socialmente como condição social. Assim, as mulheres introjetam mecanismos de violação de si mesmas pelo *habitus*, que, para Bourdieu, é compreendido como um sistema de posições duráveis, estruturadas e predispostas a funcionar como estruturas estruturantes. Quer dizer, trata-se de um princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem que por isso sejam o produto da obediência a regras, e tampouco sem que se suponha a visão consciente dos fins e



o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las, mesmo se coletivamente orquestradas, embora não sejam um produto da ação combinada de um maestro (1989: 40).

É o que pode ser capturado por meio dos relatos das mulheres atendidas no C. R. Francisca Clotilde e na casa-abrigo: eles trazem como foco principal a *desigualdade* que ultrapassa o âmbito financeiro, afetivo, social ou de *status*; uma desigualdade oriunda de um sistema construído no interior de relações que não se processam entre pares, mas entre indivíduos que têm doses de poderes desiguais na hierarquia da vida social, hierarquia essa que embasa relações assimétricas entre o ser homem e o ser mulher.

Numa palavra, o processo em questão configura um fenômeno que, “longe de ser natural, é posto pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (Saffioti, 2004: 83). Assim, a vivência das mulheres atendidas demonstra que algo mais forte as prende a esses laços: é possível detectar, portanto, na relação assimétrica e violenta, o aspecto das contradições de gênero. A violência de gênero integra, assim, um fenômeno intersubjetivo e social mais sutil, porque processado no interior de um sistema social que permite uma distribuição desigual de poder entre mulheres e homens ou que aponta para uma organização social hierarquizada que define os papéis, os lugares e os comportamentos a serem adotados pelos(as) sujeitos(as) conforme seu sexo. Expressa no caso específico das mulheres a dose de poder que lhes cabe; que se mostra inferior àquela detida pelos homens.

Essa estrutura, por destinar à mulher *status* inferior na escala social e familiar, acaba naturalizando a violência doméstica ou intrafamiliar porque, na organização familiar de herança patriarcal, o papel de mando é destinado aos homens, ou seja, o poder na sociedade patriarcal é do macho.

Ao adotar essa perspectiva para deslindamento das intrincadas nuances dos problemas trazidos pelas mulheres em situação de violência, não se quer, porém, situar a mulher na esfera na impotência, tomando-a como mera vítima ou como pessoa completamente destituída de poder; antes reconhece-se a necessidade de compreender a violência como um fenômeno processado numa sociedade que é perpassada por clivagens de gênero, de classe e de raça/etnia.



Pode-se afirmar, pelo contrário, que é em torno da mulher que muitas vezes gira e se nutre a estrutura familiar; o que significa que a relação conflituosa com o companheiro nem sempre coincide com uma perda de *status* geral da mulher na família, frente aos filhos, por exemplo. Logo, perceber a mulher apenas como vítima do jogo das relações de gênero seria, em certa medida, uma forma de invalidar a sua identidade e as chances de reversão pessoal da situação de risco sofrida. No entanto, é certo, que há uma ideologia patriarcal que, nos interstícios sociais e por meio de representações que ainda persistem na sociedade contemporânea, tenta reatualizar a retórica conservadora da “nulidade” e inferioridade do *ser mulher*. Tal ideologia, mais as práticas e valores a ela acoplados, dificultam seguramente outros tipos de avanços culturais, sexuais e tecnológicos.

Nesse aspecto, as elaborações de Heleieth Saffioti (2004) funcionam como suporte para a reflexão em tela. A estudiosa em questão analisa o poder do macho, argumentando ser esse um poder que vem sendo instituído há vários séculos na sociedade brasileira, com forte prevalência também no Nordeste do país, constituindo um nicho de valores capazes de embasar os comportamentos ao longo de diversas gerações. Para a autora, as mulheres não são desprovidas de poder; elas o detêm, sim, mas em doses diferenciadas, sob a forma de micro-poderes. Desse modo, desenvolvem práticas que também contribuem para a mudança social, mas transitam com mais facilidade nos processos que exigem e mobilizam micro-poderes; os homens, em geral, detêm os macro-poderes.

Já para Marilena Chauí (*Apud* Izumino: 2004, p. 35) a violência pode ser configurada como uma ação que não só reflete transgressões sociais, mas sobretudo relações assimétricas entre os sujeitos. Segundo a autora:

Em lugar de tomarmos [a violência] como violação e transgressões das normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois ângulos. Em primeiro lugar, como conversão da diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade entre superior e inferior. Em segundo lugar, como ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.



Neste sentido, a compreensão do processo de violência vivenciado, materializado em todo um leque de forças pessoais acionadas para realizar uma denúncia, faz com que esta mulher dimensione a tensão antes vivida por meio de sua nova atuação, ensejada a partir da tentativa de rompimento da violência, e posterior percurso de empoderamento. Nessa trajetória, as mulheres tentam se fortalecer, inicialmente, a partir da denúncia dos maus-tratos – que parece também revelar um começo de rompimento de uma identidade fragmentada, que se esconde nas dores. Pode-se dizer, assim, que a coragem inscrita na denúncia apresenta-se como desencadeadora de um processo capaz de tecer novas redes de sociabilidades, por meio do processo de singularização do eu feminino.

Em resposta a esta realidade, adota-se como suporte teórico de trabalho a noção de *empoderamento*⁴, no sentido do fortalecimento da mulher para o rompimento do ciclo de violência. Busca-se, assim, desenvolver reflexões e estratégias, e acionar mecanismos pessoais e institucionais, junto com a mulher atendida, que lhe propiciem uma tomada de atitude contra sua condição subalterna. O desenvolvimento, portanto, de ações para além do circuito de uma suposta subalternidade, possibilita-lhe uma nova forma de agir e reagir às situações de risco de vida e sofrimento postas por sua realidade conjugal e familiar.

Nessa perspectiva, percebe-se, a partir do trabalho realizado no C.R. Francisca Clotilde e na casa-abrigo, uma série de possibilidades para o empoderamento das usuárias, como:

- a sua conscientização acerca da relevância da denúncia (quebra do pacto de silêncio);
- o conhecimento de novos padrões de relacionamento, embasados em situações e experiências igualitárias;
- o fortalecimento do seu ser; e
- a “revisão” das suas experiências por meio dos grupos de terapias leves, o que se considera um ponto essencial e estratégico para a construção de mecanismos favoráveis a uma tomada de consciência de suas condições subjetivas e objetivas de vida.

⁴ O conceito de empoderamento (*empowerment*) foi a princípio utilizado pelo movimento negro, a partir dos anos setenta, nos Estados Unidos, na busca de valorização da raça e da conquista dos direitos civis. O sentido da palavra revela um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Ver Magdalena León (1997).



Centro de Referência Francisca Clotilde

Ações de escuta, intervenção
e de pesquisa sobre
a violência doméstica e sexual

O Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde (C.R. Francisca Clotilde), como vimos, é um equipamento público municipal que desenvolve trabalho multidisciplinar de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexual no município de Fortaleza, Estado do Ceará. Seu principal objetivo é, portanto, contribuir para a consolidação do programa de combate à violência sexista por meio de estratégias de atendimento que objetiva o fortalecimento da mulher e a compreensão e prevenção dessa violência, bem como da articulação da rede de serviços públicos para atendimento às mulheres.

A intervenção realizada no equipamento aponta, para além da circunstância imediata que desencadeia a tomada de decisão da mulher em romper o silêncio e compartilhar seu sofrimento, para a focalização do tratamento do problema da violência sexista numa perspectiva múltipla: psico-social, jurídica e educativa. Aborda a complexidade do fenômeno da violência sexista nos seus diversos desdobramentos cotidianos, os quais tanto se expressam sob a necessidade de restabelecimento da saúde psico-física, do resgate da auto-estima e da quebra do ciclo de violência no qual tais mulheres se encontram inseridas, quanto exigem a intervenção sobre necessidades estruturais (habitação, saúde, trabalho, profissionalização) que as mulheres vivenciam nos processos de empobrecimento, exclusão social e em outras experiências da cultura patriarcal e machista.⁵

Além do trabalho mais específico junto às mulheres em situação de violência, o C.R. Francisca Clotilde também desenvolve a experiência de coleta e análise de dados quanti-qualitativos acerca dos atendimentos realizados, por meio do *Observatório da Violência*, experiência

⁵ São inúmeras as pesquisas que vêm dando conta de que a pobreza é um fenômeno feminino e que as famílias chefiadas por mulheres possuem padrão sócio-econômico mais baixo que aquelas que possuem o componente familiar masculino, fato que se estrutura a partir da cultura patriarcal, que se expressa também nos salários inferiores auferidos pelas mulheres no mundo do trabalho.



Perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência Francisca Clotilde

De acordo com dados referentes ao ano de 2007, o perfil da mulher atendida no Centro Francisca Clotilde é composto por mulheres morenas: 40%; 32% brancas; 4% morenas claras; 7% pardas; 1,7% indígenas; 11% negras. Utiliza-se a auto-denominação, quanto à cor, e registra-se que a maioria das mulheres refere a si como morena, morena clara, negra – nunca parda ou negra, demonstrando preconceito de cor. Do total, 3% não informaram.

Quanto ao nível de instrução, 51% possuem o ensino fundamental incompleto; 8% o ensino fundamental completo; 11% o ensino médio incompleto; 16% o ensino médio completo; 4% o ensino superior e 3% são analfabetas.

Em termos de média de filhos(as), 26% têm 01 (um) filho(a); 31% têm 02 (dois) filhos(as); 33% têm 03 (três) filhos(as) e 10% das mulheres têm 04 (quatro) filhos(as). As mulheres com mais de quatro filhos representam 8% do percentual. Quanto à faixa etária, registra-se que 33% das mulheres encontram-se entre 26 a 35 anos; 31% entre 36 a 50 anos; 22% entre 19 a 25 anos, enquanto na faixa etária de mais de 51 anos o percentual é de 7%. Quanto à origem, as mulheres naturais de Fortaleza perfazem 52% do total, ficando o restante dividido entre municípios da região metropolitana e interior do Ceará.

A ocupação declarada da maioria das mulheres é “do lar” (donas-de-casa), seguida de costureira, doméstica, diarista, vendedora e professora. Quanto à renda, 41% auferem entre 1 a 2 salários mínimos; 19% entre 2 a 3 salários; 11% entre 3 a 5 salários e 3% mais de 10 salários. Avalia-se que as camadas populares são as que mais buscam o serviço do Centro Francisca Clotilde, embora a mulher que sofre violência esteja em todas as camadas sociais; mulheres que, não necessariamente buscam atendimento em serviços públicos. Assim, a maior visibilidade é alcançada entre as que têm menor poder aquisitivo; não obstante vale analisar a variável referente àquelas que auferem até 10 salários mínimos.

Sobre o estado civil, há um empate entre solteiras e casadas: 33%; as que vivenciam relação consensual perfazem um total de 25%; 10% estão separadas; as viúvas ficam com um pequeno percentual, grupo que na maioria das vezes sofre violências de filhos(as) e parentes próximos que habitam na mesma residência. 61% das mulheres têm como religião o catolicismo, enquanto 31% são evangélicas; 8% das mulheres se declara espiritista e umbandista.



que permite a visualização de um quadro da violência de gênero no Ceará. (ver quadro na página anterior)

O *Observatório da Violência* é organizado com base em cinqüenta e uma variáveis, tais como: perfil sócio-econômico das mulheres atendidas, faixa etária, nível de escolarização, tipos de violência que sofrem, local de procedência, a qual raça e etnia pertencem (autodenominação), quem são seus agressores, e outros. Por meio desse processo de quantificação pode-se apresentar o número total de mulheres atendidas durante dois anos e oito meses de trabalho: 1.886 (um mil, oitocentos e oitenta e seis) até o dia quatro de novembro de 2008, e 2.458 (dois mil, quatrocentos e cinqüenta e oito) retornos, perfazendo um total de 4.344 (quatro mil, trezentos e quarenta e quatro) atendimentos.

Além disso, a intervenção do C.R. Francisca Clotilde sobre a violência sexista também propicia a detecção de fenômenos como o acirramento de algumas problemáticas que envolvem o entrecruzamento da violência com a dependência química, os transtornos mentais e o tráfico de mulheres, problemas que demandam outros suportes técnicos especializados, tais como o estreitamento de parcerias com a rede de serviços especializados em drogadição, alcoolismo e saúde mental. Sua atuação traz à tona a criação de novos equipamentos e a implementação de políticas específicas que contribuam para o fortalecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido. Em todos os âmbitos é fundamental, nessa ação de governo orientada por uma perspectiva feminista, a construção de ações coletivas junto com o movimento de mulheres, os diversos segmentos do feminismo, como forma de dar maior alcance às ações de enfrentamento ao problema da violência.

Um atendimento em rede

Em consonância com a Norma Técnica de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher, fornecida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (figura 01), e considerando a complexidade do fenômeno da violência sexista em Fortaleza, a fase inicial do atendimento no C.R. Francisca



Clotilde consiste na estratégia de acolhimento feito por dupla de profissionais, cuja finalidade é a “escuta da dor”, procedimento realizado durante o atendimento multiprofissional.

No acolhimento, portanto, é feita uma primeira abordagem da problemática apresentada pela mulher e a abertura do prontuário para a coleta de informações quanti-qualitativas acerca do caso atendido. Tais informações funcionam como base para atendimentos futuros àquela mulher.

Na segunda fase do atendimento, é feito o encaminhamento para as especialistas do Centro Francisca Clotilde e/ou para as instituições parceiras da Rede de Apoio, em acordo com as demandas e necessidades trazidas pelas mulheres e percebidas pelas profissionais psicólogas, assistentes sociais, educadoras e advogadas.

Nessa etapa do atendimento, são fornecidas à mulher em situação de violência as informações referentes aos seus direitos: na área social, jurídica, psicológica e de saúde de forma mais ampla, ou ainda de outras áreas. Em sua maioria usuárias de serviços públicos, elas tomam conhecimento do trabalho realizado no C.R. Francisca Clotilde por meio das palestras e oficinas que a equipe técnica do

Figura 1 - Fluxograma de Atendimento



Fonte: Norma Técnica de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Brasília 2006



equipamento realiza junto aos grupos de mulheres organizados pelos CRAS, bem como na rede de saúde e educação, por meio das campanhas contra a violência veiculadas periodicamente pela Prefeitura de Fortaleza e das atividades de interação com a população realizadas em locais públicos (como os terminais de transportes urbanos), organizados pela Coordenadoria da Mulher em uma estratégia chamada Tribunas da Mulher⁶.

O fluxo de encaminhamentos das mulheres que sofrem violência

Uma avaliação

O estudo do fluxograma dos atendimentos permite visualizar o móvel e a origem das demandas: espontâneas e encaminhadas. Podem ser identificados os equipamentos que mais encaminham mulheres ao centro de referência: a Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza-DDM, os CRAS, os CREAS e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Na área da saúde, os encaminhamentos das mulheres são feitos para as unidades hospitalares que funcionam como referência no atendimento à violência contra a mulher, onde têm sido realizados atendimentos de pré-natal, partos, exames complementares e intervenções cirúrgicas. Nesse quadrante, o apoio da Área Técnica de Saúde da Mulher consiste num componente valioso, tanto no sentido do desenvolvimento de ações de atenção à saúde da mulher (preventivamente) quanto no que se refere à priorização no atendimento. As unidades Básicas de Saúde da Família realizam consultas médicas, aviamento de receitas e distribuição de medicamentos, além de desenvolverem o trabalho de prevenção às doenças junto às famílias. Os Centros de Atendimento Psicossocial-CAPS atendem, por sua vez, as mulheres

⁶ As *Tribunas da Mulher* consistem numa estratégia de interação com a população realizada em espaços públicos, em especial nos terminais de transportes urbanos, durante os horários de maior circulação de pessoas. A metodologia utilizada nas Tribunas é a de abertura de espaço para diferentes expressões por parte das mulheres: fala, teatro, poesia, dança e outras. Nesses momentos também são ofertados serviços, realizadas panfletagens, aborda-se diretamente as mulheres sobre o tema da violência, e são feitas amostras dos trabalhos realizados em diferentes equipamentos municipais, como CRAS, equipes de Saúde da Família, rede de educação, Centro Francisca Clotilde, Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial e outros. Ver texto *Mulheres, participação e controle social* nesta publicação.



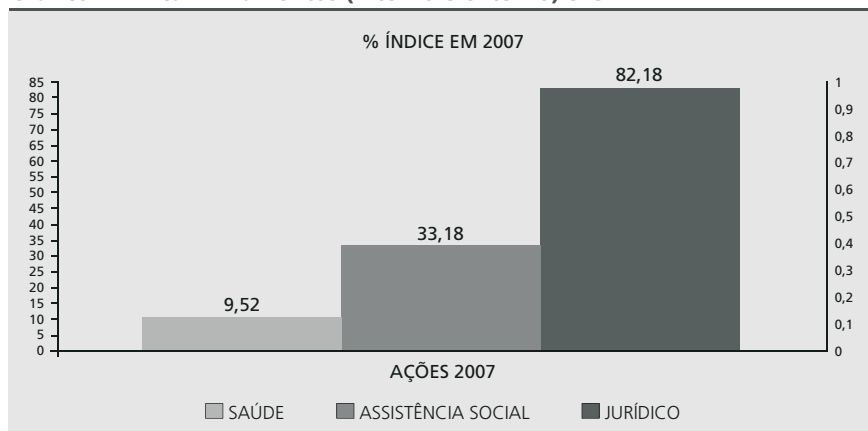
que apresentam transtornos mentais complexos e quadro depressivo moderado. Como se poderá ver mais abaixo, no gráfico 1, os encaminhamentos para a saúde aparecem com o percentual de 9,52 %.

O Instituto Médico Legal, a Delegacia de Defesa da Mulher, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, as casas-abrigo (Municipal e Estadual), os CRAS e CREAS, bem como a Unidade de Abrigo Estadual Casa de Passagem consistem no conjunto de equipamentos que, de forma imediata, fornecem o suporte direto para o trabalho do C. R. Francisca Clotilde.

Na área da assistência social, que aparece com 33,18% dos encaminhamentos, os maiores parceiros são os setores de habitação, geração de emprego e renda e atividades produtivas, estando em desenvolvimento o Projeto de Inclusão Produtiva para as beneficiárias do Programa Bolsa Família, encampado pela Célula de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, através dos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS.

No que se refere à área jurídica, o gráfico a seguir demonstra uma maior expressividade de encaminhamentos no ano de 2007 para os equipamentos da justiça, atingindo um percentual de 82,8%. Os Núcleos das Defensorias Públicas das faculdades que mantêm cursos

Gráfico 1 - Encaminhamentos (interno e externo) 843



Assistência Social: Abrigos, Bolsa Família, Casa do Cidadão, Cestas Básicas, Conselho Tutelar, CRAS, DAS, Funci, Habitafor, Sedas, Serviço Social do Fórum Clóvis Beviláqua, SINE IDT, Parangaba, Vale Transporte.

Jurídico: Audiência, Ceram, DDM, Dececa. **Defensorias:** FIC, FGF, Caio, CID, Farias Brito, Fanor, Unifor. **FÓRUM:** Clóvis Beviláqua.

Fonte Direta 2007



de Direito, bem como do Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher-CERAM, a Defensoria Geral do Estado do Ceará, o Fórum Clóvis Beviláqua, a DDM, a Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes – DECECA são as instituições para as quais foi feita a maior quantidade de encaminhamentos.

Como parte desse trabalho em rede, passamos agora à importante visualização do atendimento feito à “mulher abrigada”, etapa essencial do apoio político-institucional às vítimas do ciclo da violência doméstica.

Casa-abrigo

Do rompimento do ciclo da violência
ao empoderamento das mulheres

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Gabinete da Prefeita, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, lançou a casa-abrigo de Fortaleza, por ocasião do Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, em novembro de 2006.

Um grande processo de articulação foi feito pela Coordenadoria da Mulher com diversos órgãos e secretarias da Prefeitura para a que a casa-abrigo pudesse iniciar efetivamente os seus trabalhos. Desta forma, em abril de 2007, as primeiras mulheres começaram a ser encaminhadas para este equipamento fundamental para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A implantação de casas-abrigo é uma política pública de âmbito nacional que vem sendo estimulada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM, e está prevista em diversos documentos oficiais, tais como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e, mais recentemente, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Além disso, a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, também prevê a criação desses equipamentos no texto da lei, art. 35, II.

O Pacto tem como objetivos reduzir os índices de violência contra a mulher, promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos e garantir e proteger os direitos



das mulheres vítimas de violência. Para a concretização dessas ações de enfrentamento à violência contra a mulher, foram assegurados, no Plano Plurianual – PPA de 2008-2011 do governo federal –, recursos no montante de R\$ 117 milhões, sendo R\$ 74.445.000,00 destinados à ampliação e consolidação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

O fomento à criação de equipamentos de proteção às mulheres em situação de violência, tais como as casas-abrigo, é de fundamental importância para o enfrentamento da violência sexista, pois, na maioria dos casos, o agressor passa a exercer o completo controle sobre a vida das mulheres, não deixando a elas nenhuma alternativa segura de vida, restando somente a opção de procurar um abrigo onde seja possível resguardar sua integridade física e psicológica.

A casa-abrigo de Fortaleza é, portanto, um equipamento que oferece moradia segura e protegida e atendimento integral e multidisciplinar a mulheres em situação de violência doméstica e familiar que se acham sob risco de morte iminente e que não têm um lugar para onde ir. É um serviço sigiloso e temporário, onde as mulheres poderão permanecer por um período determinado, junto com seus(suas) filhos(as) menores de idade, a fim de reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas, rompendo com o ciclo da violência.

O objetivo da casa-abrigo é garantir a integridade física e psicológica das mulheres em situação de risco de vida e de seus(suas) filhos(as) menores de idade, contribuindo para o rompimento do ciclo da violência, o fortalecimento de sua auto-estima e o exercício de sua cidadania.

Para a consecução de seu objetivo principal, a casa-abrigo dispõe de uma equipe multidisciplinar, composta por 02 coordenadoras, 03 assistentes sociais, 01 psicóloga, 01 advogada, 05 educadoras sociais, 01 educadora física, 01 arte-educador, 01 educadora-infantil e 01 supervisora. Além dessa equipe técnica, destinada a lidar diretamente com as mulheres e seus filhos, a casa-abrigo dispõe ainda de 01 motorista, 01 auxiliar-administrativo, 02 auxiliares de serviço gerais, 01 cozinheira e 08 guardas municipais, que trabalham em sistema de revezamento para garantir a segurança da casa, das abrigadas e da equipe durante 24 horas.



84

A casa-abrigo possui uma estrutura adequada ao acolhimento das mulheres em situação de violência. Está localizada numa área que favorece o sigilo e segurança, por se tratar de área residencial, sem a existência de guaritas ou placas de identificação, conforme orientação da SPM. De forma a favorecer que cada usuária possa manter privacidade e vínculo familiar com seus filhos, cada dormitório é para aquele grupo; e não dormitórios coletivos para as mulheres. Outro cômodo é utilizado para realização de oficinas com as mulheres e crianças/adolescentes, reuniões de convivência e grupos operativos da psicologia, valorizando-se os espaços de convivência coletiva. As mulheres dispõem de espaço adequado para refeitório, cozinha e lavanderia. A Casa oferece ainda uma área externa arborizada e dispõe de uma piscina, que proporciona momentos de lazer e relaxamento para as mulheres e crianças.

Para ser acolhida na casa-abrigo de Fortaleza, a mulher tem que dispor do Boletim de Ocorrência e do requerimento de Medidas Protetivas, ambos solicitados na Delegacia de Defesa da Mulher. De posse disso, a mulher deve se dirigir ao Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde-CRM, equipamento responsável pela avaliação de risco de morte, fator determinante para o abrigamento. Constatada a necessidade de abrigamento, o CRM entra em contato com a casa-abrigo, para que esta encaminhe uma profissional para o acolhimento desta mulher.

Ao chegar à casa-abrigo, a mulher é acolhida por uma assistente social que irá orientá-la sobre o funcionamento e regras da casa, preencherá alguns instrumentais necessários e providenciará, junto à educadora social, uma acomodação adequada.

O atendimento prestado às mulheres na casa-abrigo é pautado no questionamento das *relações de gênero*, enquanto construção histórico-cultural dos papéis femininos e masculinos, que têm legitimado as desigualdades e a violência contra as mulheres. Também são trabalhados o rompimento do ciclo da violência, o fortalecimento da autoestima, o empoderamento e a autonomia das mulheres.

As mulheres permanecem de três a quatro meses no abrigo. Todavia, esse período pode ser diminuído ou aumentado, de acordo com a avaliação da equipe, pois cada caso é tido como único, dada



as peculiaridades que cada um apresenta, apesar de todos terem um denominador comum: o risco iminente de morte em razão da violência doméstica.

A situação de abrigamento tem se mostrado bastante positiva na transformação da vida dessas mulheres. Normalmente, elas chegam ao abrigo bastante fragilizadas, com baixíssima auto-estima, acometidas de diversos adoecimentos, desprovidas de noções de higiene e cuidado consigo mesmas e com os filhos.

Após os dois primeiros meses, já é possível perceber mudanças no comportamento delas e dos filhos. As mulheres começam a internalizar a auto-valorização, conseguem se perceber como verdadeiras *provedoras* de seu lar (função que sempre desempenharam, mas da qual nunca se deram conta, acreditando que os companheiros, apesar de pouco contribuírem com o sustento da casa e dos filhos, visto que seus vencimentos, em vários casos, se voltavam para o consumo de álcool e outras drogas, eram os titulares dessa função), passam a se sentir seguras, quanto à vontade e necessidade em dar seguimento ao processo criminal em desfavor do agressor, assimilam novos hábitos alimentares, higiênicos e de cuidados consigo mesmas e com os filhos e iniciam o desenvolvimento de habilidades manuais e profissionais que possam auxiliá-las na geração de renda. O hábito da leitura e escrita também é incentivado, tanto em relação às mulheres quanto às crianças e adolescentes.

Além disso, a prática de uma cultura de paz também é estimulada para as mulheres e crianças que, por terem vivenciado durante muito tempo relações violentas, acabam por reproduzir essa vivência no seu dia-a-dia: as mulheres fazem uso de agressões físicas com seus filhos, entre elas; e as crianças entre si e com as mães. O incentivo ao diálogo e à negociação como modo de solução de conflitos é uma prática constante no interior do abrigo.

Todavia, encontramos algumas dificuldades no desenvolvimento deste trabalho. Internamente, há a dificuldade de assimilação por parte das abrigadas da necessidade de elas deixarem o local onde viviam anteriormente e procurarem restabelecer suas vidas longe do agressor. Diversos atendimentos são realizados nesse sentido, a fim de que elas reflitam sobre essa situação e consigam com-



preender o risco que representa a permanência no local de origem. Apesar disso, respeita-se a autonomia da mulher, colocando-se para a ela a decisão final.

A vivência num espaço coletivo também traz conflitos constantes, que demandam intervenções diárias da equipe, no intuito de apaziguá-los. Outra dificuldade é o comprometimento psíquico com que chegam muitas mulheres, crianças e adolescentes. Essa situação impõe para a equipe uma tarefa de vigilância constante, extrema paciência e, muitas vezes, internações hospitalares são necessárias, o que põe em risco a segurança dessa mulher e o sigilo do equipamento.

Externamente, encontram-se algumas dificuldades nas instituições que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Citamos aqui, como exemplo, questões de duas ordens. A infra-estrutura da delegacia de Defesa da Mulher – que dispõe apenas de uma viatura – muitas vezes inviabiliza a realização de busca de bens das mulheres, levando-as a perderem o que construíram durante toda uma vida. Também vale mencionar que o deferimento das Medidas Protetivas, previstas na Lei 11.340/06-Lei Maria da Penha, não tem sido feito no prazo previsto, qual seja, 48h. Prejudica-se, assim, a possibilidade de prisão preventiva do agressor quando se repetem atos de violência, uma vez que não se caracteriza a reincidência se ele ainda não foi notificado do deferimento da Medida Protetiva.

A ausência de outras políticas, para além da segurança e da justiça, voltadas para as mulheres, como, por exemplo, a concessão de moradia, a geração de emprego e renda ou a concessão de micro-crédito, também dificultam o rompimento do ciclo da violência, porque não se consegue garantir a essa mulher uma autonomia econômica.

Apesar disso, a implementação de casas-abrigo tem se mostrado uma política positiva no enfrentamento da violência contra a mulher, garantindo a sua integridade física e psicológica, contribuindo para o rompimento do ciclo da violência, empoderamento, elevação da autoestima, autonomia e cidadania das mulheres.

Fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher para possibilitar a construção de um novo projeto de vida para as mulheres longe da violência é o nosso maior desafio.



Observações finais

O trabalho realizado no C.R. Francisca Clotilde e na casa-abrigo – equipamentos públicos municipais – respondem em parte a um anseio do movimento feminista de que o poder público tenha ações efetivas para romper com a invisibilidade da violência sofrida pelas mulheres e naturalizada nos seus cotidianos sob a aparência de relações afetivas e/ou familiares. Tais ações se concretizam, neste caso, no âmbito do município, na implementação de políticas públicas que buscam incidir sobre as relações de poder desigual vivenciadas pelas mulheres, apontando para uma nova perspectiva de sua construção autônoma em novos marcos de relações pessoais e coletivas.

O trabalho realizado com as mulheres em situação de violência em Fortaleza se orienta para a desconstrução do consenso em torno da visão da irrelevância da violência sexista, trazendo a questão para o campo do debate público, na mídia, nos espaços de participação popular ou colocando-o como pauta de discussão nas agendas governamentais. A experiência do combate à violência contra as mulheres deixa clara a exigência de um novo caminho no enfrentamento do problema: o caminho coletivo e de responsabilização dos poderes públicos, de sua caracterização como um problema de responsabilidade de toda a sociedade. Por mais individual e particular que seja a vivência da violência sexista na vida de cada uma das mulheres atendidas, não é possível mais aceitar a compreensão dessa violência como questão privada, ou “coisas de mulher”. Romper com tal lógica permite abertura de novos processos de socialização e desnaturalização da violência sexista: re-significando o conteúdo das relações sociais, expressas no cotidiano de mulheres e homens, e processando novos valores, novas formas de ser e de agir tanto daqueles indivíduos que experimentam pessoalmente relações marcadas pela violência sexista, quanto de quem lida com o atendimento das mulheres que buscam caminhos para romper com ela.

É com essa perspectiva que estamos construindo cotidianamente nossas práticas e metodologias de atendimento. Nosso processo de amadurecimento é, portanto, cotidiano e pode desvendar espaços teóricos que precisam ser percorridos como campos de significação; sem-



pre insistindo que não se coloque a mulher como vítima, mas como sujeito que pode dar outras respostas à situação que esteja vivenciando.

A construção de políticas de combate à violência contra as mulheres é parte dessa grande empreitada da construção de um novo tempo, de um novo espaço de expressão das relações, de novas práticas sociais em que a igualdade entre mulheres e homens seja um parâmetro indispensável.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Código Penal Brasileiro*. Decreto N.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940, atualizado pela Lei n.º 6.898, de 30 de março de 1981. São Paulo: Saraiva, 1984.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília, 2006.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Enfrentamento à violência contra a mulher*. Brasília, 2007.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Centro de referência de atendimento à mulher. Norma técnica de padronização*. Brasília, 2006.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher*. Brasília, 2007.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Plano nacional de políticas para as mulheres: relatório de implementação 2005*. Brasília, 2006.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *II Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília, 2008.
- IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.
- LEÓN, Magdalena. (Org.) *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: MT Editores, 1997.
- SAFFIOTI, Heleith I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)



TRÁFICO DE MULHERES: REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS

TATIANA RAULINO DE SOUSA¹

89

Introdução

A cultura patriarcal gera uma realidade em que as relações entre homens e mulheres se realizam de forma desigual, o que nas sociedades contemporâneas ocidentais ainda se expressa sob a forma da concentração de poder e de autoridade na figura masculina. Essa cultura assimétrica entre mulheres e homens tem colocado a mulher, historicamente, em posição de subordinação. A mulher brasileira, em especial, vem, ao longo dos séculos, sendo educada para aceitar sua condição de submissão, subalternidade e dependência em relação ao homem. Ressalte-se que tal dependência é abrangente, sendo de ordem financeira, emocional e social.

Os processos históricos de cada sociedade configuram particularidades na definição das relações e práticas sociais em cada país. Assim, não podemos deixar de analisar nosso passado e buscar desvendar aspectos de como um processo histórico de violências e subordinação foi tecendo características das desigualdades entre mulheres e homens entre nós. A violência sexual contra as mulheres, principalmente as mulheres indígenas e negras, seu tratamento como objeto de desejo e prazer para os senhores colonizadores, no período da colonização no Brasil, deixa marcas nas representações masculinas dominantes ainda hoje existentes, e se reflete em vários momentos do cotidiano da nossa sociedade. Consideramos que a forma como

¹Assistente social. Assessora técnica da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres de Fortaleza. Coordenadora do “Projeto de construção de metodologia para atendimento às mulheres em situação de tráfico de pessoas” do município.



foi realizada a colonização do Brasil pelos portugueses, entre outras características que têm recebido mais atenção dos historiadores, também deixou grandes marcas de violência e gerou um processo racista e machista em relação às mulheres brasileiras.

Considerando esse quadro histórico e suas diversas expressões contemporâneas, é possível supor que a exploração sexual realizada por meio do turismo sexual não deixa de ser uma reprodução do modelo colonial implantado nestas terras desde o seu (re)descobrimto pelos portugueses. A noção de superioridade do colonizador é transferida para a relação estabelecida entre o turista e a “nativa”, como se costuma denominar as mulheres e adolescentes nascidas no lugar visitado. De modo geral, as “nativas” são vistas e tratadas como objeto de satisfação dos desejos dos novos visitantes, o que acaba por criar uma rede de relações, envolvendo até mesmo o poder público, para viabilizar o acesso do turista a elas, por meio do complexo de serviços turísticos.

O turismo sexual vem se somar a uma cultura e uma sociabilidade de fundo patriarcal, que expõem cotidianamente as mulheres brasileiras, nordestinas e cearenses em particular, a diversas formas de discriminação e violência, bem como de acirramento da violência doméstica e sexual, de preconceitos sociais e familiares. São condições agravadas pelas dificuldades no acesso pleno a direitos e serviços, como aos serviços de saúde, dentre outros. O contraste de gênero é evidente, no que se refere ao exercício de direitos fundamentais por mulheres e homens, manifestando-se tanto na esfera pública quanto na privada. É nesse quadro de desigualdades entre mulheres e homens, sobretudo no que se refere à fruição de direitos, que merece destaque o tema do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial.²

² Nesse artigo utilizamos a definição de tráfico de pessoas estabelecida pelo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004), que o define como: “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamento ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre a outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”.



A liberdade sexual buscada pelo movimento de mulheres ao longo das últimas quatro décadas por muitas vezes é utilizada pelo capital por meio da mercantilização do corpo das mulheres, em uma relação de oferta e consumo do sexo pago. Nesse sentido as mulheres traficadas para fins de exploração sexual comercial são percebidas pelos traficantes como mercadorias, como base de um negócio extremamente lucrativo e de baixo custo. As mulheres podem ser renegociadas muitas vezes chegando, em alguns casos, à exaustão física pelo excesso de programas realizados.

De fato, tal atividade tem origem, como já mencionado, nas relações assimétricas de poder entre mulheres e homens, sendo um dos fatores que contribui para a cristalização de papéis sociais estereotipados e machistas.

É a partir desse contexto social, cultural, político e de gênero, pois, que pretendemos nos posicionar frente ao debate sobre o tráfico de mulheres, tendo como pano de fundo uma reflexão sobre os papéis estigmatizadores ainda atribuídos às mulheres na atualidade. Isto é relevante quando se observa que as mulheres vêm sendo amplamente exploradas nesse mundo globalizado, seja pelas atividades turísticas seja pela transformação do seu corpo e imagem em mercadorias, a serem trocadas, vendidas e contrabandeadas. Diante de um mundo permeado por valores individualistas, onde o mercado é quem dita as regras, pobres, mulheres e crianças têm que se submeter ao que lhes é permitido acessar como parte do processo produtivo, legal ou ilegal, visível ou invisível, para poderem dele participar e/ou sobreviver. São justamente esses segmentos que foram, historicamente, tratados como objeto das relações de poder e de coisificação pelo homem, adulto, rico e branco.

O tráfico de mulheres no contexto da globalização capitalista

A problemática do tráfico de mulheres na atualidade assumiu uma dimensão gigantesca e complexa. Para avançarmos no seu entendimento não podemos desconsiderar o nível e a abrangência que adquiriu a dinâmica da acumulação capitalista na contemporaneida-



de. Esta realidade, traduzida em um nível de expansão do mercado jamais visto, dada a nova configuração econômica mundial, possibilitou a transformação das mulheres de histórico objeto de prazer masculino à condição de valiosa mercadoria, como também dinamizou atividades diversas, como é o caso do turismo, nas quais elas passaram a ser de suma importância. De fato, esta forma de sociedade – articulada em torno da produção da riqueza social para poucos, o que é possível somente pela exploração do trabalho da maioria da população – desenvolveu-se a partir da tendência da sociedade burguesa de transformar tudo e todos em objetos, com vistas a auferir mais lucros, submetendo o conjunto da vida social à sua lógica reificadora, destrutiva e desumanizante. Isto significa destituir a humanidade de alguns dos seus valores mais caros, como a liberdade, a autonomia e a dignidade, e ainda lhe fazer perder o controle sobre seu corpo.

O tráfico de mulheres tem suas bases no modelo de desenvolvimento desigual do mundo capitalista, mas sobretudo nas relações desiguais construídas entre mulheres e homens. No tráfico para fins de exploração sexual o valor da mercadoria agrega, para além do prazer proporcionado por meio dos serviços sexuais prestados, determinados elementos como questões de raça, etnia e idade, variando de acordo com a demanda do consumo de cada região ao longo da história. Não é um dado da modernidade. As mulheres foram escravizadas, brancas ou não, raptadas em contextos longínquos num tempo de escassez de pessoas do sexo feminino (lembramos do rapto das Sabinas). Essa é uma velha face das relações sociais e da história do comércio, reatualizada pelo capitalismo, em suas formas mais perversas e desumanizadoras.

Quando pensamos o nível da expansão capitalista atingido neste começo de século e milênio, não estamos apenas nos referindo ao imenso território que esta ordem societária conseguiu abarcar. Queremos chamar atenção também para o fato de que, para além da transposição de fronteiras nacionais e internacionais, várias dimensões humanas estão sendo submetidas ao critério do mercado e à lógica do lucro incessante, sendo principalmente o corpo das mulheres transformado em mercadoria, em uma dinâmica que encontra canais diversos para dar vazão à realização da mais-valia.



Nas últimas décadas, sobretudo, a acumulação capitalista esteve favorecida por uma programática econômica e política de clara dimensão conservadora: o neoliberalismo. Este pensamento – que se tornou hegemônico na maioria dos países, embora tenha sido mais impactante no Terceiro Mundo – produziu um cenário que levou o Estado a se desresponsabilizar pelos direitos e políticas sociais, ao mesmo tempo em que estimulou as intervenções do mercado em áreas estratégicas para o desenvolvimento humano, como saúde, educação e cultura.

Com uma lógica que articula menos Estado e mais mercado, quando se trata de intervenções nas problemáticas sociais, gerou-se uma realidade em que os sistemas de proteção social de caráter público foram crescentemente substituídos por ações pontuais e focalizadas em determinados segmentos sociais. Ao mesmo tempo, buscou-se desconstruir no imaginário coletivo a idéia de que os problemas sociais pertencem à alçada do conjunto da sociedade, o que deve motivar ações de solidariedade e de responsabilidade social.

É, portanto, no contexto desse quadro e referência da expansão capitalista que devemos problematizar e enfrentar a questão do tráfico de pessoas, considerando-o como expressão desse alargamento das relações capitalistas e da, subsequente, corrosão da dimensão de humanidade nas relações construídas sob a hegemonia do mercado. Ao mesmo tempo, devemos observar que o acirramento desse tipo de crime, uma expressão da questão social na contemporaneidade, também é provocado pelo fato de o Estado, um poder político debilitado, concretamente em seus sistemas de proteção social e simbolicamente após a crise internacional do Estado do Bem-estar Social e a ascensão do neoliberalismo, ter pouca capacidade de enfrentar suas principais causas. Por sua vez, estando o poder público submetido aos interesses do mercado, ações e políticas de muitos governos acabam se subordinando inteiramente a negócios capitalistas diversos. Isto ocorre, por exemplo, quando se priorizam estímulos à infra-estrutura do turismo, uma atividade de alta rentabilidade, sem que se adotem medidas de prevenção ou se enfrentem de maneira decisiva as práticas do turismo sexual, paradoxalmente condenado pela retórica oficial.



Não resta dúvida de que o tráfico de pessoas é, nos dias de hoje, uma realidade com forte impacto econômico e também com graves conseqüências na vida da população brasileira e mundial, sobretudo das mulheres. O que ocorre, como já mencionado, não apenas como resultado das questões econômicas, mas também como uma manifestação de violência sexista e de violação de direitos humanos. A mesma observação vale para a exploração sexual, na medida em que tal atividade submete as mulheres a constantes situações de violência física e simbólica, como também à perda de suas referências.

Estado do Ceará:
a mercantilização das mulheres
como mecanismo indutor
da exploração sexual

As condições de vida da população do Ceará, um dos estados mais pobres do Brasil e com recente processo de industrialização, são marcadas pela precariedade advinda da falta de oportunidades de emprego. Esse fato tem gerado há décadas significativos processos migratórios para as regiões economicamente mais desenvolvidas ou em expansão, respectivamente o caso do Sul e do Sudeste, mas também de nichos de prosperidade no Norte do país.

Em período recente, quando assumiu o governo local uma fração moderna do empresariado – tendo como liderança o atual senador Tasso Jereissati, que foi governador em três momentos (1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002) – tentou-se superar esse quadro de pobreza por meio de estímulos à industrialização, ao agronegócio e ao setor de serviços, com concentração no turismo. Neste último caso, o próprio governo cearense investiu amplamente em propagandas no exterior, com ênfase nos atrativos recursos naturais dessa região com extenso e belo litoral, mas também ressaltando nas campanhas publicitárias a beleza das mulheres cearenses. Tudo isto, combinado, foi determinante para a constituição e progressiva expansão de vasto mercado sexual, em cuja ponta dá-se o aliciamento de mulheres para fins de tráfico de pessoas. Um entre vários exemplos parece suficiente para demonstrar essa realidade: o jornal



“O Povo” veiculou, em 29 de agosto de 2001, uma matéria intitulada “Mulheres até US\$ 25,00 em Fortaleza”.

Construiu-se no Ceará, nesse cenário dos últimos anos, uma ideologia da publicidade, estimulada por órgãos governamentais e agências privadas de viagens, que coloca o corpo da mulher como elemento de destaque, quando não o principal, no apelo de atração do turista. Significa dizer que o próprio Estado, isoladamente ou corroborado por empresas particulares, incentivou a formação de uma imagem do país associada ao servilismo feminino e à permissividade erótica; no limite, passível à conivência com abusos, isto é, com a exploração sexual da prostituição de crianças e adolescentes e o tráfico de mulheres para o exterior.

O direcionamento da publicidade atraiu, então, para cidades como Fortaleza, em número muito mais expressivo, homens solteiros e de meia idade, ávidos por sol, praia, diversão e, evidentemente, mulheres todos os dias.

Nesse contexto do turismo com fins sexuais, constata-se, portanto, a incidência de uma gama diversificada de fatores que contribuem para o seu alastramento e, desse modo, dificultam sobremaneira a repressão por parte dos organismos estatais e não-estatais. A repressão e mesmo a prevenção dessa realidade tornam-se, evidentemente, mais difíceis, quando é o próprio poder político que a estimula por meio de uma irresponsável propaganda para incentivar o turismo.³

O quadro sócio-econômico aqui apresentado perfaz um relevante fator criminógeno, uma vez que fornece o material humano para um bem sucedido aliciamento engendrado por agentes ligados ao turismo sexual. De outra parte, a prostituição, no caso em que os turistas são os clientes, é uma atividade extremamente mais rentável

³ Um dos marcos que contribuiu para dar visibilidade à exploração sexual foi a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual Infanto-juvenil, do Congresso Nacional, que realizou depoimentos e diligências em todo o país no período de maio de 1993 a junho de 1994. O resultado desta CPI apresentou um quadro de exploração sexual de mulheres e crianças com envolvimento de parte do *trade* turístico. O enfrentamento a essa questão tornou-se prioridade a partir da pressão exercida pelos movimentos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes que no início trabalhavam isoladamente, mas que se organizaram em rede nacional, em seguida, para atuar de forma mais efetiva; em 2001, em parceria com organismos governamentais, impulsionaram a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual-PESTRAF/2001.



e de incessante demanda, em comparação às minguadas opções de lazer, trabalho e renda que estão disponíveis às mulheres e adolescentes das periferias pobres das cidades. Somado tudo isso à força do apelo da sociedade de consumo e aos sonhos e desejos de uma vida melhor, constata-se que essas jovens são mais facilmente atraídas para a rede do tráfico de mulheres.

Não obstante, frente a tais processos de alienação e exploração, as pessoas ainda encontram formas de inserção no cenário socioeconômico, mesmo se deparando apenas com brechas deixadas pela lógica excludente. Dessa forma, a discriminação entre mulheres e homens, a marginalização das culturas locais, a precarização das relações de trabalho acabaram por criar realidades nas quais mulheres, sobretudo, as mulheres pobres encontram estratégias de inclusão através do mercado de sexo.

Políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de mulheres

Trilhas desafiadoras

Em 2001, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Fortaleza, tendo como relatora a então vereadora e hoje prefeita do Município, Luizianne Lins, investigou a prática de turismo sexual na cidade. Em seu relatório final, a Comissão destacou que presença do turismo sexual em Fortaleza é marcante e envolve principalmente crianças e adolescentes, de ambos os sexos, bem como mulheres adultas que são exploradas dadas às condições de pobreza e baixa escolaridade. Com isto, essas pessoas vêm nessa atividade uma saída imediata, uma vez que a renda gerada pela exploração sexual/prostituição é, em tese, sempre maior que as oportunidades em qualquer outro ramo de trabalho.⁴

Acordos bilaterais entre poder público e organismos internacionais constam como saídas estratégicas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Por meio dessas articulações, propõe-se intensificar a prevenção e uma intervenção mais incisiva sobre a problemática.

⁴ Câmara Municipal de Fortaleza, Comissão Parlamentar de Inquéritos que Investiga a Prática do Turismo Sexual em Fortaleza, Relatório final, 2002.



A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto Presidencial N° 5.948/06 de 26/14/06), aprovada em 2006, traz em seu bojo princípios norteadores, diretrizes e ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e estabelece três grandes eixos estratégicos de atuação:

- prevenção ao tráfico;
- repressão ao crime e responsabilização de seus autores; e
- atenção às vítimas.

Para dar efetividade à política foi constituído um grupo de trabalho intersetorial, formado por representantes dos diversos órgãos públicos federais para elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, consolidado em 2008, após debates e reflexões entre os diversos ministérios e convidados do Ministério Público e da sociedade civil organizada.

O eixo “Atenção às vítimas” presente no Plano Nacional estabelece, por exemplo, como prioridade as ações de construção de metodologias de atendimento e articulação dos serviços para constituição e efetivação da rede de atendimento, sendo necessário o desenvolvimento de uma experiência nacional, dentre outras ações.

Em consonância com as ações do governo Federal, em especial da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, está desenvolvendo o “Projeto de construção de metodologia para atendimento às mulheres em situação de tráfico de pessoas”. Essa atividade se insere no Plano Nacional, dentro do eixo estratégico de atenção às vítimas do tráfico de pessoas, e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Para além de construir uma rotina metodológica específica para o atendimento às mulheres em situação de tráfico de pessoas em um Centro de Referência, que atende as mulheres em situação de violência, o projeto está desenvolvendo ações de capacitação dos diversos setores envolvidos nos temas referentes à violência e ao enfrentamento ao tráfico, para a proposição de estratégias de acolhimento e atendimento integral às mulheres inseridas nesse contexto.

Dessa forma busca-se fortalecer as ações de articulação e ampliação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, a



partir de instituições e entidades que trabalham com a temática e que já fazem parte da rede de atendimento, e outras identificadas através da pesquisa em desenvolvimento dentro do projeto. Além de subsidiar a construção de metodologia, no que tange à articulação e fortalecimento da rede, e o levantamento bibliográfico e documental que propiciará o desenvolvimento de outras ações, a pesquisa pretende desenvolver uma caracterização do tráfico de mulheres na cidade de Fortaleza.

Essa caracterização buscará contemplar as diferentes formas com que o tráfico de mulheres se realiza na cidade, o perfil das mulheres em situação de tráfico, as concepções acerca do tráfico de mulheres e a capacidade da rede de atendimento. Esses diversos aspectos serão expressos por diferentes sujeitos implicados com o tema.

Todas as ações que contemplam a execução do projeto estão baseadas na concepção de que trabalhar na prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas requer olhar para grupos historicamente excluídos e marginalizados. Devemos destacar que estes não são os únicos a sucumbirem às “propostas” de viagem ao Exterior, no entanto acabam sendo os segmentos que estão mais vulneráveis a esse tipo de violência.

Vale salientar que a discussão sobre o tráfico requer ainda a disposição de rever antigos estereótipos e estigmas acerca da caracterização das pessoas vítimas, em especial das mulheres. Nem todas as mulheres envolvidas pelas redes de tráfico são necessariamente prostitutas, analfabetas ou oriundas das classes pobres da sociedade, por isso não podemos afirmar que as condições socioeconômicas são a força motriz exclusiva que vulnerabiliza pessoas a caírem nessas redes. Devemos considerar também motivações como os sonhos e fantasias, elementos constitutivos do imaginário de uma sociedade que cria e recria desejos. Faz-se mister, portanto, romper com discursos e valores moralizantes, para que seja possível ressignificar o atendimento dado a elas. Afinal, as imagens socialmente construídas sobre as vítimas, na sua maioria, não correspondem ao real. No ideário coletivo, a vítima pediria, por exemplo, apoio às instituições e, após ser “resgatada”, não mais voltaria às condições de tráfico. No entanto, é verificado em muitas situações o seu retorno aos locais onde a exploração continua a se desenvolver.



Trabalhar com esse paradoxo é necessário. Bem como merece destaque na realização do trabalho, perceber todas as nuances que permeiam o enfrentamento ao tráfico, como a questão da prioridade da pauta como política pública de Estado, a necessidade de articulação em rede para prevenção e a dificuldade de chegar até as mulheres em situação de tráfico ou vulneráveis a ele.

Compreender que não ocorre, necessariamente, o auto-reconhecimento da pessoa como vítima de uma engrenagem mais ampla, além do medo inerente a possíveis retaliações por parte dos envolvidos com a rede do tráfico e o desejo de retornar ao exterior, no caso do tráfico internacional, é um pressuposto essencial à efetividade do atendimento.

Nesse sentido, um dos desafios apontados para o combate ao tráfico de mulheres é a garantia de políticas públicas articuladas de forma transversal na promoção dos direitos dessas pessoas, a fim de lhes propiciar oportunidade de romper com o ciclo da pobreza e, conseqüente, vulnerabilidade ao tráfico de pessoas. Entender o lugar político da temática na pauta do governo e a importância das ações estruturantes de prevenção é um dos primeiros passos.

O formato e a abordagem no atendimento às pessoas em situação de tráfico, em especial as mulheres, é questão extremamente complexa que requer estratégias previamente formuladas e articuladas em rede, necessitando, inclusive, de um discernimento mais nítido sobre a condição da pessoa em situação de tráfico. Esses pontos precisam ser tratados com a profundidade, a delicadeza e a clareza que a problemática requer, de forma a possibilitar uma atenção efetiva às mulheres que estejam nessa situação.

Para enfrentar esse fenômeno, é preciso que as gestoras(es) elaborem política de Estado e não apenas política de governo; quer dizer, que se realizem ações para além de uma administração. Em sendo assim, precisamos, no campo do município, fortalecer a rede de prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas e atendimento às mulheres inseridas nessa situação, que é tarefa muito maior do que se possa supor à primeira vista e requer esforços de várias políticas e de vários segmentos da sociedade. De forma geral, é preciso, principalmente, que sejam elaboradas políticas em que essas mulheres não sejam tratadas como meras vítimas e sim como *sujeitas de direito*.



Nesse sentido, portanto, é de suma importância o desenvolvimento de um projeto que seja capaz de trazer essa discussão para a ordem do dia, e de fazer pensar e formular estratégias reais de atendimento qualificado às mulheres em situação de tráfico. Garantir um atendimento qualificado significa que temos que enfrentar os conceitos e pré-conceitos existentes na nossa sociedade, especialmente quando estamos falando do enfrentamento à exploração sexual do corpo da mulher.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Câmara Municipal de Fortaleza. *Comissão Parlamentar de Inquéritos que investiga a prática de turismo sexual em Fortaleza*. Relatório final, 2002.

DIAS, Cláudia Sérvulo da Cunha (Coord.). *Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Brasília: OIT, 2005.

CFEMEA; *Guia dos direitos da mulher* (CFEMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria). Brasília: Rosa dos Ventos/ Editora Record, 1996.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. “Construindo os fundamentos teóricos e conceituais sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual: um estudo preliminar”. Brasília: CECRIA, Pestraf, mimeo., 2002.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima. *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil*. Relatório Nacional. Brasília, 284 p., 2002.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e PINHEIRO, Patrícia. “A pesquisa social no contexto do tráfico de pessoas: uma abordagem marxista”. In: *Tráfico de pessoas e violência sexual*. Brasília: Violes/SER/Unb, 2007.

NEDERSTIGT, Frans e ALMEIDA, Luciana Campello R. “Capítulo Brasil”. In: *Dano colateral: o impacto das medidas anti-tráfico nos direitos humanos no mundo*. Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres (GAATW). Tailândia, p.23, 2007.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Modernização do atraso: a hegemonia burguesa*



TRÁFICO DE MULHERES:
REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS

do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”. Tese de doutorado em Sociologia. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, fevereiro de 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Protocolo adicional das Nações Unidas contra crime organizado transnacional, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças*. Palermo, 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília, Secretaria Nacional de Justiça, 2008.

JORNAIS

Jornal O POVO. “Mulheres até US\$ 25,00 em Fortaleza”. Fortaleza-CE, 29 de agosto de 2001.

PÁGINAS ELETRÔNICAS

Comissão Européia de Justiça e dos Assuntos Internos. *Tráfico de mulheres. A miséria por trás da fantasia: da pobreza à escravatura sexual. Uma estratégia europeia global*. 2001. http://europa.eu.int/comm/employment_social/equ_opp/index_em.htm,.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Decreto presidencial N.º. 5.948, de 26 outubro de 2006. (www.mj.gov.br/trafico/servicos/legislacao/2006decreto5948.pdf)



O CONCEITO DE TRABALHO¹

HELENA HIRATA²

PHILIPPE ZARIFIAN³

A noção moderna de trabalho, como foi formalizada pela economia política clássica, nos remete a uma dupla definição.

A primeira se apresenta como uma definição antropológica, o trabalho constituindo uma característica geral e genérica da ação humana. Para Marx (1867/1965), o trabalho é em essência um ato que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem exerce em relação à natureza o papel de uma potência natural específica. Ele põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele modifica sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas.

A segunda definição reinterpreta a primeira ao considerar que as trocas entre homem e natureza sempre se produzem em condições sociais determinadas: estamos nas condições do artesanato, da escravidão ou do assalariamento? O trabalho útil é executado sob a chibata do feitor de escravos ou sob o olho interessado do capitalista? É a partir desta segunda reinterpretação que o conceito de tra-

¹ Este texto foi originariamente publicado no *Dictionnaire Critique du Féminisme* organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, e publicado por PUF em Paris, 2000. Publicado no Brasil em: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. EMÍLIO, Marli et alii. (Orgs.). São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo-Cordenadoria Especial da Mulher, N° 3, pp. 55-64, dez. 2003. Traduzido por Miriam Nobre.

² Helena Hirata é pesquisadora em sociologia no GERS (Gênero e Relações Sociais) do CNRS (França), ex-GEDISST. Ela desenvolve pesquisas comparativas internacionais no Brasil, França e Japão sobre trabalho e relações sociais de sexo/gênero. É autora de *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

³ Philippe Zarifian é professor de sociologia da Universidade de Marne-la-Vallée, pesquisador no Laboratório técnicas, territórios e sociedades (LATTs) e membro associado do GERS.



balho assalariado pode ser desenvolvido: o assalariado trabalha sob o controle do capitalista ao qual o produto de seu trabalho pertence.

Essa dupla definição tem o mérito de situar a atividade do trabalho no ponto preciso de imbricação de dois tipos de relação (homem-natureza e homem-homem), porém ela é ainda muito insuficiente. Primeiro, porque parte de um modelo assexuado de trabalho. O sujeito do trabalho – o homem – é apresentado nessa definição como universal: de fato é o masculino que é elevado ao universal. Em segundo lugar, ela também é problemática de um outro ponto de vista, na medida em que as relações suscitadas não são apreendidas de maneira idêntica. As relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas e fixadas como uma base imutável da produção da vida humana, enquanto as relações sociais – as condições sociais do trabalho – são historicizadas. Sendo assim, essa dupla definição não pode ser pertinente se consideramos as relações historicamente, que é o que torna possível considerar o sexo social. Se extrairmos todas as conseqüências da tese do “homem” como ser social, não existem trocas genéricas entre o homem e a natureza, mas trocas *sempre específicas* entre os homens e as naturezas. E os próprios homens são os homens e as mulheres: assim, torna-se possível falar de sexo do trabalho.

Tempo e trabalho

À luz de sua etimologia, antes de sua acepção moderna, o trabalho era sinônimo de sofrimento e/ou imobilização forçada. A definição da economia política clássica (século XVIII ...) teria, de alguma forma, enobrecido o trabalho ao lhe dar a virtude de estar na origem da produção material da vida humana. Tão logo enobrecido, esse trabalho recobrou seu antigo sentido, pois, sob o jugo do assalariamento, o trabalho logo se tornaria sinônimo de constrangimento e sofrimento para quem o exercesse.

Podemos nos perguntar se não existe aí um certo jogo de ilusão. Pois o trabalho assalariado no sentido moderno, tal como emerge no capitalismo nascente, não tinha de fato nenhuma origem. O uso dessa noção emerge sob uma forma inédita: a de uma atividade social que podemos objetivar, isto é, descrever, analisar, racionalizar, prescrever



em termos precisos: uma seqüência de operações, consideradas em uma abstração generalizante, e o tempo mensurável necessário para realizá-las. Esse trabalho moderno, disfarçado sob a expressão “atividade que pode ser objetificada”, é considerado desde então na relação salarial nascente, porque ele se desenrola em torno da questão doravante central, que é a apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista. A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma seqüência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho, de um lado, a força de trabalho, de outro. E entre os dois: o tempo, referente central de avaliação da produtividade dessa combinação entre trabalho e trabalhador. O nascimento da noção de trabalho assalariado é a história dessa separação, que opõe uma forma objetificada a uma potência subjetiva. O trabalhador, ser de subjetivação, torna-se prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas.

Ao contrário, a noção de trabalho doméstico é o antípoda da objetificação: ela é ligada às relações afetivas no seio da família e fundada sobre a “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres (Chabaud-Richter et al., 1985). Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e de educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres. Os homens podem legitimamente pretender escapar deles. Esse trabalho é refratário à mensuração, mesmo se as aproximações pelos “orçamentos-tempo” tenham sido utilizados para apreendê-lo, elas não conseguem esclarecer a natureza mesma desse trabalho. Nos debates sobre trabalho, a existência de uma perpétua hesitação entre o trabalho assalariado exclusivo, de um lado, e o trabalho doméstico ou útil em geral, de outro, não é nada mais do que um indicador do fato de que duas questões, a captação do tempo e a produção do viver, se interpenetram sem, no entanto, se confundirem.

As relações sociais de sexo permitem assim lançar, sobre esse duplo desafio, um olhar particularmente revelador. Pois, de um lado, a captação do tempo pelo outro não pode mais ser reduzida somente ao tempo de trabalho assalariado. Percebe-se que o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico. E, quando as mulheres começam a entrar massivamente no assalaria-



mento, é sob um *status* duplo: como assalariadas e como portadoras das condições gerais – temporais – do assalariamento. De outro lado, a produção do viver, por interpelar a dimensão útil do trabalho, é levada pelas mulheres para além das fronteiras das esferas da vida nas quais os homens estão estabelecidos e inscreveram sua dominação. Para as mulheres, os limites temporais se dobram e redobram, trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre esferas da vida – privada, assalariada, política – que regem oficialmente a sociedade moderna.

O conceito de trabalho e seu futuro

O desenvolvimento histórico do conceito de trabalho foi formalmente interpelado nos anos 1970 com o desenvolvimento das pesquisas que introduziam a dimensão sexuada nas análises do trabalho. É a partir da problemática da divisão sexual do trabalho que Danièle Kergoat procede a uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho e seus conceitos conexos, como o de qualificação, introduzindo a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução. Junto com outras que atuam no mesmo campo (no CNRS⁴, na Universidade, mas também fora das instituições) algumas pesquisadoras do GEDISST⁵, com D. Kergoat, propuseram uma reconceituação do trabalho, por inclusão

1) do sexo social e 2) do trabalho doméstico, no conceito de trabalho. Essa reconceituação abrangeu também o trabalho não-assalariado, não-remunerado, não-mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis.

A conjuntura de recessão e desemprego em massa dos anos 1990, com o desenvolvimento de formas de trabalho precário, reatualizaram o debate sobre trabalho e sua crise, com proposição de políticas públicas. A questão da divisão do trabalho e as leis em torno da

⁴ Centre National de Recherche Scientifique. Instituição dedicada à pesquisa. (N.T.)

⁵ Grupo de Estudos da Divisão Internacional Social e Sexual do Trabalho, atualmente, GERS.



redução do tempo de trabalho constituíram um das principais recorrências do debate teórico atual sobre o “fim do trabalho”, o “fim do valor trabalho” e a “centralidade do trabalho”. Para clarear esse debate é útil retornar à distinção estabelecida por Hannah Arendt (1958/1988) entre: 1) o trabalho como atividade do *Animal laborans*, governado pela necessidade de subsistência humana, produzindo coisas efêmeras, destinadas a serem destruídas pelo consumo; 2) a obra como atividade do *Homo faber*, produzindo coisas duráveis, destinadas a tornar o mundo habitável, e engendrando a cultura; 3) a ação, propriamente dita, que não produz coisas separadas do agente e consiste em atos nos quais se condensa a iniciativa humana em face dos outros humanos, em um espaço privilegiado, o da política.

Essa distinção hierarquiza as atividades humanas e inferioriza aquela denominada “trabalho”, de maneira que, de uma vez só eterniza a separação e encerra cada atividade em sua destinação. Ao mesmo tempo, a política é hipoteticamente inscrita no reino da liberdade e eleita terra privilegiada da autonomia, tudo se passa como se o trabalho moderno, reduzido somente à sua dimensão de heteronomia, não devesse ser subvertido, mas limitado e contornado para encontrar, em outras esferas da vida, as fontes verdadeiras da emancipação. Mas emancipação de quem? E em relação a quê? O paradoxo das teses sobre o fim do valor trabalho é que elas eternizam o golpe de força que constituiu a imposição da relação assalariada e fazem como se uma relação política libertadora, inspirada na cidadania grega que reivindicava Arendt, pudesse se desenvolver ao lado e apesar do sistema capitalista, e deixando subsistir para a maioria o trabalho tal como hoje. A abordagem em termos de relações sociais de sexo mostra claramente que os deslocamentos entre as esferas da vida, tal como estão hoje socialmente separadas, e contra os quais queremos radicalizar a oposição, só trazem opressão redobrada.

Um segundo debate, que também tem implicações no pensamento científico atual, é teorizado por Jürgen Habermas (1981-1987). O conceito de trabalho, prisioneiro de uma visão industrialista da realidade, remete a uma ação instrumental sobre a natureza, o humano sendo ele mesmo instrumentalizado nessa ação finalizada, enquanto a noção de interação remete à definição intersubjetiva de normas de



ação que uma comunidade humana poderia pôr em debate e validar. Aí também a hierarquização é clara: o trabalho é restrito a uma visão estreitamente instrumental. Deixa-se a esfera econômica e o trabalho assalariado ao seu triste destino, enquanto se busca em um hipotético espaço público o engendramento da elevação moral.

Poderíamos tomar esse debate sobre o fim do trabalho ao pé da letra e dizer: fim do trabalho = fim da definição que a economia política instaurou para o trabalho. Ou seja: fim do assalariamento. Mas um debate não pode se fundar sobre bases nominalistas. Se ele pode ter um sentido, é justamente porque existem tendências objetivas e subjetivas. De uma parte, para questionar o *status* atual do tempo e, então, dar ao tempo um outro *status*. De outra, para tratar a produção do viver não como um efeito secundário da valorização do capital, ou como pura satisfação das necessidades vitais, mas como um questionamento social que permite estabelecer uma ponte entre as diferentes esferas de atividade.

Referências

ARENDET, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Paris, Calmann-Lévy Agora, 1988. 368 p. [Édition originale: *The Human Condition*, 1958]. Publicação no Brasil: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique et SONTTHONNAX, Françoise. *Espace et temps du travail domestique*. Paris, Librairie des Méridiens-Klincksieck, 1985. 156 p. (Réponses sociologiques)

COLLECTIF *Le sexe du travail; structures familiales et système productif*. Grenoble, PUG, 1984. 320p. Publicação no Brasil: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Gender Relations and Female Labor; A Consideration of Sociological Categories. In: JENSON, Jane et al. (eds.). *Feminization of the Labour Force. Paradoxes and Promises*. New York, Oxford University Press, 1988. p. 260-275.

MARX, Karl, *Le Capital*, livre I, In: *Oeuvres*, Économie I. Paris, NRF, 1965. 1818 p. [1ère édition 1867]. (Bibliothèque de la Pléiade). Publicação no Brasil: *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VANDELAC, Louise. Et si le travail tombait enceinte? Essai féministe sur le concept de travail. *Sociologies et Sociétés*, octobre 1981, vol. XIII, n. 2, p.67-82.



POLÍTICA FEMINISTA COMO AÇÃO DE GOVERNO

TATIANE GODINHO¹

109

A discussão sobre o caráter do Estado, das instituições do Estado em seu sentido geral, vai muito além dos limites deste texto. Aqui queremos insistir na necessária disputa por um projeto de ação governamental que coloque como objetivo fortalecer as mulheres, expandir a cidadania e a democracia e incidir sobre questões centrais da subordinação das mulheres contribuindo, desta forma, para construir a igualdade. Apontamos, assim, alguns elementos para a construção de uma proposta feminista na atuação de governo.

Sem perder a dimensão crítica quanto aos limites de uma intervenção constrangida pelo modelo econômico hegemônico e, em particular, por uma estrutura de Estado cujo fundamento não é a construção da igualdade mas a manutenção de relações sociais estabelecidas e contenção dos conflitos gerados por um tecido social discriminatório, consideramos que é possível incidir sobre essa lógica, ainda que de maneira limitada. Parte-se de uma avaliação de que um governo que busca a construção de uma sociedade democrática deverá orientar sua ação na construção de políticas eficazes para a reversão do quadro de desigualdade social não podendo, assim, deixar de agir para alterar as relações de desigualdade entre mulheres e homens.

A ação do Estado é central para o reforço ou a alteração das dinâmicas que conformam as relações sociais de sexo. Por um lado sua ação tende a reforçar as relações hegemônicas na sociedade e, neste

¹ Foi coordenadora geral da Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo, gestão 2001-2004. Este texto retoma questões já discutidas anteriormente, em particular em *Construir a igualdade combatendo a discriminação* (2004).



sentido, é agente importante na manutenção das desigualdades entre mulheres e homens; por outro, o discurso da igualdade e da cidadania universal que sustenta a concepção de Estado e de política desenvolvida na modernidade permitiu a exposição das contradições decorrentes da exclusão das mulheres dos marcos desta cidadania.

A crítica a como se desenvolvem tais relações, conformando uma dinâmica de desigualdade entre mulheres e homens em todos os âmbitos da vida, só emergiu como política pela ação coletiva das mulheres que, como sujeito político e social, passam a questionar as contradições impostas por uma cidadania cindida, avalizada historicamente pela ação do Estado.

A compreensão do caráter social das relações sociais entre os sexos e sua sistematização teórica, com a formulação de análises e conceitos interpretativos das relações de desigualdade entre mulheres e homens, foi uma das contribuições importantes da chamada segunda onda do feminismo. Tendo em vista a ação do poder público, parte da crítica elaborada por teóricas feministas, em particular no âmbito das políticas de bem-estar social dos países europeus, insiste na necessidade de se alterar o papel do Estado na regulação das relações entre Estado, mercado e família por considerar que é nessa inter-relação, em particular, que se assentam políticas de manutenção de uma divisão sexual do trabalho em moldes tradicionais. Retoma-se a crítica à separação radical entre público e privado, que atribui às mulheres responsabilidade primordial com a reprodução social (Balbo, 1992; Sainsbury, 1999; Esping-Andersen, 2002). Esta distinção também se afirma, de maneira recorrente, em uma pretensa identidade feminina com a natureza, que reforça e justifica a manutenção das mulheres em uma esfera considerada fora das relações sociais.

Ao discutir as respostas do Estado frente à emergência da organização do movimento de mulheres no Brasil, no período de transição da ditadura militar, Sonia Álvarez argumenta que “as mulheres, como um grupo, nunca participaram do pacto de dominação articulado dentro do Estado” (1988: 318), defendendo a tese de que as relações sociais de sexo, da mesma forma que as relações de classe e raça-etnia, compõem uma “*grade estrutural e ideológica*” de questões que



orientam e estruturam as instituições do Estado e, em última instância, fundamentam seu poder. No entanto, tal articulação não é estática e responde a embates sociais e políticos em jogo na sociedade.

A reivindicação de que o poder público, de que as instituições do Estado desenvolvam políticas voltadas à superação das desigualdades entre mulheres e homens tem sido uma característica do feminismo contemporâneo. Mas é preciso perceber que a visão que se tenha sobre as desigualdades sociais, sobre o papel da subordinação das mulheres na conformação das relações sociais, e nesse sentido, a compreensão de como se constroem e se desenvolvem as relações sociais de sexo e a perspectiva de sua superação são um substrato fundamental das diferentes perspectivas de intervenção feminista. No âmbito das políticas públicas, da ação do Estado, pode-se perceber como as concepções defendidas orientam a definição das políticas: Que políticas priorizar? Qual o sujeito de tais políticas; a quem elas se dirigem? Orientam-se pela conciliação ou superação das desigualdades? Até onde cabe ao poder público incidir sobre as contradições entre mulheres e homens? Que peso esta orientação deve ter no governo? Entre outras questões.

A reivindicação de que a ação do Estado vá além do combate à discriminação, de que seu papel seja mais do que proporcionar acesso igualitário (por mais que a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação sejam importantes), e intervenha de forma ativa para a superação da desigualdade entre mulheres e homens em todos os âmbitos da vida social se alicerça na compreensão de que as relações sociais de sexo têm um papel estrutural no sistema de dominação hegemônico.

Mas, em todas as partes, transformar uma perspectiva de alterar as relações sociais de sexo em agendas governamentais tem sido um grande desafio. Afinal, não se trata de uma ação setorial; o que se defende é que a perspectiva da superação da desigualdade entre mulheres e homens deve ser parte constitutiva da ação pública como um todo.

No Brasil, após uma série de mudanças na década de 1980, que acompanham a ampliação da presença das mulheres no mundo público, contexto em que a pressão do movimento de mulheres foi mais ampla, e a força dos movimentos sociais e de uma visão emancipatória tinham mais apelo, o debate público em defesa de políticas para as mu-



lheres perde peso nacional. O processo de constituição das mulheres como sujeito político e social, e sua forte entrada no espaço público foi acompanhado de um crescimento da incorporação das mulheres como público beneficiário específico de políticas públicas (Fujiwara, 2002; Farah, 1998 e 2002), o que não se faz, necessariamente, desde uma perspectiva de ruptura da desigualdade nas relações sociais de sexo.

Nesse contexto, também a perspectiva de se construir um instrumento de governo responsável por propor, elaborar, articular e coordenar políticas para as mulheres foi fragilizada, dando espaço, entre outras questões, a uma dinâmica de aglutinação de uma multiplicidade de temas e grupos sociais discriminados sob um guarda-chuva geral de “direitos humanos”, estratégia avalizada também por setores do feminismo. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres no âmbito do governo federal, em 2003, retoma parcialmente o foco de intervenção governamental específica.

Instrumento de construção da política feminista

A construção de uma ação governamental coerente e sistemática no sentido de alterar as relações de desigualdade entre mulheres e homens demanda a existência de um centro articulador dessa política no interior do governo. Afinal, buscar alterar as dinâmicas de desigualdade e discriminação é nadar contra a corrente das práticas, interesses e valores dominantes, e isso exige, além de decisão política, instrumentos e estratégias capazes de incidir sobre o conjunto da dinâmica governamental.

A proposta de um organismo com caráter executor e articulador das políticas no interior do governo privilegia o aspecto da responsabilidade do poder público em planejar e executar as políticas públicas e indica, como problema específico, a necessidade de incidir nas contradições e disputas internas existentes no governo. No contexto brasileiro, propostas de instrumentos institucionais voltados à ação de governo surgem em especial a partir dos anos 1980-1990, quando o formato que se generalizou foi o de *conselhos da mulher*. Assim, a ênfase na proposição de organismos inseridos na dinâmica



interna dos executivos, integrados à ação executiva de governo, por oposição à idéia de órgão de caráter consultivo, prioritariamente de interface com o movimento de mulheres, é uma distinção política e administrativa relevante.

Sem deixar de lado a importância da relação com o movimento de mulheres e a construção de uma forma democrática de articulação e decisão do programa e das políticas públicas, a proposta de criação de um organismo nos moldes de uma *secretaria* de governo insiste na responsabilidade própria do governo como propositor e implementador de políticas e prioriza da construção de um organismo que, compartilhando a responsabilidade, as demandas e as exigências colocadas sobre o executivo, seja capaz de fazer a articulação e a disputa por políticas públicas de gênero. Tal proposta parte de alguns pressupostos importantes: primeiro, que a existência de um organismo coordenador, articulador e centralizador de tais políticas é elemento essencial para a construção de uma coerência do programa de governo orientado às mulheres; em segundo lugar, da importância de sua alocação em um lugar estratégico dentro da estrutura do governo, daí a defesa prioritária de uma *secretaria* de governo; e em terceiro lugar, que sua capacidade também dependeria, o que é evidente, dos instrumentos e do orçamento disponíveis para sua ação.

A extensão das respostas dadas, pelas instituições do Estado, por meio de políticas que incidam sobre a desigualdade entre mulheres e homens, do ponto de vista emancipatório, não depende apenas da existência de um organismo desse tipo. Depende, também, entre outros fatores, do grau de incorporação destas demandas pelos grupos determinantes na formulação das políticas do Estado (dirigentes políticos e coalizões políticas); de sua ação/disposição para priorizar esta agenda; do quão extensa e profundamente isto provoca uma política interna, capaz de alterar a dinâmica de discriminação impregnada nos agentes do Estado; da resistência ou pressão exercida pela sociedade ou setores específicos da população.

Os organismos de políticas para as mulheres constituem uma nova institucionalidade dentro do Estado, ainda carente de legitimidade efetiva, e atuam dentro de uma disjuntiva importante: ao mesmo tempo em que necessitam ser eficientes e mostrar sua ação, o resulta-



do de seu trabalho depende da ação de outras estruturas dentro do Estado. Seu sucesso depende, por isso, de um esforço importante na articulação política. Esta capacidade, para além das potencialidades dos indivíduos envolvidos, é dada, no fundamental, pela força política, que advém em particular por delegação do governante eleito. Isso implica muito mais que declarações de “vontade política”, mas o real compromisso e a intervenção dos dirigentes centrais sobre a questão, a disposição para enfrentar os conflitos que possam ser gerados, a alocação de recursos materiais e humanos disponíveis para a ação, argumentos que apenas reforçam a necessidade de espaços de articulação e responsabilização, no interior no executivo, com o papel específico de dar unidade e coordenar o desenvolvimento de projetos e políticas.

A possibilidade de uma nova perspectiva de atuação do Estado, ao se introduzir uma plataforma de políticas sob uma ótica feminista, implica ações e políticas desenvolvidas nas mais distintas áreas de governo. A existência de um organismo específico, de uma secretaria, não implica obviamente que todas as políticas serão conduzidas por ela, mas a aplicação de um programa de ação que é desenvolvido pelo conjunto do governo. A mudança de práticas na ação de governo demanda, assim, uma disputa em defesa do feminismo no interior dos diferentes setores da administração pública.

Uma vez que as ações de políticas públicas orientadas a alterar o cotidiano da desigualdade entre mulheres e homens estão, em sua grande maioria, alocadas em secretarias ou departamentos específicos, parte dos programas ou ações primordialmente vinculados ao organismo de políticas para as mulheres são caracterizadas, em geral, como “atividades meio”. Entre outras, são atividades como: ações educativas gerais com incidência sobre os servidores públicos e população; alteração nas práticas do pessoal dos serviços públicos (agir não-discriminatório, percepção das desigualdades etc.); fortalecimento da participação crítica da população na gestão, avaliação, fiscalização e uso dos serviços públicos; promoção de ações e políticas com caráter de demonstração para as demais áreas de governo; campanhas públicas de esclarecimento, informação, ou fortalecimento de proposições; levantamento e sistematização de informações e dados para subsidiar a elaboração de políticas.



Ainda que sejam ações essenciais para intervir sobre a lógica do poder público, com o objetivo de garantir uma alteração na perspectiva com que ele incide sobre as relações sociais de sexo, são de mais difícil mensuração de resultados e, com frequência, menos valorizadas tanto internamente, na ação de governo, como na avaliação da população sobre as políticas governamentais.

Além disso, não é pequeno o desafio de romper com a compartimentalização das políticas e das ações de governo. As estruturas governamentais têm, quase sempre, uma atuação estanque, não sendo incomum uma competição entre as diversas áreas. Uma política que vise a desenvolver uma nova perspectiva sobre as relações sociais de sexo implica ações com incidência em múltiplas áreas de atuação governamental. Construir tal relação exige romper com a cultura e a prática de funcionamento dos governos, usualmente não-planejada para a integração de programas e ações. As dificuldades para construção de políticas inter-setoriais, característica intrínseca de um programa de ação feminista, aparecem como mais um argumento em favor de um organismo que esteja no mesmo patamar hierárquico do escalão central de governo (não sendo uma secretaria, de um organismo vinculado a estruturas centrais na gestão e direção política dos governos, em especial, no próprio gabinete do chefe do executivo). A capacidade de articulação política é indissociável da legitimidade e do poder de que disponha tal organismo; condições dadas por vários elementos, entre os quais se destaca o seu lugar na estrutura do governo.

A concretização de um programa de política feminista torna-se ainda mais complexa em um contexto de questionamento das políticas sociais que permitam alterar a relação Estado-mercado-família em favor das mulheres. A entrada da agenda das mulheres nas políticas estatais nos países dependentes, como o Brasil, ocorreu a partir dos anos 1980, quando, no cenário internacional, cresciam as ideologias e políticas de redução do papel do Estado, de privatização dos serviços, de cortes nas políticas sociais. Este processo se agudizou nos anos 1990, período em que se questionaram fortemente as concepções de igualdade e justiça social que embasavam, grosso modo, as proposituras de políticas universais (Silveira, 2004).



Alterar as condições de vida das mulheres

Como mencionado anteriormente, a construção de uma política feminista como parte da política governamental se orienta, como não poderia deixar de ser, fundamentalmente pela compreensão que se tenha de como se articulam as relações sociais de sexo no conjunto das relações sociais e que perspectiva de transformação e igualdade se quer construir. É neste sentido que consideramos que uma política feminista deve se orientar, antes de tudo, para o desenvolvimento de políticas de caráter permanente que alterem as condições de desigualdade e ampliem as bases de autonomia das mulheres. Nem todas serão políticas diretamente voltadas à população feminina, mas cujos resultados contribuem para a ampliação das condições de autonomia pessoal e auto-sustentação das mulheres.

A definição dos programas e projetos específicos e a articulação de um conjunto de ações junto às demais áreas do governo poderão ser tanto mais eficazes quanto mais claros forem os objetivos definidos, a perspectiva feminista sobre a qual se assentam, os eixos selecionados sobre os quais se construirá a ação cotidiana. Se o fio condutor é a construção da autonomia das mulheres e a alteração das relações sociais de sexo, isso precisará ser concretizado em propostas claras, formatadas como políticas, com objetivos específicos, metas e prazos; enfim, com condições adequadas para se transformarem em ação governamental.

Por outro lado, é também central a forma como se governa e, neste sentido, atuando para a manutenção de uma relação de governo participativa e democrática que invista na ampliação e consolidação da relação com o movimento popular e de mulheres, incentivando e promovendo mecanismos de controle e participação popular.

De forma sintética, consideramos que as diretrizes de um programa de ação de governo orientado por uma perspectiva feminista deve implementar propostas para:

a) fortalecer as condições de autonomia pessoal e auto-sustentação das mulheres, de forma a favorecer o rompimento com os tradicionais círculos de dependência e subordinação;



b) incidir sobre a divisão sexual do trabalho, não apenas do ponto de vista de padrões e valores, mas principalmente ampliar a rede de equipamentos sociais, em particular aqueles que interferem no trabalho doméstico, como os relacionados a creches e educação infantil; políticas que reduzem a desigualdade e ampliam a responsabilização do poder público com o bem-estar dos indivíduos, o que em geral significa trabalho das mulheres;

c) fortalecer as condições para o planejamento da reprodução, do direito à saúde e vivência da sexualidade, possibilitando a autonomia e o bem-estar também neste campo;

d) responder às demandas que pressionam o cotidiano das mulheres inseridas neste contexto de dominação, em particular, com atendimento e prevenção da violência sexista;

e) finalmente, considerar o Estado em sua dimensão pública e educativa, investindo na crítica ao conteúdo e práticas discriminatórias que persistem não apenas no sistema educacional, mas nos variados aspectos e áreas da ação de governo.

Enfim, proposição de tais políticas deverá sempre incorporar a multiplicidade das demandas e vivências das mulheres, integrando o combate às desigualdades étnico-raciais, as diferenças de orientação sexual, bem como as reivindicações e necessidades decorrentes das diferenças de idade, das mulheres com deficiência, e demais vivências que demandam integração na agenda feminista.

São várias as áreas nas quais o poder público pode incidir. Questões como saúde, educação, combate à violência, ou alterações de âmbito legal têm sido mais enfatizadas. Em outras áreas, as mulheres podem aparecer como indutoras de políticas, sendo receptoras diretas, mas o alvo real das políticas são as crianças ou a família. Essa têm sido em geral a orientação das políticas de renda, para mencionar um exemplo conhecido. As ambigüidades e limites de tais políticas nem sempre são fáceis de se demarcar (Carloto, 2008)². Afinal, as contradições de uma cidadania pressuposta e legitimada pelo papel de mãe, na qual muitas vezes as mulheres são circunscritas, denunciam também sua responsabilização prioritária com os filhos e o grupo familiar; responsabilização que condiciona sua atuação e suas opções de vida.

² Ver texto *Família, mulheres e políticas de transferência de renda*, nesta publicação.



118

E neste sentido, uma parte muito forte da demanda cotidiana das mulheres, dirigida ao Estado, tem sido a exigência de políticas de cuidado, área onde se percebe, de forma mais evidente, o entrelaçamento entre as políticas sociais e o papel do mercado e da família. Não é por acaso que a ampliação da rede de creches e pré-escolas aparece como reivindicação prioritária nas Conferências de Mulheres em vários municípios. A responsabilização privada pelo cuidado dos indivíduos – em particular das crianças, mas cada vez mais dos idosos – é aspecto chave dos limites de construção das bases da autonomia das mulheres e, portanto, de sua cidadania. A construção de políticas sociais que incidem sobre esta lógica é, portanto, central na alteração das relações de dependência das mulheres. Aqui se evidencia um aspecto fundamental da reprodução social, o papel da divisão sexual do trabalho na manutenção das condições de desigualdade entre mulheres e homens, demonstrando que este conceito – de divisão sexual do trabalho – deve ser entendido não como um conceito descritivo, mas estruturante nas relações sociais de sexo (Kergoat, 1996).

E ainda que não se possa atribuir ao município toda a responsabilidade pelas políticas de cuidado infantil, uma vez que o amplo espectro das políticas sociais se define por uma dinâmica muitíssimo mais complexa, a política de creches e educação infantil, que são estruturantes desse cuidado, são de responsabilidade primordialmente municipal. A existência de uma ampla cobertura de creches e educação infantil interfere diretamente na presença feminina no mercado de trabalho, tanto na disponibilidade quanto nas perspectivas de desenvolvimento profissional, além de serem indispensáveis para a existência de tempo livre, essencial para a construção da cidadania, tanto nos aspectos de cultura e lazer como de participação política. São políticas que, ao mesmo tempo, possibilitam reduzir a desigualdade por meio da ampliação do acesso a serviços e direitos e estendem a responsabilização pública pelo bem-estar dos indivíduos e, neste sentido, possibilitam discutir e colocar em cheque a responsabilidade atribuída às mulheres pela reprodução cotidiana.

É interessante perceber que o debate pela ótica do “cuidado” retoma o problema da divisão entre as esferas pública e privada tão debatido na origem do feminismo, e reatualiza a importância de po-



líticas nesta área, questão que tem sido negligenciada como “não-feminista” por setores do movimento. Reposiciona, entre nós, a legitimidade de políticas de educação infantil e de cuidado infantil que é hoje dada quase que de forma exclusiva pela ótica dos direitos das crianças, muitas vezes negando sua relação direta com os direitos e necessidades das mulheres.

Considerações finais

Desafio permanente para o poder público é a construção de uma relação democrática e de instrumentos de elaboração e controle das políticas. A subversão da lógica discriminatória existente na sociedade será mais eficiente quanto mais a ação de governo se construir em base democrática. Mas é preciso reconhecer que a consolidação de canais de relação entre Estado e sociedade civil ainda é incipiente e permanece como um desafio para as gestoras de políticas públicas de gênero.

Por um lado, a realização das Conferências de Mulheres são um momento importante do debate público das ações do governo, ao mesmo tempo em que selecionam e apontam prioridades do ponto de vista da população. No entanto, sua importância efetiva dependerá do real compromisso dos governos com as discussões aí realizadas. Os canais do orçamento participativo, nos poucos municípios onde ele existe, também têm sido um instrumento importante da participação das mulheres, e apresentam uma riqueza especial para as gestoras frente à distância que tem sido usual de setores do movimento com maior acúmulo feminista das disputas que se colocam no campo do movimento popular. Aliás, a dicotomia – e mesmo contraposição – entre movimento feminista e movimento de mulheres, que tantas vezes se expressa no debate e em práticas do feminismo, como se se tratassem de duas entidades distintas, torna-se cada vez mais inconsistente diante da multiplicidade de mulheres que se organizam nos mais diversos espaços, resistindo à opressão e lutando por novas relações entre mulheres e homens.

A partir de uma posição de governo, coloca-se o fino equilíbrio entre fortalecer e impulsionar a auto-organização das mulheres e o



respeito radical à expressão autônoma dos movimentos sociais, neste caso, do movimento de mulheres.

A atuação voltada à construção de uma política feminista na ação de governo tem se mostrado como um caminho difícil e, muitas vezes, inóspito. Com frequência nos vemos diante da contradição expressa por necessidades gigantescas advindas da desigualdade entre mulheres e homens; possibilidades que parecem factíveis, em função das dimensões do Estado e dos governos; e que, finalmente, se concretizam, na maioria das vezes, de forma extremamente tímida. Tais contradições, entretanto, não devem encobrir e ofuscar os objetivos a serem perseguidos.

Frente aos limites dos instrumentos conquistados, a partir de organismos frágeis na maior parte das experiências de governo, torna-se um desafio cotidiano não sucumbir a uma lógica caracterizada apenas por projetos exemplares, ou ser arrastado pela sobreposição de uma agenda de eventos, debates, seminários etc. Combinar qualidade e universalidade das políticas sociais é um desafio fundamental da ação pública: construir políticas concretas para incidir no cotidiano das mulheres; criar políticas sociais que fortaleçam sua autonomia; ampliar seus espaços de participação. Não se trata de negar a importância do debate, da elaboração, aliás, centrais na disputa de uma visão de cidadania das mulheres, na disputa de projeto do Estado ou do governo. O que queremos enfatizar é que é preciso não perder de vista, apesar das dificuldades estruturais enfrentadas na articulação e elaboração de políticas, que o objetivo dos organismos de políticas para as mulheres é a ação governamental. E o mais importante: que o alvo e o sujeito de tais políticas são as mulheres como cidadãos, que esperam e demandam do governo políticas que alterem suas condições de vida.

Referências

ALVAREZ, Sonia. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia". In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-80.



BALBO, Laura. "Crazy quilts: rethinking the welfare state debate from a woman's point of view". In: SASSOON, Anne Showstack. *Women and the State: the shift boundaries of public and private*. London: Routledge, 1992. p.45-71.

CARLOTO, Cássia Maria. "Família, mulheres e políticas de transferência de renda". Nesta publicação.

ESPING-ANDERSEN, Gösta et al. *Why we need a New Welfare State*. New York: Oxford University Press, 2002. 244p.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Gênero e políticas públicas: iniciativas de governos subnacionais no Brasil & Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo*. São Paulo: FGV-EAESP, 1998. 278 p.; 2002. 324 p. (Relatórios de pesquisa/FGV/EAESP/NPP; n.18 e n.10).

FUJIWARA, Luís. *Governo: substantivo feminino? Gênero e políticas públicas em governos subnacionais*. Dissertação de mestrado. FGV/EAESP, 2002.

GODINHO, Tatau. "Construir a igualdade combatendo a discriminação". In: *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria do Governo Municipal, 2004. p.55-64.

KERGOAT, Danièle. "Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho". In: LOPES, Marta Júlia; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera Regina (Orgs.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p 19-27.

SAINSBURY, Diane (Ed.). *Gender and welfare state regimes*. Oxford: Oxford University Press, 1999. 293p.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. "Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade". In: *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria do Governo Municipal, 2004. p.65-75.



FAMÍLIA, MULHERES E POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

CÁSSIA MARIA CARLOTO¹

123

O presente trabalho tem por proposta discutir o papel da família e a centralidade na mulher-mãe nos programas de transferência de renda no âmbito da proteção social básica na Política de Assistência Social. Reflete sobre os dilemas decorrentes da melhoria de condições proporcionada pelo acesso à renda nos marcos de uma cidadania tutelada e constrangida pela obrigatoriedade pressuposta no papel materno.

A instituição família não é um fenômeno natural de caráter universal, portanto a-histórico. Não é natural a divisão de papéis dentro dela, nem a forma como se constitui o grupo conjugal, a unidade familiar e as relações de parentesco. É uma criação humana e social mutável, histórica, que se define e se transforma conforme a estrutura social dada. É uma instituição decorrente da organização da sociedade. Não só a família modifica-se conforme a estrutura social dada, como, a cada momento, encontram-se diversas conformações de família dadas por rede de parentesco, habitação, grupo conjugal e outras.

A naturalização da instituição família e a dificuldade em entendê-la como construção social devem-se, conforme Chiara Saraceno (1997: 12), ao fato de que a família é, ao mesmo tempo, espaço físico, relacional e simbólico “a ponto de ser usado como metáfora para todas as situações que têm a ver com espontaneidade, com naturalidade, com o reconhecimento sem necessidade de mediação – somos uma família – uma linguagem familiar – uma pessoa da família”. Para a autora, a família revela-se como um dos lugares privilegiados da construção

¹ Professora do curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.



social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente naturais.

A autora comenta que a família constitui o material privilegiado de que se constroem os arquétipos sociais, os mitos, nem sempre positivos. Ao lado das imagens da família-refúgio, da família como lugar de intimidade e de afetividade, espaço de autenticidade, arquétipo de solidariedade, de privacidade, juntam-se as imagens “da família como lugar de inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, a família como geradora de monstros, de violência, a família que mata” (Saraceno, 1997: 13).

Essas imagens reforçadas pela naturalização são encontradas não só nas relações pessoais cotidianas, mas também nos princípios e práticas que norteiam a formulação da legislação, das políticas sociais, “quer se fale de recuperar valores familiares, de encorajar a solidariedade familiar ou, inversamente, de uma família que expulsa os seus membros doentes ou necessitados” (idem). Para a autora a força dessa naturalização leva não só a uma compreensão que ignora sua historicidade, mas que também considera a família como uma realidade plenamente enquadrada, interiormente homogênea e apreciável como tal em qualquer contexto social e histórico, ou seja, a família.

A rígida divisão de papéis e trabalho, opondo a esfera produtiva à esfera reprodutiva, impõe ao senso comum, como modelo de família “normal”, os homens como provedores e as mulheres como responsáveis pela esfera doméstica, numa composição familiar na qual moram na mesma casa: pai, mãe e, preferencialmente, nos dias atuais, dois filhos. Sabemos, sem precisar recorrer a nenhum estudo mais aprofundado, que esse modelo não corresponde à realidade tanto no que diz respeito aos arranjos familiares, quanto ao que concerne à manutenção econômica.

Para Elizabeth Jelin (2004), o pensamento crítico contemporâneo tem mostrado que a forma tradicional de estabelecer a distinção entre o privado e o público faz parte de um discurso de dominação, legitimador da opressão das mulheres no âmbito privado. A autora também comenta que o que em uma sociedade numa determinada época é definido como âmbito do privado pode se converter em público num outro momento. A família contemporânea, para Jelin



(2004: 110), ocupa um lugar contraditório entre o mundo público e o mundo da privacidade e da intimidade.

Por um lado, está sujeita ao “policiamento” das instituições sociais, especialmente aquelas que se ocupam do “desenvolvimento de uma população e do fortalecimento da nação”. A invasão de agências sociais, de profissionais e *experts* que indicam e promovem práticas “adequadas” e “boas” (de alimentação, de atenção à criança, de relações interpessoais, de cuidado com o corpo, de higiene e puericultura, etc.) não deixam de aumentar, minando as áreas de competência da própria família – competência antes centrada no patriarcado e nas tradições transmitidas de avós às mães e filhas. Por outro lado, e de maneira aparentemente contraditória, a família também se apresenta como reduto da intimidade e da privacidade. Mas, quais são os limites desta intimidade? Como é possível redefinir as distinções entre o privado e o público em função de proteger a privacidade e a intimidade desejadas?

Sylvia Leser de Mello (2002: 53) também chama a atenção para o modelo abstrato de família e para o cuidado que se tem que tomar nas pesquisas com famílias. Para a autora “qualquer análise conceitual da família não pode ignorar os preconceitos e nem lhes dar voz”.

O primeiro passo, a meu ver, para proceder à descoberta de ferramentas conceituais que possam oferecer um arcabouço teórico para a compreensão da família, deve partir da delimitação do espaço conceitual. Para isso, é preciso abandonar, pelo menos no primeiro momento, as pretensões de universalidade. Não existe essa abstração que é a FAMÍLIA (Leser de Mello, 2002: 53).

Prosseguindo em seu comentário, argumenta que embora a representação de família seja sempre compreensível, ela não é idêntica. É necessário explicitar de que família estamos falando, de que País, estrato social e momento:

Os instrumentos de análise devem ser criados a partir da pesquisa. Os grandes esquemas conceituais e explicativos revelam-se falhos quando confrontados com a realidade. Não a explicam e, muitas vezes, servem para confundir modelos abstratos – que dizem o que deveria ser – com o modo como se apresentam as famílias e como se adaptam para fazer face à realidade (idem).



Chiara Saraceno (1997) comenta que viver em conjunto, sob o mesmo teto, constitui um dos indicadores mais simples e, ao mesmo tempo, mais óbvios, da existência de uma família; tal fato é que a separa das outras relações sociais, incluindo as de parentesco. Trata-se, todavia, como enfatiza a autora, de um indicador simples, muito insuficiente – nem todas as pessoas que vivem juntas, nem, portanto, todas as convivências são consideradas e/ou se auto-definem como famílias; além disso, as diferenças na composição e funcionamento das convivências familiares são tantas que a atribuição do estatuto de família será pelo menos problemática.

Ao mesmo tempo, Mioto (2006: 53) comenta que o consenso existente sobre as transformações da família tem se concentrado apenas nos aspectos referentes à sua estrutura e composição. Quanto às funções familiares ainda prevalece uma expectativa social relacionada às tarefas e obrigações tradicionais: “espera-se um mesmo padrão de funcionalidade, independentemente do lugar em que estão localizadas nas linha de estratificação social, calcada em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e principalmente materno”.

Mantém-se o entendimento da família como o núcleo primário do desenvolvimento humano, mas como parte de um contexto mais amplo, não isolado, apresentando vínculos entre si e também com esse contexto. Tais vínculos são determinantes para a dinâmica familiar.

Ao tratar da proteção familiar sob a ótica do pluralismo de bem-estar,² Potyara Pereira (2006: 36) aponta algumas dificuldades conceituais e políticas que essa abordagem, com o seu “pragmatismo, recusa-se a perceber”. A primeira refere-se ao caráter contraditório da família, cujo núcleo não é uma “ilha de virtudes e consensos”, mas

² Pereira (2006: 31) explicita a concepção da proposta do pluralismo de bem-estar a partir de Mishra (1995: 103): “Formulada simplesmente, a proposta básica subjacente a esta abordagem é que a providência – bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas proporcionem proteção social – deriva de uma multitude de fontes: O Estado, o mercado (incluindo a empresa), as organizações voluntárias e caritativas e a rede familiar”. Pereira comenta no mesmo parágrafo a partir de Johnson (1990) que: “concebeu-se, dessa forma, um agregado de instâncias provedoras e gestoras no campo do bem-estar, formado em torno dos objetivos comuns, composto por quatro setores principais: o setor oficial, identificado com o governo; o setor comercial, identificado com o mercado; o setor voluntário, identificado com as organizações sociais não-governamentais e sem fins lucrativos; e o setor informal, identificado com as redes primárias e informais de apoio desinteressado e espontâneo, constituído da família, da vizinhança e dos grupos de amigos próximos”.



permeada por tensões e contradições e que, como toda instituição social, deve ser “encarada como uma unidade simultaneamente forte e fraca”. A segunda, refere-se à dificuldade de definir o setor informal do qual faz parte a família, em relação aos demais setores – oficial, comercial e voluntário:

Pois sobre a política social, a provisão pública é freqüentemente contrastada com a provisão privada de maneira genérica. Ao se dividir a provisão privada em três setores, fica difícil estabelecer fronteiras entre essas fontes privadas de provisão. O mercado pode exercer atividade filantrópica, como já vem exercendo no bojo de suas estratégias de *marketing*, assim como as organizações voluntárias sem fins lucrativos podem praticar atividades comerciais, como já praticam, cobrando de seus beneficiários contrapartidas financeiras (Pereira, 2006: 37).

A mesma autora chama a atenção também para o fato de que é complicado perceber o setor informal como um *locus* puro e simples de bem-estar privado, como se ele não fosse objeto de regulação legal e de políticas públicas. Comenta que, a esse respeito, “grupos feministas têm criticado a tendência de se restringir as relações familiares à esfera privada ou pessoal e lembrado com veemência, que tais relações não estão separadas de estruturas socioeconômicas mais amplas” (Pereira, 2006: 38).

Um último argumento levantado por Potyara Pereira, já comentado por nós, é a variedade de configurações familiares com a forte presença de arranjos nos quais as mulheres são a figura de referência para cuidados e provisão. A autora pergunta, “quem, na família contemporânea, arcará com o encargo de cuidar cotidianamente de crianças, enfermos, idosos debilitados, além de assumir as responsabilidades de provisão e gestão do lar?”. E responde afirmando que:

Tudo leva a crer que se está pensando na mulher quando se requisita a participação da família no esquema misto de bem-estar, pois era ela quem tradicionalmente arcava com esse ônus. Ora, como a visão tradicional continua em pauta, é das mulheres que se espera a renúncia das conquistas no campo do trabalho e da cidadania social, pois se presume que o foco central de suas preocupações continua sendo a casa, enquanto o do homem ainda é o local de trabalho (Pereira, 2006: 38).



Elizabeth Jelin (2004: 129) comenta que todo o edifício social – tanto no plano microsocial da divisão de trabalho intrafamiliar como no de políticas sociais – está baseado na existência e no funcionamento da organização doméstica e da família e que, frente ao diagnóstico contemporâneo que expressa a crise da família, levantam-se vozes que demandam intervenções públicas para salvá-la da situação de crise. Jelin chama a atenção para o fato de que expressões como “fortalecer a família” podem ter, de um lado, uma carga de “policiamento” e, por outro lado, fica implícito somente um modelo de família a ser fortalecido, qual seja, o modelo baseado no casal heterossexual monogâmico e seus filhos, com sua lógica de funcionamento tradicional.

Em seu livro *A polícia das famílias*, Jacques Donzelot (1980) afirma que é preciso “cuidar das famílias pobres”, atender de alguma maneira suas carências subjetivas/objetivas, para não desestabilizar a ordem capitalista. Esse cuidar implica não só transferência de recursos materiais, mas a transmissão de um campo cultural, envolvendo hábitos, valores e comportamentos necessários à “boa família”, ou seja, aquela que consegue cuidar e “enquadrar” seus filhos para que estes não se tornem adultos incontroláveis e desestabilizadores da ordem, principalmente por meio de comportamentos tidos como “violentos”, “delinqüentes”, “criminosos” etc.

A família, como aponta Saraceno (1997), é também o lugar social e simbólico no qual a diferença, especialmente a diferença sexual, é assumida como base e, ao mesmo tempo, construída como tal. A autora comenta que não se trata apenas da necessidade fisiológica da reprodução e muito menos de legitimar a sexualidade; na família o reconhecimento de que a humanidade tem dois sexos torna-se princípio organizativo social global e a estrutura que organiza as relações sociais e os destinos individuais. A autora comenta que:

Lugar em que os dois sexos se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico no qual e a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres, ainda que isso assumam formas diversas nas várias sociedades. É, antes de mais, em nível da família que o fato de se pertencer a um determinado sexo se



transforma em destino pessoal, implícita ou explicitamente regulamentado e que se situa numa hierarquia de valores, poder, responsabilidade (Saraceno, 1997: 14).

A construção da diferença sexual é reforçada e também construída no espaço público.

A centralidade na mulher

A gerência dos recursos dos programas de transferência de renda para beneficiar a família, principalmente as crianças, tem sido valorizada por diferentes autores e gestores dos programas de combate à pobreza, nos diferentes escalões, desde o âmbito federal até o municipal; e é nesse sentido que tem recaído sobre a mulher a preferência pela titularidade do benefício. Essa é uma primeira questão. As mulheres, na sua grande maioria, realmente utilizam o benefício para melhoria das condições de vida da família, em particular, das crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar, mobiliário para a casa, material de construção para melhoria das condições físicas da casa.³

A capacidade de multiplicação dos pães que essas mulheres têm sempre causa surpresas, ou seja, o fato de elas conseguirem com tão pouco provocar mudanças na qualidade de vida de suas famílias, principalmente famílias cujos arranjos são mulheres e crianças.

Recorrendo novamente à obra de Chiara Saraceno (1997: 195), a família moderna, como família dos sentimentos e da educação, nasce em torno das figuras da mãe e da criança, não só por que o espaço que as circunscreve é, cada vez mais, exclusivamente o doméstico-familiar, mas “porque se trata exatamente de duas figuras interdependentes. É a mulher identificada como mãe, não só no sentido biológico, mas também em termos afetivos e educativos, que exprime antes de tudo esta nova atenção e responsabilidade familiar para com as crianças”.

³ Parte dos argumentos aqui desenvolvidos se apóia em dados extraídos de uma pesquisa por nós desenvolvida no município de Londrina-PR no ano de 2007, cuja proposta foi analisar o eixo matricialidade sociofamiliar do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.



A autora observa que o programa educativo e moral que está no centro da família moderna diz respeito à mãe como educadora e como sujeito a educar na própria “autêntica e natural vocação”.

Tendo por base a realidade européia, que neste caso não difere da brasileira, quanto à utilização dos recursos para uso em benefício exclusivo dos filhos, a autora afirma que mais freqüentemente a mulher-mãe renuncia “naturalmente a consumos individuais a favor dos consumos dos outros membros da família, o marido ou os filhos”. E é sempre ela que põe todo o dinheiro no caixa comum, no caso de trabalhar; enquanto marido e, eventualmente os filhos, descontam uma parte para si (Saraceno 1997: 196). Afirma, ainda, com base em uma pesquisa inglesa feita por R. E. Pahl (1984), o quanto pode ser difícil para uma mulher distinguir entre despesas familiares e despesas para si, mesmo quando o dinheiro gasto é ganho por ela. Saraceno conclui seu comentário sobre o uso de recursos por parte da mulher dizendo que tal uso constitui-se em um bom indicador, embora não único, das dinâmicas de poder e controle dentro da família.

Assistentes sociais por nós entrevistadas comentam de forma unânime a responsabilidade, a sobrecarga que a participação nas atividades dos programas acarreta, desde comparecer às atividades grupalizadas, como a reunião de acolhida, às reuniões de inclusão produtiva e, principalmente, às reuniões socioeducativas; até a responsabilidade de manter os filhos na escola, que vai além de disponibilidade de tempo.

As mulheres/mães, a partir da titularidade nos programas de transferência de renda, responsabilizam-se pelo cumprimento das condicionalidades. Uma delas é a participação nas reuniões; caso não possa por motivo de trabalho, por exemplo, tem de apresentar a justificativa ou, como relatado, mandar alguém em seu lugar. As reuniões ocorrem sempre no período diurno, o que dificulta a participação de quem trabalha fora de casa. As ações são, assim, oferecidas porque se parte do pressuposto que as mulheres é que são as responsáveis pela família e têm de ter disponibilidade a qualquer hora que forem chamadas. E porque se parte do modelo de mãe dona-de-casa e pai-provedor. Ou porque, em função da falta de acesso ao mercado de trabalho e dos níveis de informalidade, a maioria tem essa disponibilidade.



As ações sociofamiliares são concebidas para as famílias pobres, porque se pressupõem uma série de carências e uma série de perdas de capacidades que apenas a transferência do benefício não seria suficiente para afastar a condição de vulnerabilidade. Então, como atingir as mulheres/famílias que não têm tempo disponível em horário comercial?

A mulher/mãe acaba sendo responsabilizada por todas as ações: “então, ela passa a ser a responsável, a representante legal da família em tudo. E a gente vai cobrar dela e cobrando dela a gente a sobrecarrega. Então, é preciso avançar mais, que é realmente trabalhar essas relações desiguais, pois em muitos momentos, a gente reforça”, comenta uma entrevistada.

A outra face da responsabilização é a culpabilização pela perda do benefício, como apontado pelas entrevistadas, quando as condicionalidades não são respeitadas, caso típico da situação em que não se consegue manter o filho na escola.

Podemos inferir que há uma dupla penalização a partir da culpabilização. A mulher/mãe é penalizada ao levar a culpa por não manter os filhos na escola, pelo comportamento destes, por não conseguir estabelecer vínculos, diálogo e um ambiente acolhedor para esses adolescentes. E, além da culpa, é penalizada com a perda do benefício.

A mulher/mãe é vista como a grande multiplicadora dos conhecimentos, informações e orientações que receberá nas ações socioeducativas e que, a partir deste papel, contribuirá para os objetivos voltados ao empoderamento, auto-estima, dignidade, fortalecimento de vínculos, da cidadania.

É preciso, tomar cuidado com o sentido dado à cidadania nesse contexto. Como aponta Lena Lavinas (1997), é uma cidadania atrelada às carências da esfera reprodutiva ou, ainda, como diz Vera Soares (2003) uma cidadania fragilizada.

A concepção de cidadania fragilizada parte de uma reflexão crítica sobre as separações entre o público e o privado, e a divisão sexual do trabalho. Compartilha a idéia que as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar, naturalizando aí sua atuação. Com essa manutenção oferece-se ainda a elas, e só a elas, “um modelo



de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho e no mundo da política cujas referências não lhes permitem ainda uma relativa autonomia em relação à família” (Soares, 2003: 91). Sua cidadania é restringida e pautada na passividade.

Soares exemplifica comentando como, por exemplo, a inclusão no sufrágio universal ou a entrada no mercado de trabalho não substituem nem abandonam, mas, ao contrário, absorvem, recuperam, reintroduzem as dimensões assimétricas culturais e simbólicas entre os sexos. “Assim a construção da cidadania deve ser vista como permeada pela simbologia de gênero, com suas referências na divisão social entre os sexos e as características atribuídas a homens e mulheres na unidade familiar” (Soares, 2003: 93).

Quando analisamos as falas das usuárias dos programas de transferência de renda, percebemos que a visão trazida por elas a respeito do papel das mulheres no âmbito doméstico, de suas responsabilidades e da razão pela qual são elas as principais titulares dos programas da Assistência Social, não difere da visão das técnicas. Isso é particularmente preocupante, pois demonstra uma cultura arraigada e sem visão crítica de ambos os lados, o que pode fazer com que seja ainda mais difícil a possibilidade de mudança, principalmente quando não há um movimento de mulheres forte atuando desde uma perspectiva feminista.

Considerações finais

Há uma valorização da família como *locus* privilegiado de superação das seqüelas da questão social, para um Estado que pouco tem priorizado os gastos com o social e pouco tem implementado, em termos de política social, estratégias de superação das desigualdades sociais. O enfoque prioritário tem sido o papel das mulheres na esfera doméstica, relacionado fundamentalmente à maternidade. Assim as mulheres são tratadas como receptoras passivas mais que participantes ativas, sendo a criação dos filhos seu papel mais efetivo.

Por meio do papel de mãe, a mulher de baixa renda tem sido um dos alvos primordiais para melhorar o bem-estar da família, especialmente das crianças. A premissa básica é que não só as mulheres são



mais confiáveis como mães, como são mais confiáveis que os homens na aplicação correta do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas. Para Lena Lavinias a justificativa passa por uma avaliação de que “através de um atendimento específico às mulheres pobres, poder-se-ia, graças à política de cunho assistencialista muito focalizada, reduzir os efeitos perversos do ajuste aos quais, por assim dizer não se poderia escapar” (1997: 179).

As carências consubstanciais à condição feminina passam, segundo Lavinias, a instrumentalizar políticas que, mais uma vez, têm por objeto as mulheres e não as relações homem-mulher e seus antagonismos, “políticas essas, além de tudo, absolutamente ineficientes e mal sucedidas no alcance de seus objetivos”. Também ressalta que os homens são pensados como indivíduos e não numa relação de complementaridade. “As mulheres, ao que parece, não conseguem individualizar-se a não ser de forma sexuada, isto é: não como indivíduos, mas como indivíduos mulheres, que escapam, pois, ao caráter universal do conceito de indivíduo e, portanto, de cidadão” (Lavinias, 1997: 180).

Há efetivamente uma expectativa em relação à mulher-mãe, que reforça a assimetria de gêneros e o papel das mulheres na esfera doméstica. Essa expectativa relaciona-se à contribuição para o alcance dos objetivos dos programas, e aqui estamos nos remetendo particularmente as ações sociofamiliares, que têm por diretriz a centralidade na família, como é o caso do SUAS, foco da pesquisa mencionada, feita no município de Londrina.

Constatamos, contudo, que há uma crescente preocupação por parte das técnicas que atuam na área com a responsabilização das mulheres, com as condicionalidades, com a sobrecarga que as atividades e essas responsabilidades acarretam, com a exclusão dos homens nas atividades.

Concordamos com Potyara Pereira que “o objetivo da política social em relação à família, não deve ser o de pressionar as pessoas para que elas assumam responsabilidades além de suas forças e de sua alçada, mas o de oferecer-lhes alternativas realistas de participação cidadã” (Pereira, 2006: 40). O Estado tem de se tornar partícipe, “notadamente naquilo que só ele tem como prerrogativa ou monopólio – garantia de direitos”. A autora finaliza seu comentário afirmando:



Para além do voluntarismo e da subsidiaridade típica dos arranjos informais de provisão social, há que se resgatar a política e, com ela, as condições para a sua confiabilidade e coerência, as quais se assentam no conhecimento o mais criterioso possível da realidade e no compromisso público com as legítimas demandas e necessidades sociais reveladas por esse conhecimento. Ou seja, é preciso reinstitucionalizar e reprofissionalizar as políticas de proteção social e levá-las a sério (idem).

Outra questão remete a um dos objetivos desta análise sobre os dilemas do enfoque usual das políticas de transferência de renda, ou seja, em que medida esses programas estão contribuindo para a autonomia, o empoderamento, a emancipação, o exercício da cidadania, termos estes constantemente empregados nos documentos oficiais, nas falas das técnicas envolvidas em sua aplicação. É necessário primeiro refletir sobre a banalização e os equívocos quanto ao uso desses termos e o quanto eles podem ser atingidos enquanto objetivos, nos limites da formação social capitalista e nos limites muito mais rígidos das possibilidades que programas e projetos focalizados podem alcançar, principalmente numa sociedade tão marcada pela desigualdade como a brasileira, que em nenhum momento de sua história conseguiu efetivar políticas sociais nos moldes colocados pelo Estado de bem-estar social implementado nos países europeus, incluindo os do sul da Europa.

Esses modelos também se apoiaram e se apóiam numa dada organização familiar, mas o foco na família tem caráter diferente. Ana Maria Goldani (2006: 36) assinala que na perspectiva da equidade de gênero, um dos modelos mais discutidos é proposto por Nancy Fraser – “modelo universal baseado na participação de homens e mulheres no emprego remunerado e no trabalho de cuidadores”. As principais medidas para o chamado fortalecimento da família têm sido um investimento prioritário na universalização do acesso à educação infantil e ao ensino fundamental, ambos em período integral, e na inserção das mulheres no mercado de trabalho com programas de caráter afirmativo para as famílias que têm na mulher a figura de referência⁴.

Segundo Goldani (2006) há duas premissas básicas que orientam as políticas desses países: “a primeira é que o salário é parte fundamental da renda familiar e só assim as famílias conseguem manter



um padrão de vida adequado; a segunda é que as mulheres e os homens devem participar de forma eqüitativa, tanto na geração de renda familiar, como in *nurturing*”, ou seja, no cuidado necessário com os membros do grupo familiar. Nessas políticas, as mulheres com filhos e sem maridos são cobertas da mesma forma que todas as mulheres que trabalham fora.

Safira Ammann (2003), cita o exemplo da Suécia, informando que a política social sueca voltada para a família define três grandes objetivos: promover a igualdade entre homens e mulheres; assegurar que todos os filhos sejam efetivamente desejados (em vez de forçosamente aceitos, em decorrência da proibição do aborto); garantir um padrão de vida razoável para todas as crianças. A autora acrescenta que a Suécia conseguiu implementar com eficiência uma política de assistência à família que assegurou: concessão de auxílio financeiro; serviços sociais destinados a grupos familiares; medidas voltadas para os pais que trabalham fora.

As avaliações comumente feitas sobre os resultados na vida das mulheres a partir da inserção nos programas de transferência de renda têm enfatizado a conquista da auto-estima, o exercício de cidadania, tendo como indicador a titularidade de um cartão de banco que possibilita um maior poder para a mulher no uso e aplicação dos recursos recebidos. Mulheres que nem sequer tinham documentos passam a ter um cartão de banco. A possibilidade de inclusão, via o acesso ao consumo mínimo necessário para a sobrevivência imediata da família, é um indicador simplista para afirmarmos que as mulheres se tornam cidadãs.

Como já comentamos, a partir de Vera Soares (2003) e Lena Lavinias (1997), é uma cidadania fragilizada, incompleta e atrelada mais às necessidades do arranjo familiar do que à das mulheres enquanto sujeitos.

A questão da auto-estima torna-se um indicador sempre muito valorizado. Mas é preciso tomar cuidado, pois estamos lidando com mulheres, que por sua condição de gênero e classe articulado à raça/etnia, têm uma percepção de si muito marcada pela subalternidade, e sem espaços de sociabilidade e fala. Por isso, quando é proporcionado a elas um espaço de fala e convivência fora do âmbito doméstico-familiar, este realmente se torna muito significativo



e potencializador, o que não pode ser desvalorizado, mas também não deve ser superestimado, como se fosse o grande impulsionador de mudanças estratégicas na vida dessas mulheres. E aqui eu me refiro ao conjunto das mulheres, pois também há uma tendência de dar grande destaque a exemplos localizados, a falas específicas de mulheres sobre isso.

Além da auto-estima, tem se afirmado também que a titularidade nos benefícios de transferência de renda empoderam a mulher. Empoderar ou empoderamento é outro termo banalizado e usado muitas vezes de forma equivocada. Retomamos a discussão de Magdalena León (2000), que informa que o conceito passa a ser utilizado a partir dos estudos da mulher e de gênero, e particularmente no campo Mulher e Desenvolvimento (MED) e que, mesmo nesse campo, não há um consenso quanto ao seu sentido. O conceito tem sido usado como substituto de integração, participação, autonomia, identidade, desenvolvimento, planejamento, e nem sempre se refere a um conteúdo emancipador. Tem sido usado tanto por agentes sociais, agências internacionais, técnicos do Estado, fundamentalistas, empresários, educadores, ativistas sociais, entre outros.

Em sua origem, nos movimentos sociais feministas, o termo era usado para chamar a atenção para as relações de poder e do poder como relação social. As relações de poder podem tanto significar dominação, como também desafio e resistência. O termo vincula-se também, conforme León (2000), com uma nova noção de poder, baseada em relações sociais mais democráticas e de poder compartilhado. É um poder em que as relações entre homens e mulheres permitem integrar o micro e o macro, o privado e o público, o produtivo e o reprodutivo, o local e o global.

León (2000) chama a atenção para o fato de que a sensação de empoderamento pode ser uma mera ilusão se não se conecta com um contexto e relaciona-se com ações coletivas dentro de um processo político; e é isso que nos interessa particularmente quando pensamos como o termo tem sido usado nas avaliações sobre os resultados dos benefícios da assistência na vida das mulheres. A autora reforça a importância de reconhecer as percepções individuais, mas não chegar ao extremo de reduzir o empoderamento a uma psicologia cognitiva que



ignora o histórico e o político. Assinala que o empoderamento inclui tanto a mudança individual como a ação coletiva. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, faz-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes.

A autonomia, na perspectiva feminista, pressupõe as mulheres como sujeitos de direitos; é uma dimensão complexa cuja aquisição implica o desenvolvimento de processos de transformação em vários níveis. Não existe autonomia sem emancipação; e não existe emancipação individual sem a emancipação da sociedade de classes, nos termos de Marx. Autonomia pressupõe emancipação econômica sustentada no acesso e controle dos meios de produção por parte de todos, mulheres e homens, e não por uma única classe, no caso a dominante. Pressupõe emancipação política que implica o acesso a direitos políticos básicos e à autodeterminação.

Referências

AMMANN, Safira B. “Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão”. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXIV, n.76, p.118-142, nov., 2003.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FRASER, Nancy. “Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero”. In BRUSCHINI, C. E UNBEHAUM, S.G. (Orgs.), *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; Editora 34, 2002.

GOLDANI, Ana Maria. “Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.1, 29-45, jan./jun., 2002.

JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos - La transformación de las familias*. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LAVINAS Lena. “Gênero, cidadania e políticas urbanas”. In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LEÓN, Magdalena. “Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder”. *Revista Estudos Feministas*, CFH-CCE-UFSC. v.8, n.2, p.279-281, 2000.

LESER DE MELO, Sylvia. “Família: perspectiva teórica e observação factual”. In CARVALHO M.C. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.



MIOTO, Regina Célia T. “Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar”. In: SALES, Mione A.; CASTRO, Maurílio e LEAL, Cristina (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara A.P. “Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar”. In: SALES, Mione A.; CASTRO, Maurílio e LEAL, Cristina (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa, Ltda., 1997.

SOARES, Vera. “A construção da cidadania fragilizada da mulher”. In: EMILIO, M., TEIXEIRA, M., NOBRE M., GODINHO, T., (Orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.



RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE

MARIA LUCIA DA SILVEIRA¹

139

Relações de gênero, educação e cidadania são mais do que palavras-chave de um debate teórico, pois correspondem a leituras de mundo e práticas educativas cuja articulação pode conferir uma dimensão profundamente transformadora à educação para a cidadania.

As relações de gênero, vistas como construções sociais, situam homens e mulheres em seus contextos socioculturais e descortinam a possibilidade de apreender a variabilidade histórica. Assim, as identidades de gênero, que dizem respeito ao masculino e feminino, se alimentam de símbolos, valores, normas, práticas e representações sociais que, se levadas em conta em sua historicidade, aparecem como passíveis de mudança, pois são relações fundamentais que são socialmente produzidas e vivenciadas pelo conjunto dos indivíduos.

O conceito de gênero passou a ser utilizado no Brasil e América Latina nos anos 1990, em geral ancorado na abordagem sistematizada pela historiadora Joan Scott: “Gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos e como sendo um modo básico de significar relações de poder” (Scott, 1990).

Por essa ótica, Scott, operacionalizando o conceito de gênero, localiza-o em várias dimensões: a de um simbolismo de gênero; de uma normatividade social; a dimensão política e econômica ou macro-social, onde se inclui centralmente a divisão sexual do trabalho, dimensão que revela maior fixidez; e a dimensão do sujeito, na qual se constituem as identidades de gênero.

¹ Doutora em Ciências Sociais, é socióloga da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo e colaboradora da SOF-Sempreviva Organização Feminista.



Pode-se, aqui, apenas apontar a polissemia das abordagens de gênero já que não é objetivo do texto discuti-las. Contudo, há nelas em comum dois elementos: a distinção entre sexo e gênero indicando que a sociedade constrói sobre as diferenças anatômicas entre os sexos significados que hierarquizam essas diferenças produzindo desigualdades que estruturam a organização social das relações entre os sexos como opostas de modo bipolar. Ou seja, das relações entre os gêneros masculinos e femininos inscritas sobre os corpos de homens e mulheres se constroem socialmente as diferenças que serão hierarquicamente configuradas em determinado tempo e lugar.

É necessário sublinhar que foram as teóricas do feminismo que demonstraram que ser mulher não é um destino biologicamente dado. Basta lembrar a famosa frase de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se”. Com tais elaborações, desmoronava-se a concepção de uma essência feminina dada pela natureza.

Por fim, mas não menos importante, vale ressaltar que a perspectiva de gênero numa direção das transformações sociais foi gestada no âmbito dos movimentos feministas a partir de meados dos anos 1970.

Dentre as conquistas do movimento feminista temos a entrada da diretriz da igualdade de gênero para a agenda das políticas públicas baseada na demonstração das múltiplas faces das desigualdades sociais que se potencializam mutuamente cerceando diferentes sujeitos, sobretudo mulheres, em seu desenvolvimento social e pessoal, com repercussões negativas para o conjunto da vida social. Ao interpelar diferentes sujeitos, espaços e instituições no plano econômico, social, cultural e político, o movimento vem construindo novas práticas de cidadania e deixando marcas positivas em espaços variados do Estado e da sociedade civil. Podemos condensar essa perspectiva feminista na formulação da teórica do feminismo Iris Young de que “*a opressão tem muitas faces*”.

No entanto, apesar das lutas, em nossa sociedade atualmente, além das desigualdades de gênero, outras desigualdades, como as de classe e de raça/etnia, ainda repercutem fortemente no espaço escolar. É tarefa do Estado – em todos os níveis de governo – intervir para superá-las. Assim, acreditamos que as iniciativas ainda incipientes de inclusão da dimensão das relações de gênero na formação de educa-



dores no Brasil serão mais férteis se aliadas às demais abordagens que compõem as diferentes dimensões dos sujeitos e que se enunciam em várias experiências pedagógicas da comunidade escolar.

Se, em nossas reflexões e práticas educativas e formativas, partimos de um referencial comum de igualdade para acolher as diferentes manifestações dos sujeitos, sejam docentes, técnicas e coordenadoras pedagógicas, alunas e alunos ou a comunidade escolar em geral, em seu contexto social, é para que as formas de sociabilidade que emergem da vivência escolar abram espaço para outros referenciais importantes de convivência democrática.

Na tarefa – sem dúvida de longo prazo – de democratizar as relações entre mulheres e homens, as educadoras e os educadores têm uma especial contribuição a dar. É necessário ampliar os referenciais para uma nova pedagogia e um projeto político-pedagógico nas escolas que entrelace as diversas perspectivas de classe, raça/etnia e gênero, alterando as pautas valorativas que permeiam as interações multifacetadas entre os sujeitos no cotidiano escolar. Trata-se, na atual realidade educacional, de conhecer as diversas formas de articulação dessas dimensões, mais do que conferir primazia a uma ou outra.

Assim, ao pensar a igualdade e a democratização do ensino, nada deve ficar alheio ao enfoque das relações de gênero, desde as políticas educacionais, as trajetórias educacionais de alunas e alunos, o desenvolvimento dos currículos, a análise dos livros didáticos e dos recursos pedagógicos, o cotidiano escolar, a formação de professores, a relação da escola com a família, até os temas que dizem respeito à identidade sexual, étnico-racial e à sexualidade. Não podemos descolar as relações de gênero das práticas escolares para não cair em meras declarações de intenções de combater preconceitos sexistas², racistas e homofóbicos.

Um processo de formação continuada deve instigar as educadoras/es a desvendar as relações, aparentemente “naturais” mas que são, na verdade, arranjos sociais, que ainda marcam fronteiras entre lugares masculinos e femininos, consolidando polaridades limitadoras das potencialidades de crianças e jovens no espaço escolar.

² O termo sexismo surgiu em meados dos anos 1970 nos EUA por analogia ao termo racismo. É usado para designar toda atitude na qual se reproduz um comportamento diferenciado, hierárquico e discriminatório a respeito de uma pessoa pelo fato de se tratar de uma mulher ou homem. Em geral, ocorre a valorização do homem e a desvalorização da mulher, ou seja, o domínio de um sexo sobre o outro.



Contraposição entre natureza e cultura: onde começa a desigualdade

A construção ao longo de séculos de uma separação rígida entre natureza e cultura, com a respectiva identificação da mulher à natureza e do homem à cultura, tem como consequência a “naturalização” de tudo que se refere à mulher, encerrando-a à sua capacidade biológica de procriar. Essa visão percorre ativamente o imaginário social sobre a mulher, dividindo rigidamente reprodução de produção; trabalho doméstico de trabalho profissional ou assalariado etc.

Essa divisão dos espaços como feminino e masculino teve consequência na organização de uma divisão sexual do trabalho que interpreta as habilidades adquiridas pela socialização das mulheres como “naturais”, portanto, não qualificadas, servindo para justificar a má remuneração do trabalho das mulheres, sobretudo das profissões consideradas extensão do lar e do cuidado, vistas como derivadas da função de mãe, como desdobramento da atividade procriativa, tais como professoras, enfermeiras etc. Essa ideologia de gênero, apesar das mudanças, entra de contrabando nos argumentos patronais que tratam a mulher no trabalho como força auxiliar, portanto, de salário apenas complementar, justificando salários menores, quando sabemos que, em média, no país cerca de 30% das famílias são chefiadas por mulheres.

Tal visão é uma pesada hipoteca para as mulheres no mundo do trabalho. Contudo o que se observa é que a educação faz circular ainda esses significados, passando “nas entrelinhas”, como uma mensagem invisível, que o homem cria cultura e a mulher reproduz ou transmite o conhecimento gerado pelo homem.

Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 11 de abril de 2002, foram divulgados dados do estudo realizado pela professora e pesquisadora Eva Blay, da Universidade de São Paulo (USP), segundo os quais “os cursos relacionados à área de saúde, de educação e de cuidados de outras pessoas concentrou 76% de mulheres, em 2000, na USP. As áreas técnicas, por outro lado, reuniram 73% de homens”. E essa realidade não difere do quadro geral



da educação superior no Brasil. Os dados do MEC para concluintes de 2001 e ingressantes no vestibular de 2002 por área de conhecimento reiteram a reprodução de guetos ou nichos educacionais femininos. Assim, a parcela feminina concluinte na área de educação representava 80,6%; na saúde e bem-estar social, 72,1%; serviços, 75,2%; ciências sociais, negócios e direito, 55,1%. Já a parcela feminina ingressante na Universidade em 2002 se concentrava em: humanidades e artes, 75,6%; saúde e bem-estar social, 71,6%; serviços, 65,2% e educação, 55,8%. No nordeste, em 2002, a parcela feminina de ingressantes na Universidade por área representa 70,5% dos ingressantes na área de educação; 73,0% da área de saúde e bem-estar social; 69,9% da área de serviços e 50% da área de ciências sociais, negócios e direito (Fundação Carlos Chagas).

Essa realidade evidencia o quanto, ainda no início do século XXI, uma educação diferenciada para meninas e meninos influencia e limita as trajetórias educacionais e opções profissionais dos indivíduos.

Um exemplo forte vem dos livros didáticos estudados por Maria Otília Bocchini da Escola de Comunicações e Artes da USP. Seguindo ela:

Nos livros didáticos de 1^a a 4^a séries aprovados pelo Guia de Livros Didáticos do governo federal, o preconceito contra a mulher se expressa, em primeiro lugar, pela exclusão pura e simples. Por exemplo, não há uma só menina negra representada nos quatro livros da coleção *Descobrimo o ambiente*, a que obteve melhor classificação entre os livros de ciências. Nesses mesmos livros, as personagens femininas não são sequer 30% das figuras humanas presentes nas ilustrações. (...)

Outro aspecto insidioso do preconceito sexista nesses livros está nos estereótipos de subalternidade para personagens femininas e uma imagem de incompetência para a ciência. Meninos aparecem lendo livros especializados, fazendo experiências, usando instrumentos e aparelhos, como binóculos e microscópios. Meninas aparecem ajudando o menino protagonista, estendendo a ele os objetos necessários para a experiência. Enquanto o menino usa o binóculo para observar pássaros com objetividade e postura científica (...) (Bocchini, 2001: 2) .

Nessa direção, vai também a análise da educadora inglesa Sarah Whitelaw de que precisamos evitar a definição das capacidades de



meninos e meninas de acordo com seu sexo biológico, como costuma aparecer no cotidiano, como “inatas” a cada sexo. Por exemplo, quando costumeiramente se considera “naturalmente” meninas mais comportadas que os meninos e os meninos “naturalmente” mais indisciplinados ou “bagunceiros” que as meninas, reforçando estereótipos:

As diferenças biológicas entre meninos e meninas são apontadas como explicação para as diferentes capacidades das crianças. No entanto, tais diferenças são enormemente variáveis não apenas entre os grupos sexuais, mas também dentro de cada grupo sexual e, portanto, sua utilização para categorizar as capacidades das crianças, tanto individual quanto coletivamente, é altamente questionável. Por exemplo, qual seria o benefício, em termos de propiciar que cada criança atinja seu potencial, de sugerir que em geral os meninos/homens são fisicamente mais fortes que as meninas, ou que as mulheres têm maior resistência? (...) Não estou de modo algum sugerindo que o ‘gênero’ seja desconsiderado pelos professores: longe disto. Na verdade, aqueles que se dizem cegos ao ‘gênero’ – “são apenas crianças para mim” – realmente estão perdendo de vista um ponto fundamental. Há uma grande diferença entre **reconhecer** as influências poderosas que tiveram impacto nos meninos e meninas devido a seu sexo, e **esperar** certos comportamentos, aptidões e capacidades por causa dele (Whitelaw, 2002: 34-5).

Não queremos, com essa análise, dizer que educadores sejam os únicos responsáveis pela educação das crianças. Hoje em dia, além de pais e mães, grupos familiares, grupos religiosos, a mídia e a publicidade são tão ou mais poderosos na recriação de estereótipos de gênero do que a escola. No entanto, um importante papel cabe aos educadores ao favorecer outras possibilidades e abordagens críticas ao padrão dominante: muitas de nós, não raro, se lembra de uma professora ou professor que fez *a diferença* na nossa experiência nos fazendo enxergar algo novo.

Há uma pedagogia oculta de gênero operando no ambiente escolar e o conceito de gênero; dito de outro modo, as “lentes do gênero” podem nos fazer enxergá-la. Seria muito mais eficaz na construção de sujeitos autônomos, explicitarmos, sempre que possível, o que está em jogo nos diversos fatores que incidem nos chamados papéis de gênero.



Não é somente nos conteúdos explícitos do currículo que se aprende, mas nas atitudes das/os professores dentro e fora da sala de aula, nas brincadeiras no pátio, no recreio, no predomínio do tempo de uso dos espaços na escola, por exemplo, no uso da quadra, dos computadores. Enfim, no conjunto das práticas escolares se “ensina a ser menina” (Monserrat Moreno, 1999) e menino; a todo o tempo, nas práticas materiais e simbólicas, como no uso diferenciado dos brinquedos por meninas e meninos (reproduzindo a ideologia da separação das “coisas de menino e coisas de menina”) e das cores (lembrar da simbologia tradicional do rosa e azul).

Segundo a educadora espanhola Cristina Rogero (1995: 52-3):

O termo currículo oculto incorpora, a todo processo de aprendizagem – formal ou informal –, aqueles aspectos que não estão explícitos na educação, e portanto, não se é consciente deles, não se questionam. Estamos nos referindo ao conjunto de valores, normas, atitudes, sentimentos, costumes ...que se expressam em um determinado uso dos espaços, dos tempos, da linguagem, das relações e das estruturas organizativas. Estamos falando, em definitivo, do ensino tácito, que não se evidencia e se mantém latente, sustentando o modelo social hegemônico.

Portanto, ler o mundo também a partir da perspectiva de gênero³ é fundamental para construirmos uma sociedade mais justa, tendo a igualdade como horizonte. As desigualdades de gênero atuam fortemente no cotidiano escolar, permeando as práticas educativas. Não devem ser encaradas como se fossem “resquícios” do passado, mas objeto de uma leitura atenta por parte das/dos educadoras/es pois se reproduzem ou se transformam na escola, no trabalho, na família e na vida social em geral, dependendo também da atuação consciente das educadoras e dos educadores.

Não basta atuarmos na superação das discriminações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, dentre outras; é preciso também fazer o percurso necessário para reler o mundo contemplando a diversidade ou as diferenças tendo como parâmetro a igualdade, pois sem esse

³ Essa discussão foi anteriormente elaborada em conjunto com Tatau Godinho para o Caderno Temático *Leitura de mundo, metramento e alfabetização*, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 2003.



parâmetro a inclusão da diversidade de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual não assegura que as relações de poder não operem, integrando-as de forma subordinada.

Assim, práticas e representações quanto à gênero, classe social, raça/etnia, orientação sexual constroem referências sociais, interferem em nossa leitura do mundo; o que tem impacto na trajetória escolar e de vida de meninas e meninos, mulheres e homens e no exercício de sua cidadania.

Algumas pesquisadoras têm buscado compreender as causas das diferenças de desempenho escolar entre meninas e meninos e entre homens e mulheres (anos de escolaridade, taxas de evasão, repetência ou retenção no final do ciclo nos casos de organização em ciclos e não em séries, etc), e têm apontado para a necessidade de maior reflexão sobre as relações de gênero nos diferentes espaços da escola, nos sistemas de ensino, nas políticas educacionais, no sentido de perceber que a escola também tem um papel fundamental na construção das identidades de gênero, dos modelos de feminilidades e masculinidades, na reprodução ou superação dos estereótipos e desigualdades.

Desvelar o sexismo e o racismo explícito ou implícito nos livros, na linguagem, nas atitudes, expectativas de educadoras/es e educandas/os, nos conteúdos curriculares, na organização escolar, em suma, nas práticas cotidianas e nas ações educativas que ocorrem dentro e fora do espaço escolar formal, colabora com uma leitura de mundo que interfira favoravelmente no exercício de uma cidadania crítica em uma escola, até uma cidade educadora, visando uma sociedade realmente democrática.

Que modelos de masculinidades e feminilidades as professoras/es estão ajudando a construir? Para promovermos mudanças no sentido de relações mais igualitárias entre mulheres e homens na escola, é antes necessária a reflexão pelas professoras/es sobre sua própria identidade como mulheres e homens e como docentes, para o que é essencial construirmos e fortalecermos espaços coletivos para essa reflexão.

Fundamental é também estarmos atentas à complexidade dos processos sócio-históricos que produzem acessos diferenciados aos saberes, à leitura e à escrita; processos marcados por profundas desi-



gualdades de classe, étnico-raciais e de gênero. Por isso, é preciso tornar também mais cuidadosa nossa reflexão a respeito dos processos escolares, atentando para a elaboração de políticas de formação e de materiais de subsídio que busquem auxiliar nessa reflexão e tenham como horizonte a construção da igualdade de gênero.

Para garantirmos condições para a formação de leitoras/es e escritoras/es – uma efetiva compreensão e elaboração de textos que circulem em nossa vida cotidiana e um efetivo acesso aos conhecimentos historicamente produzidos –, precisamos garantir que as mulheres e homens, negras e negros, brancas/os, crianças, jovens, adultas/os e idosas/os tenham acesso a uma plena escolaridade.

Mas isso tudo entendendo que a escola deve incorporar, em suas práticas educativas, iniciativas que introduzam conscientemente, como estratégia de socialização, além da extinção de práticas sexistas e racistas, a meta da igualdade de gênero e raça e construir ações educativas voltadas para pautas igualitárias que permitam o desenvolvimento do potencial que as diferentes vivências de gênero, raça/etnia e classe, geração e orientação sexual propiciam aos sujeitos, colaborando para um mundo onde todas e todos tenham seu lugar na busca de suas aspirações e na construção de novas possibilidades para uma sociedade mais justa. Deve-se frisar que igualdade não significa uniformidade, mas é o denominador comum que permite a expressão da singularidade dos sujeitos.

Daniela Auad (2006) questionou o que chama de *aprendizado da separação*, apoiada em pesquisa de campo em escola pública, o que resultou, ao final de sua reflexão, na defesa da implementação de uma política de co-educação como política pública propositiva e “implementadora de modos de pensar e transformar as relações de gênero na escola”. A autora retoma a formulação da filósofa húngara, Agnes Heller, sobre idéias prático-regulativas, que não existem ainda de fato, mas podem ser buscadas ativamente para concretizar uma educação para a democracia (Benevides, 1996). Assim, pode-se ver um projeto de co-educação como uma implementação “de um conjunto de ações adequadas e sistematicamente voltadas para sua existência e manutenção”(Auad, 2006: 57). A co-educação é mais do que a escola mista: não basta misturar meninos e meninas; é



necessário um projeto de co-educação, ou o que aqui chamamos de educação para a igualdade, desenvolvendo igualmente o potencial de meninas e meninos.

Co-educar significa que todas as pessoas sejam formadas por igual em um sistema de valores, de comportamentos, de normas e expectativas que não esteja hierarquizado pelo gênero atribuído socialmente; o que significa que quando se fala em co-educar queremos eliminar o predomínio de um gênero sobre outro. Para tanto precisamos superar o androcentrismo das próprias teorias educacionais; o que abre caminho para a transformação dos gêneros nos processos de socialização que acontecem nos espaços educativos.

Para Auad o elemento principal para tal projeto co-educativo seriam a existência de “*agentes de mudança*”:

Esses agentes podem ser professores, pesquisadoras, secretárias de educação e seus auxiliares, supervisores de ensino, diretoras de escola e coordenadores/as pedagógicos/as. Essas pessoas estariam presentes em órgãos governamentais (como as Secretarias de Educação), em sindicatos e organizações não-governamentais. Sua responsabilidade seria a de analisar práticas e situações escolares, traçar objetivos igualitários, estabelecer metodologias de trabalho e, também, definir tarefas (Auad, 2006: 80).

Nessa mesma direção, segundo Whitelaw, podemos realçar alguns elementos que marcariam uma mudança institucional na escola favoravelmente à igualdade de oportunidade entre meninos e meninas:

- compromisso da administração, com figuras chaves tais como diretor/a, coordenadores e representantes do Conselho Escolar ativamente promovendo oportunidades iguais e práticas não-sexistas;
- políticas formais em todas as áreas da escola, monitoradas e regularmente avaliadas, bem como ativamente praticadas;
- políticas específicas que tentam ativamente derrubar estereótipos e proporcionam modelos de comportamento positivos para meninos e meninas;
- informações regulares acerca de como as questões de gênero se relacionam com todo o desenvolvimento curricular, tornando oportunidades iguais uma parte integral (e não adicional) do trabalho pedagógico;



- abordagem das questões de gênero diretamente no currículo, propiciando aos alunos/as oportunidades de explorar e discutir suas próprias visões e preconceitos num ambiente controlado, informativo e estruturado – obviamente o corpo docente necessita de treinamento adequado para realizar tal trabalho;
- garantia de que os estereótipos de gênero sejam evitados ou usados criticamente no conteúdo das disciplinas lecionadas;
- garantia de utilização de uma variedade de estilos de ensino e aprendizagem na sala de aula, de modo a atender necessidades e preferências individuais, mas também desenvolver as habilidades de todas/os as alunas/os, particularmente em áreas deficientes, por exemplo, em tarefas de análise reflexiva individual, ou em trabalho de grupo cooperativo (idem, p.39).

Adotar a perspectiva de gênero na educação significa mais do que um modelo de análise e interpretação da realidade escolar, significa construir coletivamente uma proposta de ação, ou seja, a abordagem de gênero não é um fim em si, mas um instrumento para desvelar as desigualdades e abrir possibilidades de alterar o cotidiano escolar e transformar a escola e a sociedade.

Cabe ao Estado construir uma política pública de gênero para a educação favorecendo a implantação de projetos pedagógicos na rede de educação com a estratégia de educar para a igualdade. Dito de outro modo, deve-se abrir caminho para uma proposta de co-educação que visa equilibrar a situação de meninas e meninos oferecendo as mesmas oportunidades de aprender e desenvolver interesses e motivações, eliminando os estereótipos sexistas dos materiais didáticos, principalmente os livros e das práticas educativas. Educar com o valor da igualdade como parâmetro, superando a educação diferenciada entre os sexos, vai permitir o desenvolvimento de homens e mulheres como seres integrais e autônomos.

Para tal empreitada as/os professoras/es são fundamentais e necessitam de oportunidades, espaços de reflexão e revisão de suas percepções, e de aproveitar suas experiências e vivências no cotidiano escolar para construir novos parâmetros para a atividade docente. Além disso, deve-se garantir a formação inicial e continuada dos edu-



cadores que propicie alterar as práticas educativas com a incorporação da dimensão de gênero no espaço escolar e preparar meninas e meninos, homens e mulheres, para o exercício da cidadania ativa na direção da igualdade real.

Um projeto político-pedagógico de igualdade de gênero na educação deve contar, além da formação, com a seleção de materiais didáticos não-sexistas e produção de recursos pedagógicos que promovam a igualdade de gênero e construir um currículo que permita pautas de intervenção junto aos alunos e alunas e a permanente revisão das atividades didáticas, incorporando a transversalidade de gênero nas várias disciplinas.

Por fim, está na ordem do dia superar as ações pontuais e parciais que acontecem esporadicamente nas escolas contra a discriminação, a violência e o preconceito advindas muito mais de esforços espontâneos de determinados educadores com relação às desigualdades de gênero, raça/etnia, classe e orientação sexual, e dar um salto para uma efetiva consciência de gênero na escola que produza alteração de valores e práticas no âmbito da comunidade escolar, favorecendo a democratização das relações sociais nas suas diversas facetas.

Por fim, a escola não é uma ilha, e os educadores devem buscar aliados para fortalecer e legitimar suas propostas de educação para a igualdade: dentre os diversos atores sociais estão primeiramente o próprio movimento de mulheres, os movimentos pela educação pública de qualidade, os sindicatos de professores, as ONGs do campo democrático comprometidas com a superação das desigualdades sociais.

Para desenvolver uma política pública para a igualdade de gênero na educação vale ressaltar são necessários esforços coletivos para valorizar a pesquisa na área da educação e relações de gênero; valorizar a experiência dos educadores; comprometer e colocar em diálogo educadores, especialistas, ativistas do movimento de mulheres e gestores públicos. Falta muito o que fazer, mas pensando nas nossas meninas e meninos tendo acesso a uma socialização e ambiente igualitário, é possível vislumbrar homens e mulheres transformando a sociedade com melhores caminhos igualitários.



Referências

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos. Relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

AUAD, Daniela. “Escola, relações de gênero e sexualidade”. *Cadernos de Educação da CNTE*. Brasília: 1998.

BENEVIDES, M. Victória. “Educação para a democracia”. *Lua Nova*. São Paulo: n.38, 1996.

BENEVIDES, M. Victória. “Cidadania e questão de gênero”. GODINHO, T. e SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar*. São Paulo: Coordenadoria da Mulher/Secretaria Municipal de Educação/PMSP, 2004.

BOCCHINI, M. Otilia. “Relações de gênero nos livros didáticos”. *Folha Feminista*. São Paulo: SOF, n.27, set. 2001.

CARVALHO, Marília. “Sucesso e fracasso escolar, uma questão de gênero”. GODINHO, T. e SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar*. São Paulo: Coordenadoria da Mulher/Secretaria Municipal de Educação/PMSP, 2004.

ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: THÉBAUD, Fr. (Org.). *História das mulheres: o século XX*. Vol.5. Porto: Afrontamento, 1995.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Banco de dados *Mulheres, educação e trabalho*. Séries históricas, tabela 8, fonte MEC/INEP/SEEC – tabulações especiais. www.fcc.org.br acesso 03/12/2008.

LÓPES R., Francese (ed.) *Gênero y educación. La escuela coeducativa*. Barcelona: Ed. Graó, 2002.

MORENO, Monserrat. *Como se ensina a ser menina*. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

SAFFIOTI, Heleith. “Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social”. In: SILVEIRA, M. Lucia e GODINHO, Tatau (Orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria da Mulher/PMSP, 2004.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.16, n.2, julho/dezembro de 1990.

SUBIRATS, Marina e BRULLET, Cristina. “Rosa y azul: la transmisión de los géneros en la escuela mixta”. In: GONZALEZ, A. y LOMAS, C. (Coords.) *Mujer y educación*. Barcelona: Ed. Graó, 2002.

WHITELAW, Sarah. “Questões de gênero e educação”. In: CARVALHO, M. Eulina (Org.) *Consciência de gênero na escola*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/DEFID/Conselho Britânico, 2002.

Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres

Colaboradora de Honra

Maria da Penha Maia Fernandes

Equipe Técnica

Alessandra Vital

Ana Cristina Pegado Aragão

Daniella Alencar Matias

Eneusa Costa

Evanida Paula Castro

Francileuda Soares Rodrigues

Larissa Gaspar

Maria Edite Silva

Raquel Viana

Simone Holanda

Socorro Camelo Maciel

Tatiana Raulino de Sousa

Equipe Administrativa

Daciane Alves Pereira

Diana Valeska Ribeiro Peres

Francisco Elionilton Alves Mendonça

Luizianne Natacha Barbosa da Silva

Maria Micas Soares da Silva

Regisleny Oliveira da Silva

Equipamentos vinculados à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres

Centro de Referência Francisca Clotilde:

Equipe Técnica: Socorro Camelo Maciel (coordenadora), Francisca Enelsa da Costa (coordenadora adjunta), Ana Carolina Guilherme Bringel, Antônia Mendes Araújo, Antônia Núbia Moreira Marques, Germana Lima Sousa, Ingrid Viana Soares, Janaina Sampaio Zaranza, Marilac de Araújo Viana, Maria Catiulce Sousa Teixeira, Maria Goretti de Castro Feitosa. *Equipe Administrativa:* Ana Alice Viana de Sousa, Ana Catarine de Sousa Alves, Antônia Genilda Gomes, Eduardo César Alves Feitosa, Francisca Irene Matos, Francineide Belarmino de Souza, Francisco Aguiar Sisnando, Liandra Fiúza Soares, Francisco Araújo de Lima, José Elenildo Abintes Sousa, Jackson Ferreira Façanha, Jacqueline Gomes Melo, Júlia Góes Távora, Karícia Érika Firmينو Segundo, Maria Auxiliadora Vale Negreiros, Paulo Jean de Sousa Martinho, Rejane Cláudia Morais Gessi, Rochely de Sousa Nobre, Sebastiana Elisabeth de Oliveira, Tertuliano José Gomes Machado, Vangleuma M. de Oliveira.

Casa-abrigo Municipal:

Equipe Técnica: Larissa Maria Fernandes Gaspar (coordenadora), Márcia Costa de Sant'ana, Francisco de Assis Ribeiro da Silva, Ana Claudia Saldanha Ribeiro, Naura Santos de Oliveira, Vanusa Bento Peixoto, Josefa Rejane Peixoto de Araújo, Valdenia Alves da Costa, Francisco José Chaves da Silva, Hystelany Oliveira Araújo, Sheyla Souza de Albuquerque, Ana Carolina Marques de Amorim Gondim Assunção, Clarisse Parente Ferreira, Rejania Barros Barbosa. *Equipe Administrativa:* Lília Maria Costa de Souza, Liduína Ferreira dos Santos, Cleonice Silva dos Santos, Francisco Freire de Lima, Rocilane de Oliveira Alves, Valdery Cordeiro da Costa, Paulo César Faustino da Silva, Rosângela Silva Cirilo, Luana Santos, Antônio Gilson Marfim Fernandes, Francisco José de Lira Alves, Danielle Silva, Isabele Lopes Rosa.

Durante o período de 2005-2008, muitas pessoas contribuíram para o processo de implementação do trabalho da Coordenadoria em Fortaleza, e delas queremos fazer justo registro:

1ª Coordenadora Geral: Maria Elaene Rodrigues Alves.

Equipe técnica: Alzira Nogueira, Irenice Campos, Milena Barroso, Cibele Souza, Socorro Letícia Peixoto, Maria de Lourdes Góes Araújo. *Prestação de serviços:* Mirla Cisne, Sâmbara Paula, Pedrina de Deus, Maria Luíza da Costa, Tatau Godinho, Stela Scandola, Haidi Jarschel. *Estagiárias:* Luana Santos, Camila de Castro Pereira Costa, Aline Marques Barros, Rute Oliveira de Aquino, Natália Maia Souza, Mônica Braga de Lima Saraiva, Fernanda Lima Fernandes Vieira, Nádia Gomes, Roberta Menezes Sousa, Heloísa Gomes Bandeira, Roberta Keliane Nobre Vieira, Lívia Maria Soares Monteiro Rodrigues, Maria do Carmo Parente Matias, Priscila Rebouças do Nascimento, Lúcia do Nascimento, Lúcia Regina Jovina da Silveira.

Formato: 16 cm x 23 cm
Mancha: 11,5cm x 18,5 cm
Tipologia: ITC Usherwood
Impressão e acabamento: Expressão Gráfica
Tiragem: 3.000 exemplares

Fortaleza, dezembro de 2008

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG



Prefeitura de
Fortaleza



Coordenadoria Secretaria
Especial de Municipal de
Políticas Públicas Assistência
para as Mulheres Social - SEMAS

ISBN 978-85-89138-07-6



9 788589 138076